

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ROSANA MATOS DA SILVA TRIVELATO

**A LUTA DAS MULHERES TEM MUITOS NOMES: OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO FRENTE A UMA EMERGÊNCIA CONCEITUAL**

BELO HORIZONTE
2022

ROSANA MATOS DA SILVA TRIVELATO

**A LUTA DAS MULHERES TEM MUITOS NOMES: OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO FRENTE A UMA EMERGÊNCIA CONCEITUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Linha de Pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento
Orientadora: Maria Aparecida Moura

BELO HORIZONTE
2022

T8411

Trivelato, Rosana Matos da Silva.

A luta das mulheres tem muitos nomes [recurso eletrônico] : os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual / Rosana Matos da Silva Trivelato. - 2022.

1 recurso online (181 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 175-181.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Organização da informação - Teses. 3. Relações de gênero - Teses. 4. Feminismo – Teses. 5. Gênero - Teses. I. Moura, Maria Aparecida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.43: 396

Ficha catalográfica: Maianna Giselle de Paula – CRB6: 2642

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA TESE

Às 14:00 horas do dia 05 de dezembro de 2022, na Escola de Ciência da Informação - sala 1000 da UFMG e por videoconferência - Plataforma Webconf realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de ROSANA MATOS DA SILVA TRIVELATO, presidência da sessão coube a Profa. Maria Aparecida Moura - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Valéria Ramos de Amorim Brandão (FAFICH), Prof. Rodrigo de Sales (UFSC), Profa. Lorena Tavares de Paula (ECI/UFMG), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (ECI/UFMG) e Profa. Maria Aparecida Moura - orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: "*A luta das mulheres tem muitos nomes: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a tese de doutorado. A Comissão examinadora sugeriu a mudança do título da tese para "*Organização Social e Crítica do Conhecimento: a luta das mulheres tem muitos nomes*". O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Moura, Professora do Magistério Superior**, em 19/12/2022, às 21:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sales, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Ramos de Amorim Brandão, Usuária Externa**, em 21/12/2022, às 21:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1932002** e o código CRC **18CC6186**.

AGRADECIMENTOS

Escrevo os meus agradecimentos pensando na frase de Clarice Lispector:

“Sorrisos e abraços espontâneos me emocionam.
Palavras até me conquistam temporariamente.
Mas atitudes me ganham para sempre.”

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional: Mãe, Renato (companheiro),
Ana Clara e Melissa (filhas).
Meus irmãos Rogério e Margarete.

A minha orientadora Maria Aparecida Moura que me guiou e incentivou.

Na caminhada acadêmica fiz amigos para além da academia: Ana Ribeiro, Brisa,
Fabrício, Leonardo Borges, Pablo Gomes e Vanessa Amim.

As amigas de vida: Valéria Amorim e Valéria Mancini.

Agradeço a todos que me incentivaram e apoiaram nessa jornada.

A pesquisa foi desenvolvida com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Quando eles falam é científico.
Quando nós falamos é anticientífico.

Quando eles falam é universal.
Quando nós falamos é específico.

Quando eles falam é objetivo.
Quando nós falamos é subjetivo.

Quando eles falam é neutro.
Quando nós falamos é pessoal.

Quando eles falam é universal.
Quando nós falamos é específico;

Quando eles falam é racional.
Quando nós falamos é emocional.

Quando eles falam é imparcial.
Quando nós falamos é parcial.

Eles têm fatos.
Nós temos opiniões.
Nós temos experiências.
Nós não estamos aqui lidando com uma "coexistência pacífica de falas, e sim com uma hierarquia violenta que define "quem pode falar" e "o que nós podemos falar sobre".

(Grada Kilomba. Descolonizando o conhecimento)

RESUMO

Em nosso dia a dia a linguagem nos desafia e constitui, habilita e desabilita. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) dependem do mesmo processo de agência atribuído à linguagem, reverberando os mesmos preconceitos e marginalizações que a cultura cria. Estudos críticos sobre representação de gênero e conceitos subjacentes têm sido amplamente produzidos para destacar silêncios ou exclusões de certos discursos que fundamentam uma reflexão sobre os aspectos constituintes da Organização do Conhecimento Social e Crítico do Conhecimento (OSCC). O referencial teórico se fundamenta no conceito de dispositivo proposto por Foucault (1926-1984) e no caráter performativo da linguagem sugerido por Butler. Os objetivos específicos incluem: (i) explorar as contribuições de Butler e Foucault como uma abordagem capaz de perceber SOCs como dispositivos performativos; (ii) identificar elementos explicativos do SOCs que incluam as categorias de análise propostas; (iii) examinar as estratégias que norteiam a construção do SOCs; (iv) Intentar uma dimensão teórica que incorpore e atualize a reflexão teórica dos princípios para construção e atualização do SOCs. A estratégia metodológica aponta para uma triangulação de métodos: a primeira fase - método exploratório - apresenta uma abordagem teórica, uma seleção de termos nacionais e internacionais dentro do tema feminista. A segunda fase - método descritivo-analítico - oferece uma comparação dos termos recolhidos na primeira fase da investigação com as terminologias temáticas de *Homosaurus*; *Library of Congress Subject Headings*; *Tesaurus de gênero: lenguaje con equidad*; *Tesouro de Mujeres* e *Tesouro* para estudos de gênero e mulheres. Por fim, na terceira fase, apresenta-se uma análise comparativa entre os instrumentos de representação citados, além de perceber e apontar o viés reducionista com que os SOCs empreendem seu *mainstream*. A pesquisa aponta o processo de cristalização de discursos sexistas e racistas nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), que não acompanham as mudanças socioculturais. Dessa forma, é preciso defender uma OSCC capaz de promover uma virada decolonial no campo da OC, destacando a importância de reconhecer as realidades interseccionais provenientes da articulação entre raça, gênero e classe.

Palavras-Chave: Sistemas de Organização do Conhecimento; Organização Social e crítica do Conhecimento; Gênero; Representação de gênero – estudos críticos; Estudos de gênero – feminismo.

ABSTRACT

In our daily lives, language challenges us and constitutes, enables, and disables us. Knowledge Organization Systems (KOS) depend on the same agency process attributed to language reverberating the same prejudices and marginalization culture creates. Critical studies on gender representation and underlying concepts have been widely produced to highlight silences or exclusions of certain discourses that underlie a reflection on the constituent aspects of the Social and Critical Knowledge Organization (SCKO). The theoretical framework is based on the concept of the device proposed by Foucault (1926-1984) and the performative character of the language suggested by Butler. The specific objectives include: (i) to explore the contributions of Butler and Foucault as an approach capable of perceiving KOS as performative devices; (ii) to identify defining elements of KOS that include the proposed categories of analysis; (iii) to examine the strategies that guide the construction of the KOS; (iv) Try a theoretical dimension that incorporates and updates the theoretical reflection of the principles for construction and updating the KOS. The methodological strategy points to a triangulation of methods: the first phase - the exploratory way - presents a theoretical approach, a selection of national and international terms within the feminist theme. The second phase - the descriptive-analytical method - compares the terms collected in the first phase of the investigation with the thematic terminologies of Homosaurus; Library of Congress Subject Headings; *Tesaurus de gênero: lenguaje con equidad*; *Tesouro de Mulheres* e *Tesouro para estudos de gênero e mulheres*. Finally, in the third phase, a comparative analysis is presented among the instruments of representation mentioned, in addition to perceiving and pointing out the reductionist bias with which the KOS undertake their mainstream. The research points to the process of crystallization of sexist and racist discourses in the Knowledge Organization Systems (Socs), which do not accompany sociocultural changes. Thus, it is necessary to defend an OSCC capable of promoting a decolonial turn in the field of OC, highlighting the importance of recognizing the intersectional realities arising from the articulation between race, gender, and class.

Keywords: Knowledge Organization Systems; Social and Critical Knowledge Organization; Gender; Gender representation - critical studies; Gender studies - feminism.

RESUMEN

En nuestro día a día el lenguaje nos desafía y constituye, habilita y deshabilita. Los Sistemas de Organización del Conocimiento (SOCs) dependen del mismo proceso de agencia atribuido al lenguaje reverberando los mismos prejuicios y marginalizaciones que la cultura crea. Estudios críticos sobre representación de género y conceptos subyacentes han sido ampliamente producidos para destacar silencios o exclusiones de ciertos discursos que fundamentan una reflexión sobre los aspectos constituyentes de la Organización del Conocimiento Social y Crítico del Conocimiento (OSCC). El referencial teórico se fundamenta en el concepto de dispositivo propuesto por Foucault (1926-1984) y en el carácter performativo del lenguaje sugerido por Butler. Los objetivos específicos incluyen: (i) explorar las contribuciones de Butler y Foucault como un enfoque capaz de percibir Socs como dispositivos performativos; (ii) identificar elementos explicativos de SOCs que incluyan las categorías de análisis propuestas; (iii) examinar las estrategias que guían la construcción del SOCs; (iv) Intentar una dimensión teórica que incorpore y actualice la reflexión teórica de los principios para la construcción y actualización del SOCs. La estrategia metodológica apunta hacia una triangulación de métodos: la primera fase - método exploratorio - presenta un abordaje teórico, una selección de términos nacionales e internacionales dentro del tema feminista. La segunda fase - método descriptivo-analítico - ofrece una comparación de los términos recogidos en la primera fase de la investigación con las terminologías temáticas de Homosaurus; Library of Congress Subject Headings; Tesauro de género: lenguaje con equidad; *Tesauro de Mujeres* e *Tesauro para estudios de género e mulheres*. Finalmente, en la tercera fase, se presenta un análisis comparativo entre los instrumentos de representación citados, además de percibir y apuntar el sesgo reduccionista con que los SOCs emprenden su *mainstream*. La investigación apunta el proceso de cristalización de discursos sexistas y racistas en los Sistemas de Organización del Conocimiento (Socs), que no acompañan los cambios socio-culturales. De esta forma, es necesario defender una OSCC capaz de promover un giro decolonial en el campo de la OC, destacando la importancia de reconocer las realidades interseccionales provenientes de la articulación entre raza, género y clase.

Palavras-chave: Sistemas de Organización del Conocimiento; Organización Social y crítica del Conocimiento; Género; Representación de género - estudios críticos; Estudios de género - feminismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos SOC	61
Figura 2 - Garantia cultural	82
Figura 3 - Organização Social e Crítica do Conhecimento: autores e temas	90
Figura 4 - As três fases da análise	124
Figura 5 – Termo Lesbian activists	133
Figura 6 – Feminsimo.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações associativas entre termos	70
Quadro 2 - Etapas de elaboração de um tesouro	74
Quadro 3 - Tipologia das formas de autorização de termos (garantias)	79
Quadro 4 - Síntese dos Procedimentos Técnicos da Pesquisa	121
Quadro 5 - Linguagens de Indexação estudadas	127
Quadro 6 - Homosaurus	130
Quadro 7 - LCSH	132
Quadro 8 - <i>Tesouro de género: lenguaje com equidad</i>	137
Quadro 9 - <i>Tesouro de Mujeres</i>	139
Quadro 10 - Tesouros para estudos de género e das mulheres	141
Quadro 11 - Categorias analíticas	144
Quadro 12 - Variáveis	150
Quadro 13 – Género	153
Quadro 14 - Femicídio	158
Quadro 15 – Feminismo-Feminismos	163
Quadro 16 - Interseccionalidade	168
Quadro 17 – Feminismo negro	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2r	Anglo American Cataloging Rules - 2sd Edition
AACR2r	Código de Catalogação Anglo Americano - 2ª Edição
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANSI	American National Standards Institute
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
IHLIA	International Gay/Lesbian Information Center and Archive
ISO	International Organization of Standardization
LC	Library of Congress
LCSH	Library of Congress Subject Headings
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros ou Transexuais, Queer, Inter sexo, Assexuais e outras possibilidades
FACAMP	Faculdades de Campinas
GGB	Grupo Gay da Bahia
KWIC	Key Word In Context
NBR	Normas Brasileiras
NISO	National Information Standard Organization
OI	Organização da Informação
OC	Organização do Conhecimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização Social do Conhecimento
OSCC	Organização Social e Crítica do Conhecimento
O²S²O	Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos
SACO	Subject Authority Cooperative Program
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Estrutura capitular	17
2. DISCURSO, SEXUALIDADE E PODER	21
2.1 Foucault: arqueologia, genealogia e dispositivo	21
2.1.1 Discurso, enunciado / acontecimentos discursivos e arquivo	24
2.1.3 Formações discursivas	32
2.1.4 Genealogia do Poder	34
2.2 Judith Butler: problema de gênero, vulnerabilidade da linguagem e a performatividade	42
2.2.1 A interpelação e iterabilidade	43
2.2.3 A linguagem e a performatividade	48
2.3 Sexualidade como dispositivo: Foucault e Butler	51
3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CRÍTICA DO CONHECIMENTO	57
3.1.1 Sistemas de classificação bibliográficas	62
3.1.2 Linguagens de indexação	68
3.2 As formas de autorização de termos nos SOC	75
3.3 Estudos críticos e a dimensão social da OC	83
4. A LUTA DAS MULHERES TEM MUITOS NOMES	92
4.1 Estudos de gênero	98
4.2 Colonialidade de gênero	104
4.3 Os problemas do discurso moderno sobre o feminismo	110
4.4 Resistências, a fala das oprimidas	115
5. DOS CAMINHOS DA PESQUISA	120
6 ANÁLISE DOS DADOS	126
6.1 Análise dos SOCs	126
6.1.1 <i>Homosaurus</i>	127
6.1.2 <i>Library of Congress Subject Headings</i>	131
6.1.3 <i>Tesauro de género: language con equidad</i>	136
6.1.4 <i>Tesauro de Mujeres</i>	138
6.1.5 Tesauro para estudos de gênero e das mulheres	140
6.2 Categorias de análise baseadas em conceitos de Foucault e Butler	142
6.3 Análise das categorias associadas às variáveis	148
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	179

1 INTRODUÇÃO

A luta das mulheres por representatividade, por sobrevivência, as une a muitas outras lutas contundentes em um mundo marcado pela “desumanização ético-política”. Essa temática é abordada por inúmeros pesquisadores, muitos dos quais indicam como as instâncias legislativas legitimam recusas à igualdade de gênero, ao reconhecimento das discriminações de raça, etnia e orientação sexual vigentes. Essa legitimação pode ser encontrada, por exemplo, no Plano Nacional de Educação, bem como em outros documentos educacionais nos níveis estaduais e municipais (CÉSAR e SANTOS, 2015).

Como muitos podem recordar, há pouco mais de três anos a capa de um periódico nacional intitulava a então primeira-dama do Brasil como “bela, recatada e do lar”. A expressão “do lar” refere-se a mulher circunscrita a papéis de gênero que limitam a sua identificação ao espectro da mulher com o desejo de se casar e se dedicar ao trabalho doméstico não remunerado – essa ideia levanta discussões acaloradas sobre a mulher, o papel social e político que exerce ou deveria exercer na sociedade. Contudo, se por um lado os termos “bela, recatada e do lar” ajudam a perceber uma realidade que afasta as mulheres da vida política e da tomada de decisões na sociedade, por outro lado, essa circunstância demarca as diferenças no campo de lutas de uma categoria denominada “mulher”. Além de indicar esse espaço de atuação restrita acaba por justificar o seu não aparecimento no espaço público bem como invisibiliza a sua participação política, a qual se exerce na pólis, domínio de deliberação performativamente construído como esfera masculina.

Em decorrência disso, é importante pensar a respeito do efeito desse discurso para as mulheres que realizam o trabalho doméstico de baixa remuneração - realidade para a maioria da população de mulheres negras no Brasil¹. Discurso esse que corrobora

¹De acordo com o consolidado pelo Boletim das Mulheres Negras o trabalho doméstico no Brasil se mostra tipicamente feminino e negro. Dentro dessa realidade, as mulheres representaram 93,2% do trabalho doméstico sem carteira e dentre elas 61,6% são mulheres negras. Disponível em: <<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-1o-trimestre-de-2021/>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

a desvalorização do trabalho doméstico, que é predominantemente desempenhado por mulheres. Para Lélia González (2020), ao abordar as questões relativas à divisão sexual de trabalho é preciso também estabelecer o vínculo com a questão racial, pois, nesse contexto, a consciência da opressão de classe e da discriminação racial constituem elementos fundamentais para a luta das mulheres pertencentes a uma das etnias subalternizadas.

Diante dessa percepção, é importante compreender como os posicionamentos hegemônicos e sexistas podem reverberar pelas vias da instância da linguagem nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs); que aqui são considerados como um dispositivo performativo que controla as formas de representação no campo do saber, na mediação e na disseminação do conhecimento. Dispositivo porque, como proposto por Agamben (2007), mostra-se capaz de congrega em si elementos heterogêneos - dentre eles: discursos, instituições, leis, proposições filosóficas, expressões científicas, morais, filantrópicas, entre outras - além de desempenhar função estratégica, visto atuar em resposta a uma determinada urgência. Performático porque opera como uma forma de ação social e tem o efeito de mudança.

Por assim entender, a questão que ganha centralidade, no âmbito deste trabalho, leva em consideração a premissa de que os SOC enquanto dispositivos controlam e performam a representação das mulheres nos processos sócio-históricos encapsulados por esses instrumentos técnicos de representação do conhecimento. Então, o problema que orientou a pesquisa se delimitou a partir da seguinte questão: as formas de autorização de termos, cânones da representação do conhecimento, as supostas “garantias²”, dão conta da emergência conceitual produzida em torno do tema feminismo na contemporaneidade?

Considerando todo um legado positivista da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) que atribui aos SOC a prerrogativa de serem instrumentos neutros do ponto de

²Garantia Literária (Literary Warrant) vem sendo discutido desde o início do século XX. Seu fundamento base foi formulado entre 1911 e 1912 pelo britânico Wyndham Hulme, no documento Principles of Book Classification. Essa obra infere que um termo teria seu conceito garantido apenas se estiver textualizado em alguma literatura da área ao qual se vincula. (GUEDES; MOURA, 2016, p. 9)

vista de sua principal função – representar a informação – enfatizamos a discussão teórica e empírica do campo, de modo a constituir uma revisão crítica de estudos que têm dado destaque à invisibilidade e marginalização de temáticas como gênero, religião e etnia, evidenciando como essas abordagens se mantiveram relegadas a padrões hegemônicos e patriarcais nos SOC (OLSON, 1998; MAI, 1999; DRUM, 2000; MIRANDA, 2007; SIMÕES, 2010; MILANI, 2014; ADLER, 2016; TRIVELATO e MOURA, 2016; TRIVELATO e MOURA, 2017, MOURA, 2018).

Por meio dessa revisão, almejou-se evidenciar alguns estudos críticos que intentam reivindicar aos Sistemas de Organização do Conhecimento contextos e idiossincrasias que desafiam as formas de representação do conhecimento, evitando a rarefação de conceitos considerados periféricos. A partir dessa percepção, denota-se a necessidade de se estabelecer um referencial teórico que consubstancia uma perspectiva de Organização Social e Crítica do Conhecimento que dê visibilidade a temas ignorados, como por exemplo interseccionalidade, em nome de uma neutralidade e universalidade de temas, à procura de uma reparação das formas pelas quais a centralidade da perspectiva masculina, branca estadunidense e/ou europeia se tornaram sistêmicos nos SOC.

Perante esse ponto de vista e contextualização, o presente trabalho se justifica devido ao desafio do enfrentamento do sexismo e do racismo que não se caracteriza apenas na esfera teórica ou analítica da BCI, mas, sobretudo, no campo político, ético e cultural. Essa pesquisa se caracteriza também como uma tentativa de evitar a naturalização de discursos que reverberam formas cristalizadas de construção do gênero, das supostas categorizações universais da mulher que sustentam a opacidade e exclusão de discursos que reivindicam um pacto civilizatório que inclua questões de raça, gênero e classe.

Como sabido, o campo da Organização do Conhecimento abrange a pesquisa acerca das linguagens de indexação, as quais envolvem tanto os estudos dos instrumentos como: tesouros, ontologias, taxonomias, quanto o estudo que indica interesse por alguns dos princípios de construção destes instrumentos. De modo consequente, há

o reconhecimento de que o conceito de garantia estruturante tem sido um conceito amplamente adotado para denotar os critérios de construção e atualização dos SOC.

Notadamente, os estudos críticos apontam para a reflexão sobre os métodos de construção e atualização desses instrumentos, evidenciando práticas de exclusão e naturalização de discursos hegemônicos. Dessa forma, e para evitar a reprodução de bases teóricas que acreditam ingenuamente na representação da informação pretensamente neutra, esta tese adotou uma posição teórica que tem por meta tornar evidente o caráter discursivo dos SOCs. A partir desse princípio foram estudados os mecanismos pelos quais as vozes do feminismo estão representadas nesses instrumentos na atualidade.

Dentro desse escopo de entendimento, Foucault (1926-1984) oferece um importante referencial teórico o qual se mostra capaz de problematizar algumas questões sobre a linguagem, a sexualidade, o feminismo e a subjetividade. Observa-se como as reflexões e estudos desse pensador recua no tempo e deixa transparecer que idade média, no contexto monástico, o sexo passa a ser visto como elemento central para definir quem somos, uma vez que a sexualidade é investigada como prática discursiva, classificada e hierarquizada a partir das diferenças, de critérios de normalidade ou desvio (FOUCAULT, [1969], 2013).

Fato é que o procedimento arqueológico-genealógico de Foucault mostra-se capaz de auxiliar na compreensão do processo histórico e temporal de um regime de verdade³ que constrói um determinado efeito de verdade decorrente dos discursos que operam entre distintas práticas como justificação racional de verdade, atuando como se fossem verdadeiros, como por exemplo, a emergência do corpo e da sexualidade como dispositivos históricos. Aqui, ressalta-se que, para esse pensador, o conceito de verdade diz não do “conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas aponta para o

³Diz daquilo que constrange o indivíduo a um determinado número de atos de verdade, os quais visam o estabelecimento de determinadas condições e efeitos específicos.

[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1988, p. 13).

Logo, o ponto central do método arqueológico que visa articular as práticas históricas (discursivas, sociais e de si) e a produção de verdade seria o entendimento das formulações discursivas, assim como os jogos de verdades, ou ainda o modo como o poder circula, como ele transforma e propaga discursos que tornam possível o aparecimento ou o silenciamento de determinada realidade social. Nota-se que o método genealógico abrange tanto o "cuidado de si"⁴ quanto a constituição do sujeito ético⁵. Consequentemente, a pesquisa de Foucault tem por meta elencar referências capazes de orientar a formação de pessoas solidárias, livres e justas e dessa forma dar visibilidade a práticas de subjetivação que estavam esmaecidas no imaginário social.

Por conseguinte, os dispositivos de poder-saber, conforme conceituados por Foucault, constituem-se como uma ferramenta potente para a captura, controle ou exclusão de estratégias discursivas que dão formas ou não aos discursos sobre os sujeitos. Como destaca Deleuze (1999), o dispositivo deve ser abordado para além da analítica do poder, isso para considerar o seu alicerce em três dimensões: saber, poder e subjetivação. De modo a alargar a compreensão dos elementos que constituem o dispositivo, a discussão empreendida aqui está articulada ao discurso performativo.

Complementarmente, o pensamento de Judith Butler – em relação ao campo de estudos de gênero, vulnerabilidade linguística, caráter performativo da linguagem – consubstancia conceitos-chaves para esta pesquisa, também por apresentar

⁴ Pressupõe uma postura ativa (ético-política) do sujeito, denotando uma certa possibilidade de resistência do indivíduo ao biopoder com o qual se depara e que, comumente, constitui-se atrelado às tecnologias de controle e vigilância dos corpos.

⁵ Indivíduos de postura ativa, cujas práticas tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade de si e dos outros, dispondo de instrumentos para tal governo.

conexões com o trabalho de Foucault no entendimento do gênero como conceito, como prática discursiva e como um instrumento para a produção de uma teoria da ação política.

De modo particular, Butler (1997) relaciona a teoria dos atos de fala à pragmática da linguagem e ao trabalho de John L. Austin (1911-1960): filósofo analítico ao qual se credita parte considerável da atual teoria dos atos de discurso. Ao assim proceder, Butler mostra situações em que uma proposição pode construir ou instanciar o objeto a que se refere, como nas “declarações performativas”, de modo que algumas afirmações não têm a função de descrever nada, mas sim de realizar. Da mesma maneira como as declarações proferidas na primeira pessoa, no tempo presente e na voz ativa, elas realizam uma ação: de onde surge o termo performativo e a declaração performativa.

Butler dialoga com esta terminologia – declaração performativa – para pensar o gênero como uma ação, uma performance, ou seja, a forma de vestir, de falar, de gesticular e a ideia do gênero performativo vincula-se aos atos que são reencenados ao longo da vida de um indivíduo, de acordo com as normas de gênero estabelecidas socialmente e legitimadas pelas práticas regulatórias. Sendo assim, nenhuma identidade existe por trás dos atos de fala que supostamente representam o gênero, e esses atos se constituem – e não necessariamente representam – por essa razão, é possível entender o gênero como um discurso.

Os corpos são marcados pelo gênero, pela raça, classe, sexualidade e essas categorias são desestabilizadas no discurso performativo. A iteração, a interpelação invocam o enunciado imperativo, uma leitura performativa que constitui o poder do discurso para nomear. Ou seja, para Butler (1997, p. 232), há uma operação prévia para legitimar as normas de gênero e dessa maneira o conceito de “feminilidade não é, portanto, o produto de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja

historicidade complexa é indissociável das relações de disciplina, regulação e punição⁶.”

Donde ser notório como o ideal regulatório dos discursos de gênero de Judith Butler e o papel central dos discursos para a constituição dos sujeitos desvenda paralelos importantes com o trabalho de Foucault. A seu turno, para abordar o processo de identificação do sujeito, Butler explora o conceito de interpelação: processo em que os indivíduos se reconhecem como sujeitos. Dessa maneira, o processo de identificação do indivíduo ocorre por intermédio da interação social, da mediação do sujeito com a sociedade, daí surge a identidade social, base para constituição da identidade. Por meio dessa interação o sujeito é interpelado e, assim, ele se torna aquele que as relações de poder constituíram, reconhecendo-se como sujeito.

Por essa via analítica, fica evidente como no contexto dos SOC, a linguagem, supostamente “garantida” – que nomeia categorias ou termos que interpela e constitui – habilita e desabilita sujeitos ou temas, podendo reproduzir práticas sexistas do patriarcado dominante. Como por exemplo, o modo como as formulações iniciais do feminismo demonstrou insuficiências ao representar as mulheres, conforme está reverberada nos SOCs. Reforçando a relevância desse viés investigativo, alguns pesquisadores no âmbito da BCI conduziram pesquisas recentes usando métodos de verificação à luz de conceitos de Foucault. Esses estudiosos, ao fazerem uso de alguns métodos qualitativos empíricos que operam como padrão nas ciências sociais, introduziram a interpretação social como uma “dimensão extra”: denotando uma nova maneira de entender a interseção de poder e conhecimento.

À luz da leitura de estudos críticos no campo da BCI, e em similar medida, a possibilidade de caracterizar uma “dimensão social” da Organização do Conhecimento (OC) marca fortemente uma das preocupações desta pesquisa. Para tanto, os conceitos – dispositivo, performatividade e vulnerabilidade da linguagem – acolhidos dos pensadores Michel Foucault e Judith Butler despontam como categorias capazes de fornecer um arcabouço teórico substancial à abertura de um diálogo em

⁶Femininity is thus not the product of a choice, but the forcible citation of a norm, one whose complex historicity is indissociable from relations of discipline, regulation, and punishment.

torno dos dispositivos influenciando as formas de compreender os procedimentos e mecanismos pelos quais o gênero e performances de gênero se constituem e que, conseqüentemente, incidem nas nossas formas de compreender os processos de construção e atualização dos SOC.

Por essa razão, a pesquisa se justifica a partir dessa crítica que vem ganhando espaço no meio acadêmico (Rita SEGATO, 2012; Gayatri SPIVAK, 2018; Audre LORDE, 2019; Carla AKOTIRENE, 2019; Grada KILOMBA, 2019; Maria LUGONES, 2019; Patricia HILL COLLINS, 2019; bell HOOKS, 2019; Lélia GONZALEZ, 2020; Silvia FEDERICI, 2021) e político, como é o caso das campanhas de Marielle Franco (Rio de Janeiro) e Duda Salabert (vereadora de Belo Horizonte, MG) que evidenciaram o risco dos discursos a respeito dos feminismos enquanto domínio específico e privilegiado para a discussão de algumas questões sensíveis e caras à Organização do Conhecimento (OC).

A partir dessa constatação, a pesquisa tem como hipótese a ideia de que os SOC não acompanham as mudanças socioculturais em curso e apenas reverberam os processos que cristalizam efeitos de verdade em nome de um discurso hegemônico, reproduzindo, muitas vezes, os mecanismos de esmaecimento e de exclusão de determinados discursos na sociedade.

Imerso nesta percepção e contexto, o traço metodológico desta pesquisa doutoral busca, a partir da representatividade do conceito feminismo nos SOC, avaliar as capacidades estruturantes desses sistemas em abarcar novos conceitos emergentes, no que se refere à maleabilidade da representação e organização de conceitos em emergência.

Considerando tal problemática, o objetivo geral desta tese é analisar elementos fundantes da construção de linguagens de representação da informação a fim de oferecer proposições teórico-conceituais que caracterizam esses instrumentos de organização social do conhecimento, tendo em vista que a articulação da linguagem está permeada pelo caráter performativo e agenciada pelos dispositivos discursivos. Isso porque, nos processos de construção e atualização da linguagem opera um

dispositivo que controla e cria os efeitos de verdade, conferindo o caráter performativo à linguagem.

Mediante esse escopo de pesquisa, o objeto de análise é a representação de conceitos relacionados aos feminismos presentes nos SOC e os objetivos específicos apontam as seguintes direções: (i) explorar as contribuições de Butler e Foucault como uma abordagem capaz de perceber os SOCs como dispositivos performativos; (ii) identificar elementos explicativos dos SOCs que incluam as categorias de análise propostas; (iii) examinar as estratégias que norteiam a construção dos SOCs; (iv) propor uma dimensão teórica que incorpore e atualize a reflexão teórica dos princípios para construção e atualização do SOC.

Em busca de uma abordagem aplicada, o trabalho analisa empiricamente algumas dimensões da representação do feminismo em cinco instrumentos: *Homosaurus*; *Library of Congress Subject Headings*; *Tesouro de género: lenguaje con equidad*; *Tesouro de Mujeres*, e o Tesouro para estudos de gênero e das mulheres. Esses SOCs serão compreendidos, no âmbito desta pesquisa, como dispositivos performativos que interpretam e produzem discursos sobre os sujeitos por intermédio de categorias com pretensão de universalidade. Ou seja, a intenção é a busca por um oportuno fortalecimento das bases epistemológicas da Organização do Conhecimento (OC) e a adoção de bases éticas no sentido de localizar representações sexistas, ou formulações feministas universalizantes, por exemplo; uma maneira de perceber as insuficiências para fomentar a aplicação de métodos e garantias menos positivistas nos processos de construção e atualização dos SOC.

1.1 Estrutura capitular

A seção introdutória procura descrever a temática central e sua relevância para a OC, os objetivos e os aportes teóricos que sustentam a análise ora proposta. A tese se compõe de outras seis seções organizadas de modo a assegurar a compreensão das categorias de análise, a evidenciar o conceito de OC e o que pode ser entendido como

OSC, seguidos da apresentação da metodologia, da empiria e das considerações finais.

A segunda seção – intitulada **Discurso, sexualidade e poder** – tem por objetivo apresentar algumas categorias que viabilizam uma abordagem analítica do *corpus*. A seção possui três subdivisões: (i) **Foucault, arqueologia e dispositivo**; (ii) **Judith Butler: problema de gênero, vulnerabilidade da linguagem e a performatividade**; (iii) **A sexualidade como dispositivo: Foucault e Butler**. Essas subdivisões oferecem os seguintes conteúdos:

A primeira subseção – **Foucault, arqueologia e dispositivo** – utiliza a concepção discurso como ponto de partida e/ou passagem para vislumbrar, de modo mais amplificado, como certas instituições produzem regimes de verdade, conforme abordados na introdução. Por meio da descrição do funcionamento da função discursiva – função principal dos SOCs: representar a informação e o conhecimento – se discute alguns modos peculiares de atualização das linguagens documentárias, as quais escapam dos princípios e regras que visam garantir a circulação, ou representação de temas. Por perceber essa relativa desestabilização no modo de funcionamento da representação nos SOC, busca-se caracterizá-los como dispositivos performativos, dado permitirem a observação de sua totalidade a partir de um único ponto de vista.

A segunda subseção – **Judith Butler: problema de gênero, vulnerabilidade da linguagem e a performatividade** – se estrutura sobre reflexões que se apoiam em outros modos de intervenção do conceito foucaultiano de discurso como prática e da sexualidade como dispositivo. Alguns conceitos de Butler, em interlocução com Foucault, auxiliam a intrínseca articulação entre os conceitos de Foucault, escolhidos a partir da seção anterior, e a composição de categorias teóricas de análise.

Ainda na terceira subseção, a subseção intitulada **A sexualidade como dispositivo: Foucault e Butler** aborda a aproximação entre os dois teóricos ao discutir a temática sobre o discurso de poder que cria e dá o direito à vida.

A terceira seção – intitulada **Organização Social e Crítica do Conhecimento** – busca compreender, analítica e sistemicamente, os instrumentos de representação da informação. Para tanto, são abordados o princípio e o escopo das formas de autorização terminológica, propostas até o momento na literatura. Nessa seção são consideradas algumas propostas rumo a uma nova concepção de critérios na Organização do Conhecimento. Essa proposição tem a intenção de ancorar a reflexão sobre os aspectos estruturantes dos SOC, bem como indicar a opacidade de alguns conceitos no processo de representação a partir do diálogo estabelecido com os seguintes autores e autoras (Hope OLSON, 1998; Jens-Erik MAI, 1999; Michele DRUM, 2000; Marcos MIRANDA, 2007; Maria da Graça SIMÕES, 2010; Suellen MILANI, 2014; Melissa ADLER, 2016; Rosana TRIVELATO e Maria Aparecida MOURA, 2016 e 2017 ; Brisa SOUZA e Vinícius TOLENTINO, 2017; Fábio PINHO, 2017; Maria Aparecida MOURA, 2018; Gustavo SALDANHA, Franciele SILVA, Graziela LIMA, Dirlene GARCEZ e Nathália ROMEIRO, 2018; Erinaldo VALÉRIO e Raimunda SANTOS, 2018; Pablo GOMES e Maria Guiomar FROTA, 2019).

A quarta seção – **A luta das mulheres tem muitos nomes** - visa apresentar as discussões que tratam o feminismo, o feminismo negro e as temáticas que vêm se tornando centro das discussões das questões contemporâneas como, por exemplo, a decolonialidade, a qual visa desconstruir caminhos, perspectivas, padrões e conceitos imputados pelos colonizadores aos povos subalternizados há anos, atuando também como uma necessária e incisiva crítica direta ao capitalismo e seus desdobramentos.

A quinta seção – nomeada **Dos caminhos da pesquisa** – apresenta o marco teórico-metodológico da pesquisa, focado em uma abordagem exploratória a partir da apropriação dos conceitos de dispositivo (Foucault) e de performance (Butler), definições que indicam ser os SOC dispositivos performativos.

A sexta seção – **Análise dos dados** – discute a relação entre a produção dos feminismos na atualidade e a formação discursiva dos termos gênero, feminicídio, feminismo, feminismo negro e interseccionalidade. Destacam-se os temas em cinco SOCs: *Homosaurus*; *Library of Congress Subject Headings*; *Tesauro de género: lenguaje con equidad*; *Tesauro de Mujeres*, e o Tesauro para estudos de gênero e das

mulheres. Além disso, o texto destaca que a formação discursiva nos SOCs depende das relações que se estabelecem entre superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação, baseando-se nos moldes do discurso em curso. No entanto, os SOCs não conseguem abarcar os discursos pari e passo com a sua emergência servindo-se apenas de esquemas mentais convencionais, como a garantia literária, por exemplo.

Por fim, as **Considerações finais** constataram que a análise empírica de cinco instrumentos aponta para o processo de cristalização de discursos sexistas e racistas nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), que não acompanham as mudanças socioculturais. Dessa forma, é preciso defender uma Organização Social e Crítica do Conhecimento destacando a importância de reconhecer as realidades interseccionais provenientes da articulação entre raça, gênero e classe.

É importante salientar que os trabalhos dos autores Michel Foucault e Judith Butler foram organizados a partir da data da publicação original de cada obra entre colchetes seguida da data da edição usada. Embora essa não seja a referência ideal, essa alternativa foi adotada tendo-se em vista a grande variedade de edições existentes das obras desses autores, principalmente as de Foucault. Dessa maneira, a intenção é situar os leitores sobre a cronologia das publicações citadas neste trabalho.

2. DISCURSO, SEXUALIDADE E PODER

Michel Foucault e Judith Butler proporcionam a este trabalho um arcabouço teórico para pensar a produção de tecnologias para o saber-poder e ainda sobre a constituição dos sujeitos, dos processos de subjetivação dos corpos, da dimensão pública das subjetividades, do Estado e dos movimentos sociais.

A partir do referencial teórico oferecido por esses autores sobre a temática explicitada, busca-se construir um exercício metodológico que dê conta de ampliar discursos no contexto da representação da informação.

2.1 Foucault: arqueologia, genealogia e dispositivo

Paul-Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, foi professor no *Collège de France* e um dos autores mais prolíficos de estudos críticos que abordam o poder, o conhecimento e as formas de controle social. A produção do pensador é vasta, contudo, o estudo realizado nesta tese não se debruça sobre o conjunto de suas obras, mas sim adota em seu aporte teórico parte da perspectiva arqueológica e genealógica proposta por Foucault. Trata-se da adoção de uma abordagem crítica e que pode ser identificada como uma espécie de efeito-Foucault no campo da OC.

Com o intuito de entender as formações discursivas e o poder que silencia ou oferece voz a discursos na história tradicional, é utilizado o trabalho arqueológico de Foucault existente na obra “Arqueologia do saber”, lançada em 1969. Outra publicação cara a esta pesquisa é “A ordem do discurso”, aula inaugural no *Collège de France* proferida em 1970, onde se pode observar a busca de Foucault por delinear como o poder limita a circulação de certos discursos, além de tecer percursos metodológicos que “possibilitam acessar novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; conjuntos, às vezes números, densos e intercambiáveis” (BERNARDES, 2004, p. 247). É justamente essa perspectiva, como já salientado por Bernardes (2004, p. 247), que lança o projeto de estudo das interdições que atingem o discurso da sexualidade.

Um dos legados do trabalho do filósofo Michel Foucault, consiste na busca por analisar os contextos sócio-históricos das práticas discursivas, dos jogos de verdade, da

subjetivação e da construção de saberes. A intenção desse pensador era que os seus construtos conceituais servissem como “caixa de ferramentas” capaz de evidenciar as teias do poder.

Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 49),

Assim como Kant, que acordou do seu sono dogmático e deduziu as categorias que deveriam colocar a física no seu devido lugar, Foucault deseja acordar-nos do nosso “sono antropológico” com intuito de nos abrir os olhos para um estudo bem-sucedido dos seres humanos.

Com esse intuito, Foucault ([1969], 2014, p. 25) seguiu em “um empreendimento pelo qual (ele tenta) desnudar as últimas sujeições antropológicas; empreendimento que almeja, em troca, demonstrar como essas sujeições puderam se formar”. A arqueologia como um princípio metodológico lida com o reconhecimento dos discursos e da formação histórica deles em um determinado campo de saber: como, em um determinado campo, dado discurso se formou; como surgiu e se configurou em um discurso legitimado sobre determinado assunto.

Revel (2005, p. 16-17, grifo nosso), caracteriza o método de pesquisa adotado por Foucault em dois momentos: arqueológico e genealógico.

Na "arqueologia", reencontra-se, ao mesmo tempo, **a ideia da *archê*, isto é, do começo, do princípio, da emergência dos objetos de conhecimento, e a ideia de arquivo - o registro desses objetos**. Mas, da mesma maneira que o arquivo não é o traço morto do passado, a arqueologia visa, na verdade, ao presente: "Se eu faço isso, é com o objetivo de saber o que nós somos hoje". Colocar a questão da historicidade dos objetos de saber é, de fato, **problematizar nosso próprio pertencimento, ao mesmo tempo, a um regime de discursividade dado e a uma configuração do poder**. O abandono do termo "arqueologia" em proveito do conceito de "genealogia", logo **no começo dos anos 70, insistirá sobre a necessidade de dirigir a leitura "horizontal" das discursividades para uma análise vertical - orientada para o presente - das determinações históricas de nosso próprio regime de discurso**.

Foucault ([1969], 2014, p.153-154) estabelece uma série de noções (formações discursivas, positividade, arquivo), define um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas) na tentativa de fazer com que surgisse a especificidade de um novo método capaz de descrever e analisar a linguagem. Dessa forma, lança a questão: “O que pode, então, oferecer essa "arqueologia", que outras

descrições não seriam capazes de dar? Qual é a recompensa deste árduo trabalho arqueológico?

Para responder essas questões Foucault ([1969], 2014, p.156-157) estabelece um distanciamento entre a história das ideias, “a disciplina⁷ de começos e fins”, e a arqueologia. O procedimento arqueológico para ele trata “precisamente [do] abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, [da] tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram.” Como uma proposta distinta da busca pela gênese, continuidade, totalização, o procedimento arqueológico avança com a intenção de perceber a cristalização dos discursos e a relação de poder que os costura.

A proposição de Foucault ([1969], 2014, p. 26) sugere “libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade”, referindo-se à noção do saber histórico. Assim,

a **noção de tradição**: ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma deste conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos. O mesmo acontece com a **noção de influência**, que fornece um suporte – demasiado mágico para poder ser bem analisado – aos fatos de transmissão e de comunicação [...] Assim também ocorre com as **noções de desenvolvimento e de evolução**,: elas permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador [...] O mesmo acontece com **as noções de mentalidade ou de espírito**, que permite estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido. (FOUCAULT, [1969], 2014, p. 26)

No âmbito da OC é consenso que a tradição positivista encarregou de estabelecer uma concepção de interpretação que apresenta os SOC como instrumentos técnicos,

⁷Em primeiro lugar, se se entende por “disciplina” um conjunto de enunciados que se organizam a partir de modelos científicos (que tendem à coerência, estão institucionalizados, são ensinados como ciências) mas que não alcançaram ainda o estatuto de ciência, é necessário dizer que a arqueologia não descreve disciplinas. As disciplinas podem servir como ponto de partida para a análise arqueológica, mas não fixam os limites da descrição arqueológica. (CASTRO, 2016, p.393)

construídos e aplicados por profissionais bibliotecários e da informação, pautados em uma pretensa neutralidade. Por consequência, a noção de tradição da imparcialidade ofusca, na maioria das vezes, as reflexões críticas sobre a questão da representação das mulheres nos SOC (OLSON, 1998; DRUM, 2000; MIRANDA, 2007; MILANI, 2014; ADLER, 2016; TRIVELATO e MOURA, 2016 e 2017 ; PINHO, 2017; MOURA, 2018; SALDANHA, SILVA, LIMA, GARCEZ e ROMEIRO, 2018; VALÉRIO e SANTOS, 2018; GOMES e FROTA, 2019)

A arqueologia assinala a necessidade de rever as incertezas que permeiam a história das ideias, e mais precisamente no âmbito deste trabalho, que permeiam a OC. Por esse motivo, é preciso empreender a transformação e a ruptura de algumas noções que compõem a tradição histórica da BCI.

Além disso, o empreendimento arqueológico considera os discursos como práticas. Discurso é ação, interação. E não “se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um outro discurso mais oculto [...] não é uma doxologia, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso” (FOUCAULT, [1969], 2014, p.158). Logo, não se trata da hermenêutica de um fato. A arqueologia não busca nada fora da interação, mas sim as ações corporais, instrumentais e da linguagem. É ela a procura por elementos que possam construir a história de uma verdade. Retomando o campo da BCI, é possível intuir que a verdade de um documento não está propriamente no documento, uma vez que o documento à luz da teoria foucaultiana é um efeito de verdade. À vista disso, para empreender um exercício arqueológico, seria necessário trazer para unidade de análise uma série de discursos que conquistaram o estatuto de documento para auxiliar a montar o processo que pode formar um discurso, ou uma verdade, ou um sujeito, ou uma instituição.

2.1.1 Discurso, enunciado / acontecimentos discursivos e arquivo

Um enunciado é sempre como um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. A experiência de um acontecimento não tem como dar conta do seu todo, há um descompasso entre tudo o que pode ser dito e o que

efetivamente é dito. Dessa forma, se a linguagem não consegue dar conta de um acontecimento, sempre haverá uma interpretação do acontecido.

[...] uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O conjunto dos acontecimentos discursivos, em compensação, é um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas, elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda a capacidade de registro, de memória, ou de leitura; elas constituem, entretanto, um conjunto finito (FOUCAULT, [1969], 2014, p. 33).

É necessário ressaltar que a arqueologia não se atém às regras sob as quais os enunciados são construídos, “a descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar” (FOUCAULT, [1969], 2014, p.33). Por causa disso, a arqueologia se interessa pelo estudo das estratégias por meio das quais as formações discursivas permitem a formação de um conjunto de enunciados que compõem um discurso e, ao mesmo tempo, a construção de uma certa regularidade discursiva. Tal análise faz referência à busca por esquemas que permitam relações entre diferentes temas ou teorias, agrupando-os em uma unidade discursiva, ou seja em uma mesma formação discursiva dos discursos pronunciados, logo, materializados.

Para a definição do enunciado, segundo Machado (2006), será preciso averiguar a distinção entre proposição e frase. O discurso em termos de enunciados, isto é, na medida em que o enunciado é concebido como unidade elementar – elemento último da decomposição do discurso – que forma um discurso entrando em relação com outras do mesmo tipo, permitindo definir o discurso como família de enunciados.

Para a lógica, expressões como “Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu” são uma mesma proposição, podem ser simbolizadas da mesma maneira. Mas como enunciados elas não são equivalentes, não podem ocupar o mesmo lugar no discurso. [...] Para a gramática, a frase é a unidade básica. Pode-se dizer que **havendo frase há enunciado**. Entretanto, **existem enunciados que não correspondem a frase alguma**. Um quadro classificatório das espécies botânicas, uma árvore genealógica, são constituídos de enunciados, mas não de frases. As palavras “amo, amas, ama” escritas em uma gramática latina não formam uma frase embora sejam o enunciado da conjugação de um verbo. A série de letras A, Z, E, R, T, em um manual de datilografia, não é uma frase, embora seja o enunciado da ordem alfabética adotada para as máquinas francesas (MACHADO, 2006, Edição Kindle, grifo nosso).

De forma análoga à exposição proposta por Machado (2006), pensando no contexto dos SOC, as palavras “educação, literatura, sociologia”, escritas em uma linguagem documentária também não formam uma frase, embora sejam um termo para representação temática de documentos. Ou ainda, a série de notações 000, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 700, 800, 900, não se trata de uma sequência numérica, mas sim de um enunciado, um encadeamento lógico que representa os assuntos principais da Classificação Decimal de Dewey (CDD). Os dois exemplos foram apresentados para evidenciar que as leis de construção das proposições, as que lhe conferem o *status* de discurso historicamente situado, também se aplicam aos SOC. E eles não escapam à armadilha da naturalização discursiva, o que é comum quando se cede ao estatuto de uma pretensa neutralidade.

Essa distinção mostra que uma análise arqueológica não emprega critérios lógicos ou gramaticais. O enunciado não depende apenas desses dois critérios para existir, e, ao mesmo tempo, “para que se possa falar de frase ou proposição é preciso que haja enunciado. Elas são afetadas pela presença de um enunciado que as faz existir em tempo e espaço determinados. O enunciado é, portanto, uma função de existência” (MACHADO, 2006, [Edição Kindle]).

Para Castro (2016, p. 24), a “arqueologia é uma descrição de acontecimentos discursivos”. Do termo acontecimento pode-se identificar sentidos: o “acontecimento arqueológico” que anseia “dar conta da novidade histórica”; e o “acontecimento discursivo” quer dar conta da “regularidade histórica das práticas” (objeto da descrição arqueológica). E qual seria a relação entre esses dois sentidos do termo acontecimento? As novidades instauram novas regularidades

[...] Se os acontecimentos discursivos devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras, que estatuto convém dar a esse descontínuo? Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade de posições e de fundações possíveis. Tal pluralidade golpeia e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou as mais facilmente contestadas: o instante e o sujeito. [...] Enfim, se é verdade que essas séries discursivas e descontínuas têm, cada uma, entre certos limites, sua regularidade, sem dúvida não é menos possível estabelecer entre os elementos que as constituem nexos de causalidade mecânica ou necessidade ideal. É preciso aceitar introduzir a causalidade como categoria na produção dos acontecimentos (FOUCAULT, [1970], 2013, p. 55-56).

Diante a formação dos conceitos, a historicidade, seu caráter produtivo, a dispersão de discursos, de instituições, práticas, sujeitos ou ante a emergência de um acontecimento, um analista do discurso se empenha na tarefa de averiguar as unidades discursivas, as regularidades discursivas em busca do que foi efetivamente dito.

O caráter inquietante do discurso foi descrito em “A ordem do discurso”, como dito, aula inaugural proferida por Foucault em 1970 no *Collège de France*.

[A] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo se reduziu as asperidades. (FOUCAULT, [1970], 2013, p.8).

Foucault afirma que a sociedade adota alguns procedimentos de exclusão. Dentre eles, o mais familiar e evidente é a interdição: “não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, enfim, não se pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, [1970], 2013, p.9). Em suma, é ela – a interdição – o poder que se manifesta como resultado da vontade de estruturar o campo possível da ação dos outros. Assim, os discursos dão conteúdo e forma a um conjunto de relações de poder entre uma variedade de indivíduos e instituições.

Caminhando no sentido de entender o que inaugura o discurso, Foucault ([1970], 2013, p.5) evidencia que nenhum discurso é inaugural ou originário, seja ele explicitado em texto, fala, imagem e outros. E sobre a constituição do EU que se expressa, o pensador deixa claro que “não haveria [...] começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, EU seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, o ponto de seu ponto de desaparecimento possível”. Rosa Fischer (2012, p.35-36) remonta esse trecho reflexivo foucaultiano destacando que o EU não pode ser compreendido como o “sujeito individual único e original, inaugurador pleno de um discurso”.

[...] Ora, afirma Foucault, somos jamais aquela voz da qual vem o discurso; o discurso me acolhe e o que produzo não vem de mim. Obviamente que não, em vez disso, nos ensina o filósofo, **estamos sempre à mercê do desenvolvimento de determinados e múltiplos discursos**; à mercê das

suas lacunas, à mercê mesmo da sua desapareição possível (FISCHER, 2012, p. 36, grifo nosso).

Ao refletir sobre isso, Fischer (2012) destaca como Michel Foucault ([1970], 2013) – por meio de sua produção intelectual – permite aos seus interlocutores questionar sobre o sujeito único e original do discurso, mostrando que sempre há vozes ou discursos “antes de mim”, antes do EU. Assim, pensando no contexto e estruturação discursiva desta tese, não sou só eu que falo a vocês como sujeito inaugurador pleno desse discurso.

Para compreender melhor o modo de estruturação das expressões e termos constituídos linguística e culturalmente, parece necessário observar o discurso e as suas articulações na sociedade por meio de três modos de classificar, delimitar e controlar o discurso: os procedimentos externos, internos e o sistema de restrição. Os procedimentos externos, o discurso pode sofrer (i) a interdição – não se pode dizer tudo e o que não pode ser dito, como por exemplo, o tabu ao se falar no assunto sexualidade e desejo; (ii) a separação e a rejeição – quem pode falar, um exemplo é a recusa da escuta do louco; (iii) a vontade de saber – aquela que legitima o próprio discurso, em si mesmo, e se impõe a universalidade, normalidade e é excludente.

Dentro do âmbito dos procedimentos internos ou princípios de rarefação do discurso, Foucault ([1970], 2013) cita o comentário, o autor e a organização das disciplinas como elementos estruturadores que precisam ser considerados, dada a relevância que denotam. Segundo ele, o

[.] comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso é transferido, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (FOUCAULT, [1970], 2013, p.21-22).

Nesse sentido, o comentário pode gerar dois tipos de discursos: um que repete e reafirma o que que foi dito ou articula a construção de novos discursos. Um exemplo de comentário seria qualquer texto dissertativo sobre os conceitos em Foucault.

O autor é considerado outro procedimento interno de articulação do discurso. Muitas vezes o autor e o discurso que pronunciou se tornam um só. O discurso do autor

confere a ele uma autoridade e identidade. “O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como **unidade de origem de suas significações**, como foco de sua coerência” (FOUCAULT [1970], 2013, p.26, grifo nosso). Ou seja, o autor organiza, agrupa elementos de forma a dar coerência e sentido ao discurso. O argumento do autor segue as normas de escrita e regras institucionais, o que certifica a veracidade do tema abordado.

Por essa via de entendimento, a arqueologia desponta como a análise de um discurso em sua modalidade de arquivo, como acontecimento. O estatuto e a legitimidade estão constituídos como documento, Foucault quer entender qual o processo que transformou algo em documento, de fato. Por esse motivo, a arqueologia se revela como procedimento quando busca montar a cena do acontecimento, ainda não entendido como fato. Ela procura por vestígios que tornam o acontecimento como um fato, um documento, tentando reconfigurar o estatuto do documento. O discurso é documento. Como se produz a legitimidade do discurso, o porquê de um discurso se tornar verdade e à medida que a busca por entender como esta legitimidade dos discursos acontecem nas práticas sociais vão se tornando mais complexas, Foucault pensa as técnicas de poder usadas pela sociedade, o que ele descreve como: a genealogia do poder (concepção que será tratada na próxima subseção).

A ideia é pensar o discurso como acontecimento, como momento histórico, uma ação temporal e não um fato, pois o fato é uma verdade, um conjunto de acontecimentos que se produzem num discurso como verdade, verdade de algo. O que produz a importância de um discurso não é o que foi dito e sim quem disse. O discurso deve ser visto como forma.

[...] no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições (FOUCAULT, [1978], 2009, p.255-256).

A presença do acontecimento discursivo garante a articulação do acontecimento discursivo enunciativo com acontecimentos que são de outra ordem (econômica, política, social). O acontecimento discursivo se refere à emergência do enunciado, um momento anterior à delimitação de objetos que vão emergir nas formações discursivas, assim, se encarrega tanto da articulação do discurso (não discursivo) como da condição preliminar do discurso (discursivo).

Complementarmente, o “regime de verdade” trata do modo como determinada ideia foi construída como verdade. Foucault procura mostrar que essas “verdades” podem mudar quando são modificadas no conjunto de regras de formação dos discursos. Além disso, como resultado desse processo de regime de verdade emerge a produção de um “efeito de verdade”, que por sua vez naturaliza discursos, como se houvesse uma espécie de apagamento da sua construção histórica, uma cristalização. Assim posto, a arqueologia está em busca do processo histórico e temporal, do regime de verdade que construiu um determinado efeito de verdade.

Por conseguinte, pode ser defendido que essa mesma busca arqueológica proposta e executada por Foucault deveria estar no horizonte das linguagens documentárias, com o intuito de compreender os *modus* como o apagamento e a naturalização cristalizam discursos e, assim, poder romper com essa ocorrência que fragiliza a representação documental dos conteúdos.

O discurso produz efeitos de verdade, afinal, ele está atravessado pelos efeitos de poder que são inerentes ao discurso. Em função disso, se torna necessário que se percorra também o caminho genealógico do poder para entender qual regime de verdade provocou determinado efeito de verdade: o discurso.

2.1.2 Modalidades do discurso – modalidades enunciativas

As modalidades enunciativas estão sempre pensando em torno do lugar que se fala. As perguntas cruciais para Foucault seriam: (i) quem é o sujeito que fala? “quem, no conjunto de todos os falantes, tem boas razões para estar nessa posição” (FOUCAULT, [1969], 2013, p.56). Ou seja, localizar quem fala e qual arranjo social

produziu esse sujeito como posição legítima é essencial para se compreender o todo discursivo e os jogos de poder por detrás dessas enunciações. O sujeito do discurso para Foucault aparece no momento da interação com o discurso. Quem constrói o discurso da loucura? Os médicos, os psicólogos, as clínicas, o judiciário, e outros, que produzem a naturalização dos discursos.

(ii) De onde se fala? Ideia é um espaço de fala. Para Foucault, pensar o espaço e a arquitetura é fundamental, pois, para ele, a arquitetura é um discurso e é um discurso que produz sujeitos e discursos e novas materialidades.

(iii) Por que fala? “O sujeito questiona segundo uma certa grade de interrogações e ouve segundo um programa de informação, observa segundo um quadro de traços característicos” (FOUCAULT, [1969], 2013, p.58), ou seja, tem um cenário do discurso que precisa ser reconstruído, que precisa ser preenchido para que se possa entender como uma materialidade foi produzida. A materialidade em si seria um problema, loucura ou sexualidade, ou quaisquer sujeitos que se tornam objetos de análise da ciência moderna e que se tornam também mecanismos e justificativas para produção de instituições, políticas, prédios. Entender como esse sujeito, que não é um sujeito que fala, mas também um lugar de fala, porque o corpo também é um lugar que sofre ações de discursos que vão se materializando. Por exemplo, pensando o discurso sobre a mulher e as formas de controle da sexualidade, o sujeito feminino fica refém a um conjunto de discursos que as relega a uma sexualidade normativa.

(iv) Para quem fala? Não é o receptor direto do discurso, que precisa ser construído. “[...] observar a utilização de instrumentos que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito ao nível perceptível médio e imediato, assegurando sua passagem de um nível superficial a um nível profundo”. (FOUCAULT, [1969], 2013, p. 59) Nessa dimensão, um discurso projeta e produz uma ação que, por sua vez, pode produzir novos discursos e novas materialidades. Isso não ocorre pelo conteúdo do discurso, mas sim pela forma do discurso e por quem fala, quem legitima o discurso nesta forma; a forma está representada pela forma de vestir, de falar e de se representar.

2.1.3 Formações discursivas

Para entender as formações discursivas Foucault buscou inicialmente a unidade do discurso, contudo, não encontrou nem a homogeneidade, nem materialidade do documento e nem o autor. Para o pensador, o empreendimento arqueológico requer rompimento com o estatuto dos documentos eleitos para a construção do campo do saber. A formação discursiva atravessa os documentos, discursos públicos e as práticas discursivas cotidianas.

Seguindo em direção ao entendimento da abordagem discursiva, cabe expor que as formações discursivas são enunciadas de diferentes formas, dispersas no tempo e que formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto. Assim, os discursos dão conteúdo e forma a um conjunto de relações de poder entre uma variedade de indivíduos e instituições; podem ser “ao mesmo tempo controlada(s), selecionada(s), organizada(s) e redistribuída(s) por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade” (FOUCAULT, [1969], 2013, p. 8-9).

Foucault inferiu que nas unidades do discurso depara-se com um domínio com séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações. As formulações enunciativas de níveis diferentes, com funções heterogêneas para compor uma figura única, simulam através do tempo e além das obras individuais, um grande texto ininterrupto. Os conceitos se diferem em uma estrutura e nas suas regras de utilização, ignoram-se ou até mesmo se excluem, o que os impossibilita de entrar na unidade de uma arquitetura lógica. Ao invés da permanência temática, um conjunto de possibilidades estratégicas diversas permite a ativação de temas incompatíveis ou, até mesmo a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes (FOUCAULT, [1969], 2013, p.42). Por esse motivo, o pensador propõe a si mesmo examinar e descrever tais dispersões. Para ele:

[...] pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco,

transformações ligadas e hierarquizadas. Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir cadeias de inferência (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer quadros de diferenças (como fazem os linguistas), descreveria sistemas de dispersão (FOUCAULT, [1969], 2013, p. 42-43).

Isto posto, Foucault denomina como formação discursiva (semelhante ao sistema de dispersão) os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas nos quais há uma regularidade. As regras para a formação discursiva são as condições de existência e, também, as de coexistência, as de manutenção, as de modificação e as de desaparecimento de um dado discurso. Ao debruçar sobre essa problemática, Machado (2006 [Edição Kindle]) explica que um

único tema pode ser encontrado em diferentes tipos de discurso, do mesmo modo que um único discurso pode produzir temas diferentes. Assim, será preciso definir, na análise dos discursos, um campo de possibilidades temáticas, a regra de formação dos temas possíveis. Os discursos não têm, portanto, princípios de unidade. E daí surge a ideia de analisá-los como pura dispersão. A dita unidade de um discurso, como uma ciência por exemplo, unidade procurada nos níveis do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade uma dispersão de elementos.

Por assim se constituir, o entendimento de formação discursiva se dá a partir da descrição de quatro direções de funcionamento dos saberes: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. Mais pontualmente, em relação à formação dos objetos, Foucault concebe três fases para identificar as regras do aparecimento do discurso:

- (i) Identificar as primeiras superfícies de emergência, ou seja, de onde os conceitos podem surgir. Todas as superfícies de emergências dependeram da sociedade analisada. “Permanecendo no século XIX, é provável que elas fossem constituídas pela família, pelo grupo social próximo, o meio do trabalho, a comunidade cristã” (FOUCAULT, [1969], 2013, p. 49-50);
- (ii) As instâncias de delimitação, como por exemplo, a medicina se tornou uma instância superior ao delimitar o sujeito da loucura;
- (iii) As grades de especificação, que são sistemas segundo os quais nos “separamos, opomos, reagrupamos, classificamos, derivamos, uma das

outras, as diferentes ‘loucuras’ como objeto do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, [1969], 2013, p. 51).

Donde o que importa são as regras que possibilitam a emergência dos objetos, sua regularidade. Para além dos signos que o formam, o discurso é uma prática que produz sistematicamente objetos dos quais se fala.

Em uma discussão sobre o nascimento da prisão, Foucault (1977) mostra a prisão como forma de visibilidade que produz declarações sobre criminalidade, enquanto declarações sobre criminalidade produzem formas de visibilidade que reforçam a prisão. Em vista disso, as declarações e visibilidades se condicionam mutuamente. Em suma, é patente como a arqueologia auxilia a exploração das redes dos discursos, do dito e do que pode ser visto em um conjunto de arranjos sociais. Na condução do método arqueológico, é possível descobrir também algo sobre o que pode se tornar visível na categorização de assuntos ou no arranjo hierárquico dos SOCs, bem como algo sobre a produção de declarações de “princípios de garantias”, no âmbito dos OC, de visibilidades.

2.1.4 Genealogia do Poder

A noção de genealogia contemplada por Foucault tem como herança o pensamento de Nietzsche, que propõe uma genealogia da moral que se distancia de uma ideia, de uma gênese da moral, a ser fomentada em um recorte temporal, perpassando instituições sociais como religião, família e política. Foucault se afasta dos resultados da análise genealógica consubstanciada por Nietzsche e, a seu turno, concentra seus exames sobre as tecnologias e os mecanismos de produção de condutas.

Foucault não está interessado em recuperar a não percebido auto interpretação cotidiana do homem. Ele concorda com Nietzsche e com a hermenêutica da suspeita que tal interpretação está certamente iludida acerca do que está realmente acontecendo. Foucault não acredita que uma verdade profunda oculta seja a causa da interpretação equivocada incorporada ao nosso auto entendimento cotidiano [...] (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. xix)

Em consequência, o exercício genealógico de Foucault ([1973], 2006) lida com o processo que produz verdades, isso pensando dentro de um recorte espacial e temporal, sem dar conta do ponto originário deste recorte. Ou seja, não trata da busca pela gênese de uma ideia, mas da investigação que tem por intuito entender as disposições do presente.

A genealogia inaugura a fase das problematizações e ao pensar nos problemas Foucault produz recortes. Não se trata necessariamente de recortes empíricos, mas que dizem respeito a uma indagação metodologicamente sustentada. Nessa perspectiva, a proposta do filósofo seria tentar descrever a história de um problema ao invés da história de um período. Ele não está preocupado em pensar uma temporalidade específica, mas, sim, almeja encontrar um caminho teórico para pensar o problema. Contudo, Revel (2005, p.52-53, grifo nosso) destaca que:

O enfoque genealógico não é, no entanto, um simples empirismo, "nem tampouco um positivismo, no sentido habitual do termo". Trata-se, de fato, de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro [...]. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata; as genealogias são mais exatamente anti-ciências, O método genealógico é, portanto, uma tentativa de desassujeitar os saberes histórico, isto é, de torná-los capazes de oposição e de luta contra "a ordem do discurso"; isso significa que a genealogia não busca somente no passado a marca de acontecimentos singulares, mas que ela se coloca hoje **a questão da possibilidade dos acontecimentos**: "ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos".

Retomando como Foucault pensa a verdade e os "regime de verdade" é possível entender melhor o seu conceito de genealogia do poder. A verdade seria um efeito de relações de poder e de disputas que em dado momento cristalizam uma ideia como verdade. Em função desse entendimento, a genealogia preocupa-se com o processo que produz verdades ou que cristaliza verdades no discurso.

Neste momento é importante recuperar o "regime de verdade" (seção 4.1.1), que trata do efeito da relação de poder e das disputas que se cristalizam como verdade. Desse modo, o exercício genealógico tem a pretensão de descrever a história de um "problema" em vez de um período. O problema é pensado a partir de um recorte

temporal e espacial sem pretensão de chegar a uma origem. A genealogia pretende fazer recortes para entender o presente.

Adicionalmente, o conceito de poder em Foucault rompe com as teorias jurídicas, o poder pode estar fora do estado, da soberania e das instituições. Ou seja, o conceito de poder proposto por esse pensador não se resume à descrição de um determinado estado, ou instituição, ou na forma de um panóptico, ou qualquer outro sistema prisional. Para Foucault ([1973], 2006, p. 262), “o poder não opera em um único lugar, mas em múltiplos lugares: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...”

Ao pensar o poder nas relações sociais, Foucault mostra o rompimento com as teorias marxistas de poder, com disposição, centraliza-o e fixa-o entre o proletariado e o capital, condiciona o poder a um indivíduo, a uma instituição. Ao assim compreender, defende que o poder está no movimento, na ação, nas práticas sociais e não na força e na opressão. O poder não é passível de titularidade: todos o possuem ao mesmo tempo em que ninguém o detém, "onde há poder ele se exerce [...] não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui" (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Rosa Fischer (2012, p. 59-60) considera que Foucault aprofunda na questão de como o homem se fez objeto de saber na obra “Vigiar e punir”. Por meio da “história política dos corpos”, estudo da história das prisões, o poder toma centralidade nos estudos do autor.

A hipótese do genealogista é que nossa sociedade incorporou uma velha técnica de poder, o “poder pastoral”, nascido nas antigas instituições cristãs. Distinta do poder soberano, a nova técnica consiste em criar e incentivar uma série de procedimentos, ligados a um objetivo último: a salvação individual. [...] O preso de vigiar e punir é objeto de produção de saberes, na medida em que seu corpo se oferece e, ao mesmo tempo, resiste à normalização. Classificado, julgado, exercitado, comparado, diferenciado, hierarquizado, homogeneizado, excluído - em uma palavra, normalizado -, o homem dos cárceres incorpora literalmente uma arte de “punir e ser punido”. Ele aprende a docilidade de um corpo que se reconhece como vigia de si mesmo, e se espera em tornar-se apto, produtivo, capaz, disposto a um aprisionamento jamais percebido como tal.

Donde, segundo Fischer (2012, p.60), da análise arqueológica à abordagem genealógica, ser possível perceber o sujeito por duas óticas: na primeira, os sujeitos que se constituem dentro da história, em locais e regiões específicas, sob a tutela de

instituições como hospitais e prisões; na segunda, o conjunto de técnicas e procedimentos de controle e fragmentação de indivíduos.

Foucault (2008, p.3) vislumbra o poder sob a forma discursiva, o biopoder controla o corpo do indivíduo e a população, pode ser entendido como o desenvolvimento de uma racionalidade pastoral, cuja principal função é cuidar da vida, e também o arsenal jurídico da soberania, que garante a legitimidade do poder.

Para o propósito circunscrito a esta tese, é importante explorar a noção de poder em Foucault que forma conexão com o poder-conhecimento. Para o entendimento dessa abordagem é relevante reconhecer que o poder exerce seu controle por meio do uso de um conjunto de técnicas e procedimentos que produzem discursos e efeitos de verdade, os quais lutam para impor sentidos na produção do conhecimento. Portanto, é pertinente concordar que as relações discursivas são relações de poder que estabelecem as conexões, discutidas anteriormente, entre o visível e o que pode ser dito.

Para esclarecer a lógica por trás desta abordagem, se faz necessário explicar uma distinção em Foucault disposta entre o período arqueológico e o outro genealógico. Enquanto as obras “As palavras e as coisas” e “A arqueologia do saber” estão direcionadas à descrição da episteme e dos seus problemas metodológicos, as obras “Vigiar e punir” e “A vontade de saber” descrevem o dispositivo disciplinar e da sexualidade. A mudança de perspectiva do objeto de análise, segundo Castro (2016, p.124),

responde às dificuldades descritivas da arqueologia e a conseguinte introdução da análise do poder. Com efeito, a arqueologia permitia descrever os discursos das diferentes *epistemes* (renascentista, clássica, moderna), mas, encerrada na ordem do discursivo, não podia descrever mudanças em si mesmas, somente em seus resultados.

Enquanto a *episteme* pode ser considerada como um dispositivo exclusivamente discursivo, há de se pensar a aplicabilidade da análise do poder em Foucault em outros dispositivos. Marie-Anne Paveau (2015, p. 320-322), amplia o campo de análise documental considerado por esse filósofo. Para essa pesquisadora, há um importante papel desempenhado pelos “dispositivos tecnodiscursivos” – dentre eles:

imagens, texto, a mídia, as tecnologias telefônicas, audiovisuais, bem como a Internet – que precisa ser reconhecido. Segundo o pressuposto por Paveau, “esses dispositivos produzem tecnologias discursivas que estão bem longe de ser apenas suportes técnicos dos discursos, sendo seus elementos constitutivos”. Onde fica premente a relevância de se ampliar o entendimento em torno do conceito de dispositivo em Foucault.

2.1.5 Dispositivo

Agamben (2009) considera o termo dispositivo como sendo um termo técnico central no pensamento de Foucault. Agamben (2009, p. 9, grifo nosso) – a partir de uma entrevista dada por Michel Foucault – responde o que é um dispositivo, esboçando três aspectos concernentes a esse termo, a saber:

(a) É um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre estes elementos. (b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. (c) Como tal, resulta do **cruzamento de relações de poder e de relações de saber**.

Por consequência, em um primeiro aspecto, que considera os dispositivos como um conjunto heterogêneo, é plausível definir que eles incluiriam elementos linguísticos como leis, medidas políticas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, além de elementos não linguísticos como as instituições e as instalações arquitetônicas. Os elementos de um dispositivo podem pertencer tanto à ordem do dito como à ordem do não dito, e é o dispositivo que estabelece a rede entre esses elementos.

O dispositivo estabelece a natureza e o nexos que pode existir entre os elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como um programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática ou funcionar como uma interpretação *a posteriori* dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade (CASTRO, 2016, p. 124).

Em um segundo aspecto, os dispositivos contam com uma função estratégica concreta e engajada na qual a relação de poder está presente entre os elementos heterogêneos. Em vista disso, uma instituição pode adotar elementos discursivos, arquitetônicos que promovam uma prática que oferece ou oculta o acesso a um campo

do saber. Eles impõem regras e procedimentos, esquemas pessoais, éticos e lógicos que orientam práticas singulares dentro de um campo limitado ou não. Em suma, os dispositivos agem de modo concreto nos mecanismos de poder.

Em um terceiro aspecto, o dispositivo resulta do cruzamento de relações de poder e de saber. Assim, o termo pode ser utilizado como um conceito geral e para fazer referência a instituições, instalações arquitetônicas (Panópticos) e discursos, sempre inseridos nas relações de poder. Por assim se constituir, está constantemente sendo moldado de forma a produzir diferentes subjetividades em cada momento histórico.

É justamente esse aspecto que surge como elemento relevante de exame em Foucault. De modo incontestável, esse pensador busca investigar os modos concretos em que os dispositivos agem nas relações, nos mecanismos e nos 'jogos' de poder (pensado enquanto governo das condutas). Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes, 'a rede que se estabelece entre estes elementos'.

Os dispositivos são os mecanismos compostos por estratégias que movimentam o poder, uma noção que à medida que é acionada constrói coisas, pessoas, novas formas de poder que por sua vez constrói outras coisas, outras pessoas. Conforme reforçado por Revel (1995, p.39), eles

são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de "dispositivos de poder", de "dispositivos de saber", de "dispositivos disciplinares", de "dispositivos de sexualidade" etc.

Convém salientar que Foucault observou que o Estado Moderno não apenas era organizado em torno de instituições sociais, como também dependia de uma sociedade disciplinar para sua constituição e eficácia como Estado. Por isso, instituições sob a forma de família, escola, polícia, fábrica, hospital e hospício intentam disciplinar corpos e domesticar mentes de forma a garantir a ordem. Os sujeitos transitam entre instituições e utilizam do conhecimento científico e das tecnologias, que por sua vez, auxiliam na disciplinarização. Por conseguinte, os dispositivos do

Estado, das ciências e das tecnologias não são dispositivos dotados de neutralidade, afinal, o poder é, geralmente, mantido por grupos minoritários que o utilizam de forma a dominar e disciplinar as sociedades, naturalizando desigualdades.

Para Revel (2005, p. 39), o aparecimento do conceito de dispositivo pode estar ligado à obra “Anti-Édipo (1972)” de Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992). Os autores sugeriram que padrões de conhecimento deveriam ser vistos como análogos – não a uma árvore com seu padrão unidirecional de crescimento, indo desde as raízes até os galhos e folhas, com tronco sólido – mas como um rizoma, que por sua vez

não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...). (DELEUZE e GUATTARI, 1995)

Em igual medida, pode se considerar que a questão posta por Foucault, a qual ele deseja interrogar, está relacionada tanto com a natureza dos diferentes dispositivos (dispositivos do poder, dispositivos do saber, dispositivos disciplinares, dispositivos da sexualidade etc.), quanto à função estratégica de cada um desses elementos. Como bem explica Revel (2005, p.40), a noção de dispositivo substitui a noção particular de *episteme* proposta num primeiro momento por Foucault. A *episteme* estaria especificamente no campo discursivo, enquanto o dispositivo, no sentido heterogêneo do conceito de Foucault, contém igualmente instituições e práticas, isto é, “todo o social não-discursivo”⁸.

Retomando o conceito de dispositivo nos moldes propostos por Foucault, Deleuze (1992) observa que com o surgimento dos dispositivos digitais – a seu turno contemporâneos – instauram uma transição da sociedade disciplinar, preconizada por Foucault, para a sociedade de controle, na qual a disciplina não cabe apenas às

⁸ FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: _____ **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

instituições. Há uma mudança para o controle e autocontrole, que se situa diretamente e, principalmente, no próprio indivíduo.

O controle pode ser considerado a forma mais sutil e eficaz de disciplinar sujeitos, uma vez que se submetem por vontade própria. Ao contrário da disciplina, “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado”, enquanto o homem da sociedade disciplinar está confinado, institucionalizado, o homem da sociedade do controle é o homem endividado (DELEUZE, 1992: p. 221).

Com isso, o discurso imerso na sociedade disciplinar de Foucault constitui-se de poderes que transitam e se dissimulam por meio das instituições modernas adotando estratégias disciplinares e de confinamento. Já na sociedade de controle consubstanciada por Deleuze, o discurso é caracterizado pela invisibilidade e pela sua virtualização e codificação em meio às redes de informação. Para Deleuze (1992), as tecnologias digitais e o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação instauram um regime inédito de dominação em que o controle e a vigilância são contínuos e por vezes não percebidos, muitas vezes por já terem sido internalizados. O espírito de competitividade e de vigilância de si mesmo e do outro impera e os conhecimentos científicos e tecnológicos se tornam híbridos, configurando o que se chama na contemporaneidade de sociedade tecno-científica.

A convocação de Deleuze para essa discussão se deu, não apenas para marcar a importância por ele atribuída ao trabalho de análise das formações discursivas já proposto por Foucault, mas principalmente por ele apontar que os testemunhos do passado e as formas de permanência virtual desses depoimentos no presente trazem uma nova perspectiva de observação do conceito de dispositivo.

Como vimos, o entendimento de Foucault ([1970] 2013) na observação das práticas discursivas a partir dos dispositivos de poder é uma das contribuições fundamentais para entendermos como os arranjos de poder operam nos SOCs de forma a legitimar, naturalizar e, por vezes, excluir determinados discursos. A contribuição de Judith Butler ([1990] 2017, p. 55), a ser tratada a seguir, refere-se ao caráter performativo do discurso de gênero, no qual, “é produzida pela regulação dos atributos segundo linhas de coerência culturalmente estabelecidas “.

2.2 Judith Butler: problema de gênero, vulnerabilidade da linguagem e a performatividade

A filósofa, feminista, pós-estruturalista norte-americana Judith Butler é professora de literatura comparada na *University of California*, onde leciona desde 1993. Conhecida pelos estudos de gênero, especialmente a partir de seu livro “Problemas de gênero”, tem mobilizado opiniões controversas. No entanto, há de se considerar que muitas de suas ideias foram simplificadas e transformadas em argumentos da polêmica ideologia de gênero⁹. Butler escreve extensivamente, também, sobre questões como cultura, política, psicanálise e o discurso de ódio. Alguns conceitos por ela discutidos e que tomam centralidade neste trabalho são a performatividade discursiva e a censura.

Segundo Butler (1997, p. 29) há presença de poder que se deriva da estrutura do endereço e da vulnerabilidade linguística. Dentro desse escopo de entendimento, é possível inferir, fazendo um contraponto com Foucault, que a estrutura de categorização de conceitos proposta pelos SOCs pode sofrer das diversas formas de interdição dos discursos, seja pela maneira de eleger certos conceitos, seja pelo modo de articulá-los em uma organização mais abrangente.

Mais especificamente ao que norteia a constituição dos SOCs em relação à temática do feminino, é admissível recorrer à argumentação proposta por Butler em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicada no início da década de 90 e reeditada em 2017. É notório como essa publicação busca a substancialidade do que se pode pensar ser a luta das mulheres. Nela, a autora propõe uma discussão sobre as dinâmicas sociais que afetam mulheres, homossexuais e transexuais. O percurso de Butler ([1990] 2017) propõe pensar a dimensão social da definição de gênero e procura a sua reinterpretação a partir do conceito de performatividade.

⁹ A ideologia de gênero tornou-se pauta de uma agenda no país. O binarismo – homem e mulher – como uma realidade fixa como o sexo passou a ser questionado, dando voz a reivindicações de papéis sociais flexíveis relativos a diferenças de sexos.

Butler ([1990] 2017) pondera que a identidade atribuída às pessoas oprime e limita as suas singularidades, que são amplas e infinitas. Ao assim afirmar, a autora pretende romper a narrativa que opera através de uma lógica normativa binária imposta pelo sexo biológico, problematizando as construções tradicionais que reduzem os gêneros as identidades performadas pelo feminino ou pelo masculino. Para Butler ([1990] 2017), o gênero não se trata de um conceito que possa ser verificado em termos ontológicos e a identidade de gênero é nada mais nada menos que uma construção: algo historicamente produzido.

2.2.1 A interpelação e iterabilidade

Na abordagem proposta por Butler, não é o sexo-natureza, neutro de sentido, que condiciona significados culturalmente variáveis de gênero. Ao contrário, pelo viés de entendimento sugerido por essa autora, são os ideais regulatórios culturalmente variáveis de gênero que materializam o sexo nos corpos. Por esse princípio, o sexo é a materialização do gênero e a natureza é um efeito da cultura.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. No entanto, no interior da própria teoria feminista, a categoria de mulher não é mais compreendida em termos estáveis ou permanentes (BUTLER, [1990] 2017, p. 17-18).

Dada a instabilidade e permeabilidade desse conceito, Butler ([1990] 2017, p. 18-19) problematiza a constatação de que as mulheres enquanto sujeito do feminismo associavam-se a uma categoria de identidade que almejam lutas comuns, muita das vezes aptas a sofrerem modificações ao longo do tempo/espço das disputas de poder, a seu turno, vigentes. A mulher não pode ser considerada uma categoria universal, há mulheres em culturas peculiares e em distintas estruturas políticas. Imersa nessa contextualização, Butler se interessa por discutir quem ficou de fora dessa luta das mulheres. Para ela, a lógica binária masculino/feminino universal e a presunção de igualdade, deveriam dar lugar às diferenças, às intersecções, como raça, orientação sexual e identidade de gênero. Isso, tendo em vista que “se tornou

impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente tal ideia é produzida e mantida¹⁰.”

Assim sendo, é notório e compreensível como e porque, por exemplo, o discurso sobre “sexo”, aos moldes de Butler (2002), não deva ser pensado fora das relações sociais e nem à margem de marcações discursivas que o materializam. Por esse caminho reflexivo, pode se julgar que há, bem verdade, uma diferença material denominada “sexo”: parte do corpo que existe, uma condição material não materializada em discurso. Mas, complementarmente, há de se pensar que a materialização discursiva ocorre por meio das práticas regulatórias reiteradas que produzem aquilo que desejam realçar: o “sexo”, conformado por limites que são ao mesmo tempo práticas materiais e discursivas sobre o corpo.

Ao retomar Foucault, Butler (2002; 2017 [1990]), considera a categoria “sexo” como um “ideal regulatório” (que tem apenas o funcionamento de uma norma), mas, que por sua vez, também compõe uma prática reguladora que produz e governa corpos: uma espécie de poder produtivo para nomear, demarcar e diferenciar.

Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. Assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso. (BUTLER, 2017 [1990], p. 19)

Diante dessa afirmação categórica proferida por Butler e ao se rememorar o destaque dado por Foucault ([1970], 2013, p.9) aos procedimentos de poder que se manifestam como um desejo de estruturar o campo possível de ação nos outros, é plausível inferir que a formação discursiva opera na construção política do sujeito e o envolve em um emaranhado de operações tanto de legitimação, quando de exclusão de discursos. Tais procedimentos, ou operações, estão quase sempre ocultos e naturalizados nas

¹⁰Cf. Butler ([1990] 2017, p. 18-19)

estruturas sociais vigentes. Fundamentado nesses pressupostos acionados por Foucault e Butler, é plausível concluir que a sexualidade diz respeito à relação do sujeito com a linguagem, ou seja, o tema sexualidade está imerso nas demandas lógicas do discurso e, portanto, subordinado à ordem do discurso, à hegemonia reguladora da lei. Por causa disso, dispensar atenção ao modo como o nominativo MULHER é conformado “mais plenamente na linguagem e na política” (BUTLER [1990] 2017, p. 19) se mostra essencial, seja para as práticas reivindicatórias, seja para os profissionais que têm como escopo de atuação a representação informacional com vistas à recuperação eficaz e eficiente do conhecimento.

Em vista disso, é relevante ter em mente que Butler ([1990] 2017, p.18-24) vai além de simplesmente reconhecer a observação de Foucault, para quem o poder, por meio dos sistemas jurídicos, produz sujeitos por meio de instrumentos de limitação, proibição e regulamentação, controle e "proteção". Ela salienta que a identidade é sempre efeito de "práticas de legitimação" não universalizantes.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER [1990] 2017, p.36).

O fato é que a linguagem, por meio das estruturas jurídicas, sustenta noções de sujeitos pré-estabelecidos por padrões de gênero, raça e classe legitimados no contrato social. Contudo, há um problema político evidente que vai de encontro ao feminismo quando ele chama à luta uma categoria única de mulheres. Ao questionar a presunção política de considerar uma base comum de luta para as mulheres, uma identidade supostamente capaz de carregar diferentes culturas e formas de opressão singular, Butler empreende uma crítica radical ao feminismo a fim de alertar para a indispensável busca de uma política representacional capaz de ampliar suas reivindicações por representação.

2.2.2 A fala será sempre precária e desconcertante?

Mensagens no Twitter, no mural do Facebook, mensagens de texto e mensagens de voz no *Whatsapp*; todos os dias inúmeros indivíduos, a todo momento, fazem uso da linguagem, de enunciados, de nomes para negociar relacionamentos com as pessoas e objetos em seu entorno. A linguagem por meio de um processo de designação interpela e constitui o humano, habilita e desabilita. Certamente, em algum momento desse processo de agenciamento atribuído à linguagem, todos os sujeitos se veem incapazes de traduzir em palavras algo que gostariam de dizer ou já disseram algo que não queriam dizer.

No capítulo de abertura de *Excitable Speech: A Politics of Performativity*, “*Linguistic Vulnerability*,” Judith Butler inicia com a seguinte declaração:

[...] **Atribuimos uma agência à linguagem, o poder de ferir e nos posicionar como objetos de sua trajetória injuriosa.** Alegamos que a linguagem age, e age contra nós, e a alegação que fazemos é mais uma instância da linguagem, que procura bloquear a força da instância anterior. Assim, **exercemos a força da linguagem**, mesmo quando procuramos contrariar sua força, presos em um vínculo que nenhum ato de censura pode desfazer (BUTLER, 1997, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).¹¹

A dinamicidade que envolve os processos hoje dispostos para representar algo ou alguém em forma de um nome ou enunciado traz implicações para as relações entre linguagem, práticas discursivas e convivência social. Judith Butler (1997, p. 1) mostra que é preciso indagar sobre os reflexos desse uso, afinal um nome ou um enunciado concentra, simultaneamente, duas funções: (i) **nomear** (condição pela qual um sujeito é constituído pela linguagem) e o (ii) **modo de endereçamento** (uma disposição ou orientação convencional que interpela e constitui o sujeito). Portanto, um chamamento injurioso pode tanto restringir ou paralisar quanto pode produzir um discurso para rebater a denominação ofensiva.

[...] A situação da fala não é, portanto, um tipo simples de contexto, que pode ser definido facilmente por fronteiras espaciais e temporais. **Ser ferido pela fala é sofrer uma perda de contexto, ou seja, não saber onde você está.** De fato, pode ser que o que não é previsto sobre o ato de fala injuriosa é o

¹¹ We ascribe an agency to language, a power to injure, and position ourselves as the objects of its injurious trajectory. We claim that language acts, and acts against us, and the claim we make is a further instance of language, one which seeks to arrest the force of the prior instance. Thus, we exercise the force of language even as we seek to counter its force, caught up in a bind that no act of censorship can undo (BUTLER, 1997, p. 1).

que constitui seu prejuízo, o sentido de colocar seu destinatário fora de controle. (BUTLER, 1997, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).¹²

Não basta encontrar o contexto apropriado para o ato de fala em questão, a fim de saber a melhor forma de julgar seus efeitos, isso porque a

capacidade de circunscrever a situação do ato de fala é comprometida no momento do discurso injurioso. Ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido, mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso “lugar” na comunidade de falantes; podem ser “**colocados em nosso lugar**” por esse discurso, mas esse lugar pode não ser lugar nenhum. [...] (BUTLER, [1997], 2021, p.15)

A filósofa aponta que a fala injuriosa não só coloca o sujeito frente a um futuro desconhecido, mas também causa uma desorientação de espaço-tempo. Como efeito de tal discurso injurioso, pode ocorrer uma volatilidade do “lugar” dentro do grupo de falantes, dado que ser “**colocado em nosso lugar**” remonta às hierarquias discursivas: quem pode falar? Este lugar de fala talvez seja lugar nenhum.

Para exemplificar o poder que a linguagem tem de ferir, Butler retoma Charles Lawrence III (1993)¹³, para quem o discurso racista – como uma forma de “agressão verbal” – seria “como receber um tapa na cara”. É possível dizer, ainda, que a lesão seria instantânea, tendo em vista que poderia produzir “sintomas físicos que temporariamente desabilitarão a vítima”. Dessa maneira, segundo o ponto de inflexão proposto por Butler (1997, p.4), parece que a conexão metafórica entre vulnerabilidade física e linguística é essencial para a descrição da vulnerabilidade linguística em si”.

Butler (1997) aborda que a agressão evidencia a constituição do ser linguístico-sociocultural por meio de um processo contínuo de sujeição, que pode ser entendido por intermédio da interpelação: o humano é constituído por intervenção de um

¹² The speech situation is thus not a simple sort of context, one that might be defined easily by spatial and temporal boundaries. To be injured by speech is to suffer a loss of context, that is, not to know where you are. Indeed, it may be that what is unanticipated about the injurious speech act is what constitutes its injury, the sense of putting its addressee out of control (BUTLER, 1997, p. 3).

¹³ LAWRENCE III, Charles R. If he hollers let him go: regulating racist speech on campus. MATSUDA, Mari. et al. **Words that wound: critical race theory, assaultive speech, and the first amendment**. In: Boulder: Westview Press, 1993.

chamado ao mundo e esse chamado nem sempre é socialmente valorizado, dado que por vezes ocorre em falas ofensivas. A sujeição é o preço para existir nos termos estabelecidos pela sociedade e uma das possibilidades de responder criticamente a essa submissão seria anulá-la: caso se adotasse uma perspectiva da autoridade estatal, baseada na crença de Althusser (1971)¹⁴, a qual considera que a interpelação através dos termos de sujeição estabelecidos pela lei é também condicionada pelo medo de uma condenação.

Segundo Butler (1997, p. 12), uma simples inspeção das palavras não é suficiente para elucidar o que é uma ameaça ou, de fato, o que é uma palavra que fere. Há controvérsias sobre possibilidade de se estabelecer um consenso sobre a existência de um vínculo entre as palavras proferidas e o seu poder de ferir.

De alguma maneira, a fala não está inteiramente sob o controle de quem a profere. Butler (1997, p. 15-16) adota o termo “*excitable speech*” para denotar os atos de fala e o seu caráter performativo na cena discursiva. A abordagem proposta baseia-se no trabalho de John L. Austin (1962)¹⁵, o qual verifica a eficácia da força de um enunciado, que, por sua vez, para Butler, estabelece o caráter performativo acima sinalizado. Todavia, inicialmente se mostra necessário localizar o enunciado dentro de uma “situação total da fala”, ainda que seja real a dificuldade sobre como especificar “a melhor forma de delimitar essa totalidade”.

Dessa maneira, não há uma identidade de gênero que não tenha sido regulada socialmente. Por essa razão, a partir da leitura de Butler ([1990] 2017, p. 5), é pertinente ajuizar que a “identidade é performativamente construída pelas próprias expressões tidas como seus resultados”.

2.2.3 A linguagem e a performatividade

Os argumentos a favor de uma contra apropriação ou de uma reorganização do discurso ofensivo são claramente minados pela posição de que o efeito

¹⁴ ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses (Notes towards an investigation). In: Lenin and philosophy, and other essays. Trad. Ben Brewster. New York/London: Monthly Review Press, 1971.

¹⁵ AUSTIN, J. L. How to do things with words. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

ofensivo do ato de fala está necessariamente vinculado ao ato de fala, seu contexto de origem ou durável ou, ainda, suas intenções animadoras, ou seu emprego original. A reavaliação de termos como "queer" sugere que a fala pode ser "retornada" ao falante de uma forma diferente, que ela **pode ser citada contra seus propósitos originais e performatizar uma reversão de efeitos**. De maneira mais geral, isso sugere o poder mutável que tais termos marca, **um tipo de performatividade discursiva que não é uma série discreta de atos de fala, mas uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim não são fixos nem podem ser fixados**. Nesse sentido, um "ato" não é um acontecimento momentâneo, mas um certo nexos de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento em que ela ocorre (BUTLER, 1997, p. 32, tradução nossa, grifo nosso).

As questões centrais em torno da performatividade se tornam mais complexas quando Butler (1997) as associa à teoria da linguagem: incluindo a abordagem jurídica das falas de ódio, sejam elas racista, sexistas e/ou homofóbicas. Num primeiro momento, a autora leva o leitor a compreender que o discurso sobre o corpo passa por uma performatividade, isso porque, conforme previamente considerado, nascer homem ou mulher não delimita o modo do ente se comportar, sendo que o humano aprende - a partir das relações inúmeras que estabelece ao longo da existência - a se portar desta ou daquela maneira específicas, de modo a se encaixar no âmbito social, logo, é imprescindível considerar que o corpo pode e necessita ser compreendido como um discurso.

Por esse motivo, a linguagem que fere pode, também, desnaturalizar as coisas e fazer política. O exemplo apresentado pela filósofa na citação acima da reversão do termo "queer", considerado como um termo ofensivo, trata-se de um tipo de performatividade discursiva que ressignifica uma ofensa de forma a adotar o termo como uma marca de luta e empoderamento.

Nessa conjuntura, o entendimento do conceito de performatividade de Butler se dá a partir de uma dimensão discursiva, a performatividade discursiva constitui-se de um ato discursivo que pode ser performado. Desse modo, o discurso "não é exclusivo nem da presença corpórea da linguagem, e sua condição de palavra e ação é certamente ambígua".

Segundo a professora e pesquisadora de origem inglesa, Sara Salih (2012, p. 27), Judith Butler amplia também a noção de Simone Beauvoir (1908-1986) que advoga que "não se nasce uma mulher: torna-se uma mulher" ao sugerir que não se

estabelece “mulher” a partir de uma configuração biológica dada, mas a partir dos atos socialmente e historicamente construídos. Logo, pelo exposto, reforça-se que Judith Butler considera os processos de sujeição a partir de uma noção específica de agência. Para Butler (1997, p.115) a agência não é derivada da soberania do falante, nem tão pouco surge para definir a capacidade dos sujeitos de utilizar a norma para subvertê-la, visto que a força do ato de fala é constituída pela e através do corpo cuja força é desviada e transmitida pelo discurso.

O diálogo de Butler (1997, p. 2-3) com as ideias de Austin (1962) se mostra importante para entender como a autora trata a performatividade. O discurso performativo pode não ser apenas descritivo, mas também (de)formador, o que a autora nos faz perceber é como os atos de fala possibilitam à linguagem ser injuriosa. Assim, o reconhecimento de como os atos de fala ou discursos operam tanto na produção reguladora dos que nomeiam, como contextualizam e também como condensam sua historicidade, nos faz perceber que os atos de fala “agem” ou “criam”. Butler destaca como Austin concatena o processo performático à sua inscrição convencional.

[..] nas palavras de Austin, "ritual ou cerimonial:" Como enunciados, eles trabalham na medida em que são dados na forma de um ritual, ou seja, repetido no tempo, e, portanto, manter uma esfera de operação que não se restringe ao momento do próprio pronunciamento. O ato de fala ilocucional realiza sua ação no momento da expressão, e ainda na medida em que o momento é ritualizado, nunca é apenas um único momento. O "momento" no ritual é uma historicidade condensada: excede-se em direções passadas e futuras, um efeito de invocações anteriores e futuras que constituem e escapam à instância de expressão (BUTLER, 1997, p. 2-3, grifo nosso).

Donde, para Austin (1962), deve haver um ritual aceito, que tenha um certo efeito convencional e que inclua "a expressão de certas palavras por certas pessoas em determinadas circunstâncias", o que para o autor equivale a inscrever a declaração em uma "situação de total fala".

Butler (1997) se apropria da noção de Austin (1962) de performatividade, mas desconsidera a "situação de total fala". Para ela, a força dos atos performáticos não está demarcada por circunstâncias exclusivamente adequadas de fala ou de intenções explícitas e contextos bem definidos, mas sim pela condição de repetição histórica da linguagem, de uma convenção e pelas condições do que é dito ter um significado definitivo. Dessa forma, a dimensão produtiva da afirmação performática

não pode se situar em um evento com termos singulares, presentes e únicos, afinal a repetição temporal é um aspecto fundamental a ser considerado na constituição do conceito de performatividade de Butler (1997).

Na introdução a *ES [Excitable Speech]*, Butler faz as seguintes observações para se contrapor à visão de Austin sobre a linguagem: em primeiro lugar [...], o significado das palavras nunca é, em última análise, "saturável". Um ato de fala não se dá no momento exclusivo de sua enunciação, mas é a "condensação" dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo dos significados futuros e imprevisíveis. É nesse sentido que os atos de fala são "excitáveis" ou estão fora do controle de seus falantes (ou mesmo de sua compreensão), e isso significa que, como diz Butler, um enunciado sempre pode "exceder o momento que ocasiona" (*ES*, p. 14). [...] Butler também se afasta da conexão feita por Austin entre falante e fala, fala e conduta: as palavras nem sempre colocam em ação aquilo que nomeiam e os performativos não são necessariamente efetivos ou "bem-sucedidos" – em outras palavras, fala e ato não são sinônimos. De novo, isso se deve ao fato de que nem o contexto nem a convenção são compulsórios, e nenhuma palavra levará, inevitavelmente, a uma única e previsível conclusão. Aquilo que Butler chama de "a temporalidade aberta do ato de fala" contém em si a possibilidade para a agência e para a resignificação (SALIH, 2012, p. 143-144).

Sara Salih (2012) destaca bem essa condição proposta por Butler (1997) da performatividade da linguagem na "temporalidade aberta do ato de fala" e contrária à "situação total de fala" abordada por Austin (1962). O que Butler quer trazer a baila das discussões, e que Salih elucida, é a importância da ruptura com o pensamento de Austin, os atos de fala sobre a formação da identidade do gênero são performativos porque são constituídos tanto pelo corpo (gestos, vestuário) quanto pelo discurso sobre o gênero.

Na medida em que se considera que aquele ou aquela que pronuncia um discurso de ódio torna efetiva a mensagem de subordinação que transmite, esse falante é apresentado como aquele indivíduo que pode exercer um poder soberano.

2.3 Sexualidade como dispositivo: Foucault e Butler

A sexualidade, afirma Foucault (1980), é um dispositivo histórico, uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo:

discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades".

A escritora e historiadora cultural Tamsin Spargo (2017, p.12) contextualiza o lugar de fala de Foucault e a repercussão do seu trabalho na teoria queer.

Foucault também era gay e morreu de AIDS em 1984. Postumamente, sua vida e sua obra foram tema de uma série de ataques que, alegando buscar a "verdade" sobre Foucault, conectava, de modo obsceno e desaprovador, suas supostas preferências e práticas sadomasoquistas a uma leitura (reducionista) da política em seus escritos históricos e filosóficos. A vida e obra de Foucault, bem como suas conquistas e sua demonização, fizeram dele um modelo poderoso para gays, lésbicas e intelectuais, e sua análise das inter-relações entre saber, poder e sexualidade foi o catalisador intelectual mais importante da teoria queer.

Em função dessa compreensão, Spargo (2017) situa o pensamento de Foucault como uma breve e parcial genealogia da teoria queer, em outros termos: "um catalisador, um ponto de partida, um exemplo é um antecedente".

Como sabido entre os estudiosos da obra de Foucault (1980), em *História da Sexualidade: A vontade de saber* – primeiro volume do compêndio resultante do trabalho de pesquisa e análise histórica desenvolvido no Collège de France sobre o lugar da sexualidade na sociedade ocidental desde a Grécia e Roma Antigas até a Modernidade – o filósofo exorta como a sexualidade não foi reprimida pelo capitalismo após ter sido vivenciada em liberdade, mas sim, como o sexo foi condicionado por uma vontade de saber em torno da sexualidade, transformando-se em relevante instrumento estratégico de controle dos indivíduos e populações típicas das sociedades modernas.

Durante o percurso argumentativo proposto por essa obra, o pensador considera que, ainda carregada de resquícios da repressão sexual vitoriana, a sexualidade a partir do século XVII passa a ser vista como aspecto natural da vida humana. No século XIX, a sexualidade continua reprimida a um "tabu irrevogável". Alguns indivíduos ainda tiveram que se submeter ao saber médico para se encaixar nos padrões heteronormativos. Contudo, apesar disso houve uma notável proliferação de falas sobre a sexualidade, que pareceu ser uma obstinação para se construir uma "ciência da sexualidade".

Notadamente, o interesse de Foucault (1980, p.98) não era produzir uma história linear da sexualidade, mas, pensar a constituição da sexualidade como um objeto histórico.

A sexualidade não é um elemento rígido, ontológico, é um dispositivo dotado de maior instrumentalidade, “utilizável no maior número de manobras, e podendo servir como ponto de apoio, de articulação de variadas estratégias”.

Por esse motivo, na raiz da sexualidade – do seu movimento que nada limita (porque ele é desde sua origem e em sua totalidade reencontro constante do limite) e a afirmação acima, damos conta de que há limites a qualquer linguagem possível. Apesar de tantos signos esparsos, a linguagem está quase inteiramente por nascer, onde a transgressão encontrará seu espaço e seu ser iluminado (FOUCAULT, [1963] 2009, p. 29-30).

A contribuição teórica a respeito do poder, discursos e a sujeição dos corpos é um importante legado de Michel Foucault. O corpo feminino foi e continua sendo pertencente a um jogo estratégico de poder que submete a mulher através da sexualidade e reprodução.

Foucault (1980, p.191-193) trata o biopoder a partir da formação do dispositivo de sexualidade. Edgardo Castro (2016, p.58) categoriza o biopoder no pensamento de Foucault segundo a perspectiva da disciplina e da biopolítica, onde o sexo funciona como uma dobradiça das duas perspectivas do biopoder.

Cada uma das quatro grandes políticas do sexo, que se desenvolveram na modernidade, foi uma maneira de compor as técnicas disciplinares do indivíduo com os procedimentos reguladores da população. Duas delas se apoiam na problemática da regulação das populações (o tema descendência, da saúde coletiva) e produziram efeitos ao nível da disciplina: a sexualização da infância e a histerização do corpo da mulher. As outras duas, inversamente, apoiam-se nas disciplinas e obtinham efeitos ao nível da população: controle dos nascimentos, psiquiatrização das perversões (CASTRO, 2016, p.58).

Neste sentido, o biopoder tem campo de ação na vida das pessoas, surgiu na segunda metade do século XVIII para criar mecanismos de controle, não somente dos corpos, mas também das massas surgidas do processo de industrialização e urbanização.

Assim,

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de

manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, **à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais** (FOUCAULT, 1988, p. 98, grifo nosso).

O poder é normativo (ele intervém na vida das pessoas das mais diferentes formas) e o seu dispositivo seria um conjunto de estratégias, de relações de força. Nas palavras de Foucault (1988, p. 49-50), “as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de possibilidade e de exercício em micro relações de poder”. Vale salientar que ao contrário da microfísica do poder – própria à teoria política clássica que analisa as ocorrências particulares das macro relações sociais, e que, por sua vez, pressupunha a presença de um soberano que exerce o poder (Rei, Papa, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, entre outros) em contraponto aqueles que não o exercem (os submissos), sendo os desequilíbrios dessa relação ideal muitas vezes resolvidos pela utilização da força para conter, por exemplo, revoltas por parte dos subordinados – a microfísica do poder, por sua vez, de acordo com a teoria política foucaultiana, pressupõe que o poder não possui um lugar determinado na sociedade, mas, se encontra disposto em todas as relações sociais.

Logo, esse modo de compreensão disposto pelo filósofo, indica que todos os indivíduos exercem poder concomitantemente e sofrem o exercício do poder, sempre em correlação ao papel social que ocupam em determinado momento na sociedade. Ainda dentro da perspectiva oferecida por Foucault, o poder não se limita à repressão (manutenção do poder por meio da coação). Ele é em si mesmo como um jogo de forças que transpassa por todas as relações humanas. Por seguir essa linha de raciocínio, o pensador elenca cinco características próprias ao poder: i) o poder não é uma posse/um bem adquirido, mas algo que se exerce: é ele uma ação passível de ser exercida ou sofrida de modo continuado ou não; ii) o poder emana das relações sociais de forma espontânea/natural entre as pessoas, ele não foi criado ou dado por um indivíduo; iii) o poder nasce das relações microscópicas e mantém as relações macroscópicas do poder, logo, o exercício de poder visível não passa de reflexo das relações ocorridas em pequena escala; iv) as relações de poder são

intencionais/conscientes e estratégicas; e v) havendo poder, haverá sempre resistência (uma vez que ela - a oposição - é condição mesma da existência do poder, sendo, logo, sua parte inerente).

Partindo dessa percepção, Foucault advoga que os procedimentos utilizados pelo dispositivo se valem das velhas técnicas da confissão aliadas a novos procedimentos “que foram atualizados no interior da instituição eclesiástica”. Eles foram elaborados para os seminários e os conventos. São eles como “técnicas minuciosas de colocação em discurso da vida cotidiana, do autoexame, da confissão, da direção da consciência”.

Apesar das questões feministas não terem sido abordadas com centralidade na obra desse pensador, conforme indica Margareth Rago (2008, p. 166), “o potencial transformador que trazia o feminismo não passou indiferente a ele”. E o próprio autor assentou certa vez a relevância do movimento lésbico.

Eu diria também, o que diz respeito ao movimento lésbico, em minha perspectiva, que o fato de que as mulheres tenham sido por séculos e séculos isoladas da sociedade, frustradas, desprezadas de várias maneiras lhes proporcionou uma possibilidade real de construir uma sociedade, de criar um tipo de relação social entre elas, fora de um mundo dominado pelos homens (FOUCAULT, 1988, p.).

Para Margareth Rago (2008), os conceitos desenvolvidos por Foucault, ao lado de Deleuze e Guattari oferecem refinamento teórico às discussões sobre o “cuidado de si” e a constituição do sujeito ético. Por esse motivo, ao historicizar as “artes das existências”, Foucault destaca que o cuidado de si para os antigos indica a atenção para com o outro. A busca de Foucault oferece “referências capazes de orientar a formação de pessoas solidárias, livres e justas” e assim, dar visibilidade a práticas de subjetivação que estavam esmaecidas no imaginário social.

Em contraponto com Butler ([1990], 2017, p. 8-9), é possível se questionar: “como se constitui o feminino, o ser mulher, seja um fato natural, uma performatividade cultural ou uma “naturalidade” constituída mediante atos performáticos discursivamente compelidos? A linguagem pode ser uma ferramenta para alcançar e promover a equidade? Com vistas a responder essas inquietações, Butler retoma o pensamento

de Foucault, para o qual a sexualidade é produzida discursivamente e incorpora a questão de gênero.

Conforme abordado na subseção anterior, Butler ([1990], 2017) considera o gênero como um efeito performativo, ou seja, o gênero pode ser experimentado pelo sujeito em forma de identidade. Influenciada pela argumentação foucaultiana, Butler observa que o corpo não é naturalmente “sexuado”. Para ela, são os processos culturais que adotam a produção da sexualidade para criar padrões normativos e mais especificamente: heteronormativos.

Mediante o exposto, fica evidente que pensar a constituição dos SOCs em termos de discurso deve ser considerado enquanto articulação de espaços disjuntos. Para a realização desse empreendimento é fundamental retomar novamente Foucault, tendo em vista que tal articulação se situa entre a “realidade” e a “língua”, entre “as palavras” e “as coisas”.

[...] Tarefa que consiste não mais que tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas.

Em função desse ponto de articulação, é notório que, partindo-se de Foucault, o empreendimento arqueológico requer rompimento com o estatuto dos documentos eleitos para a construção do campo do saber.

O percurso acima delineado pretendeu vislumbrar as contribuições das abordagens de Michel Foucault e Judith Butler concernentes ao discurso, ao dispositivo e à performatividade discursiva. A meta foi traçar um caminho argumentativo capaz de evidenciar sobre a noção de discursos: como se inscrevem, como são produzidos e como materializam lutas e desejos de uma sociedade. Bem como a noção de dispositivo pode ser usada para se compreender os procedimentos e mecanismos pelos quais o sexo e a sexualidade se constituem e performam discursos no mundo contemporâneo.

A partir do exposto, a seção seguinte visa apresentar e compreender os processos de construção e de atualização dos SOCs, com vistas a inflar a Organização Social do Conhecimento e incluir a dimensão crítica a esses estudos.

3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CRÍTICA DO CONHECIMENTO

Nesta seção são discutidas questões epistemológicas relacionadas à Organização do Conhecimento (OC). Aqui se apresenta uma trajetória da Organização Social do Conhecimento (OSC), que toma como ponto de partida as origens desse saber e caminha em direção a um panorama atual, de maneira a convocar estudos ligadas à pesquisa, ao ensino e à prática das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). A argumentação parte do pressuposto que as teorias clássicas em torno de uma OSC se baseiam em um artigo publicado no periódico *Knowledge Organization*, em 2008. Por mais de uma década, a abordagem proposta por Hjørland (2008) das duas dimensões da OC (restrita e ampla) baliza um percurso para se pensar a dimensão social no campo. A partir de uma perspectiva transversal, como a proposta nesta pesquisa, o caminho oblíquo é adotado tendo como referência Hjørland (2008), suas bases teóricas e os estudos críticos que nos ajudam a nominar como OSC.

Para apresentar os movimentos que estruturam o que Hjørland (2008) categoriza, a discussão aqui pretendida se inicia justamente a partir da divisão que esse autor propõe, a qual compreende que a OC pode ser segmentada em duas “dimensões de atuação”: a dimensão restrita e a dimensão ampla. A dimensão restrita compreenderia as atividades tais como:

[...] descrição de documentos, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bancos de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória” por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, bem como por algoritmos de computador e leigos¹⁶ (HJØRLAND, 2008, p.86, tradução nossa).

A dimensão ampla no campo de atuação da OC, na visão de Hjørland (2008), ocupa-se da “divisão social do trabalho mental, ou seja, da organização de universidades e

¹⁶ [...] description, indexing, and classification performed in libraries, bibliographical databases, archives and other kinds of “memory institutions” by librarians, archivists, information specialists, subject specialists, as well as by computer algorithms and laymen.

outras instituições de pesquisa e ensino superior, da estrutura das disciplinas e profissões, da organização social da mídia, da produção e disseminação do “conhecimento”, etc¹⁷”. Desse modo, em seu significado mais amplo, a OC trata do modo como o conhecimento é socialmente organizado, como a realidade é organizada no âmbito de cada ciência (HJØRLAND, 2008, p.86).

A noção, enfatizada por Hjørland (2008), segundo a qual há uma distinção no campo de atuação da OC que pode ser entendida por meio de duas abordagens: uma intelectual (mais estreita) e uma social, de certa maneira também foi abordada por Shera (1977) e posteriormente retomada por McGarry (1990). Por esse veio analítico, é admissível afirmar que a base conceitual que viria a dar origem a uma “epistemologia social” para o campo da OC foi exatamente encontrada na concepção de Jesse Shera (1903-1982), para quem as questões de natureza social influenciam os produtos do intelecto. Assim, o

foco desta nova disciplina seria sobre a produção, fluxo, integração, e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social. De tal disciplina poderia emergir um novo corpo de conhecimento e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social (SHERA, 1977, p. 11).

Notadamente, é aceitável afirmar que esse arcabouço teórico foi fundamental para o estabelecimento de uma base teórica da OC que sustentou, e por vezes ainda sustenta, as discussões sobre as formas de produção, organização, disseminação e uso do conhecimento e da informação na sociedade.

Esse conjunto de ideias faz eco com os três paradigmas epistemológicos que na visão de Capurro (2003) influenciaram a constituição do campo da CI. O primeiro paradigma – o físico – parte da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, os estudos experimentais em recuperação da informação de Cranfield e a teoria da informação-como-coisa, informação “tangível” representada por vários suportes documentais de Buckland. O segundo modelo – o cognitivo – teve como precursor B.C. Brookes, que baseou seus estudos nos três mundos de Karl Popper, o físico, o

¹⁷ [...] is KO about the social division of mental labor, i.e., the organization of universities and other institutions for research and higher education, the structure of disciplines and professions, the social organization of media, the production and dissemination of “knowledge” etc.

da mente/consciência e o das ideias/registros intelectuais; os estudos de Belkin e Ingwersen, desenvolveram a “Teoria Cognitiva da Recuperação da Informação”; e o Estado Anômalo do Conhecimento de Vakkari. O terceiro padrão – o social – permite a retomada da “epistemologia social” de Jesse Shera que deu origem ao modelo epistemológico social da CI, posteriormente representado pelas teorias de Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Søren Brier.

Defronte a esse percurso é admissível considerar que Frohmann (1995) rompe com o “ponto de vista cognitivo” por considerá-lo idealista e dissonante do aspecto social, visto que

[...] o ponto de vista cognitivo relega os processos sociais de produção, distribuição, intercâmbio e consumo de informação a um nível numérico, indicado somente por seus efeitos nas representações de geradores de imagens atomizadas. A construção social dos processos informativos, ou seja, a constituição social das necessidades dos usuários “, dos arquivos de conhecimentos “e dos esquemas de produção, transmissão, distribuição e consumo de imagens, exclui-se, pois, da teoria da biblioteconomia e da ciência da informação. (FROHMANN, 1995, 282)

Perante o exposto, fica evidente como a questão central da BCI se mantém em investigar as relações da informação empreendendo ações voltadas para organização, disseminação, recuperação e uso da informação. De maneira complementar, ante a necessidade de estudos que abordem as questões políticas e culturais no âmbito da OC (DAHLBERG, 1992, BEGHTOL, 2002), questões sobre a neutralidade e viés (OLSON, 1998; BARITÉ, 2011) inerentes aos processos, produtos e instrumentos técnicos, esses passaram a compor as investigações do campo apenas muito recentemente.

Notadamente, podemos perceber que atreladas à discussão da OSC estão questões sobre as “garantias”, formas de autorização terminológica, para os fins de organização e uso da informação. Por essa razão, são analisadas as principais noções de construção / atualização dos SOCs e são igualmente apresentados estudos críticos sobre esses instrumentos que consubstanciam os aspectos sociais da OC como ponto central desse debate (OLSON, 1998; MAI, 1999; DRUM, 2000; MIRANDA, 2007; SIMÕES, 2010; MILANI, 2014; ADLER, 2016; TRIVELATO e MOURA, 2016; TRIVELATO e MOURA, 2017, MOURA, 2018). Ao final da seção, é proposta uma

formulação para a OSC, onde se destaca a necessidade de se perceber os SOC's como dispositivos de poder, tal qual pensado por Foucault e que no interior da sua dinâmica de representar a informação e conhecimento acabam por performar os discursos, base da abordagem metodológica aqui proposta para estudos das “garantias” na constituição dos SOC.

Subjaz à discussão acerca do uso das “garantias” – ou seja, formas de autorização de termos, como um procedimento metodológico – a suposição de que, a apropriação dos conceitos e a aplicação prática nos métodos em prol de representar uma diversidade de informações e conhecimento pode ser de difícil operacionalização.

3.1 Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)

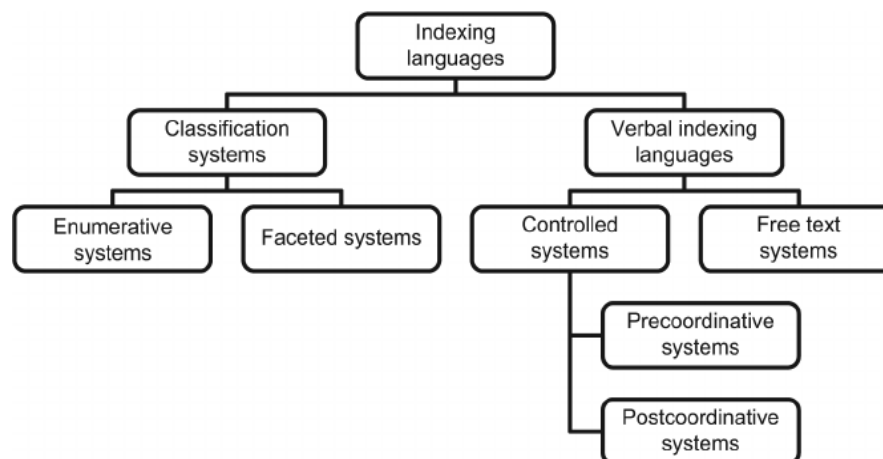
Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história. (KILOMBA, 2019)

Os dois principais ramos da OC são: (i) os processos de organização do conhecimento, como, por exemplo, os processos de catalogação, análise de assunto e indexação; e (ii) construção e atualização dos SOC's, tais como, os sistemas de classificação, tesouros, listas de cabeçalho de assunto, vocabulários controlados, taxonomias e outros sistemas de metadados (HJORLAND, 2008).

Como sabido, os SOC comumente fazem referência ao conjunto específico de instrumentos e esquemas que visam organizar, recuperar e disseminar a informação. Os sistemas abrangem catalogação, classificação, indexação, metadados, vocabulários controlados, tesouros, taxonomias. Concebidos em diferentes momentos, para diferentes finalidades, com características estruturantes distintas e funções específicas, os SOC consubstanciam a Organização do Conhecimento (OC) para os fins da gestão e recuperação da informação e do conhecimento (MAZZOCCHI, 2019).

No âmbito desta pesquisa receberam destaque as noções que foram incorporadas ao campo das linguagens de indexação, comumente conhecidas também por linguagens documentárias ou, ainda, SOC. Na **Figura 1**, Hjørland (2012) separa os instrumentos em duas categorias: sistemas de classificação (enumerativas e facetadas) e as linguagens de indexação verbal (controladas e linguagem natural).

Figura 1: Tipos SOC



Fonte: HJORLAND, 2012.

Tradicionalmente, os SOC são instrumentos técnicos de representação do conhecimento, tais como sistemas de classificação, listas de cabeçalho de assunto, tesouros, taxonomias e ontologias. Eles apresentam estruturas semânticas de conhecimento que estabelecem relações entre termos e que, normalmente, remetem a um determinado domínio (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Para se adentrar na temática dos SOC, a conceituação de linguagem de indexação é apresentada a seguir, assim como é realizado o levantamento dos princípios teóricos necessários para sua construção e atualização, indicando as perspectivas metodológicas apontadas por Barité, 2010; 2011, Beghtol, 2002; Cintra et al., 2002; Kobashi, 2007, Moura, 2008, Narukawa; 2011; Svenonius, 2000.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, os SOC foram distinguidos como ferramentas conceituais semanticamente estruturadas, que fornecem uma seleção de termos/conceitos, focando a definição e as relações entre eles. Ou seja: os instrumentos de descrição física de documentos não serão abordados nesta tese. Ainda assim, dentre os instrumentos de representação temática, são abordados os tesauros, as listas de cabeçalho de assunto, isso se dá, em função da escolha dos instrumentos a serem utilizados na análise empírica deste trabalho e as classificações bibliográficas pelos estudos no campo e pela sua ampla utilização.

3.1.1 Sistemas de classificação bibliográficas

Os sistemas de classificação bibliográfica constituem-se em um instrumento formal de representação da informação. São eles uma forma de organizar os registros do conhecimento. As questões sobre organização desses registros e a própria organização do conhecimento são abordadas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI): campos de estudos que se dedicam a resolver os problemas de organização e acesso ao conhecimento.

Ao pensar a diferença entre os princípios dos sistemas de categorias do período moderno e os nossos próprios sistemas, Foucault ([1966] 1999) recorre à fábula de Jorge Luís Borges (1899-1986) sobre as categorias de animais encontradas numa enciclopédia chinesa: animais pertencentes ao imperador, aqueles desenhados com um fino pincel de pelos de camelo, aqueles que de longe parecem moscas, e assim por diante. A fábula mostra a arbitrariedade manifesta por qualquer sistema de categorias quando visto de fora, bem como “um poder de encantamento” que um mero sistema de ordenamento alfabético impõe.

A classificação de Borges remete ao ato de classificar o mundo e organizá-lo deve ser entendido como um fenômeno social, uma ação instintiva dos seres humanos. “Esse é o paradoxo das nossas vidas e das sociedades. Tudo se classifica para ser pensado” (VIGNAUX, 1999, p. 9). Por esse motivo, as implementações práticas, enquanto classificação social, não podem estar dissociadas dos pensamentos e decisões que

embasam a concepção do sistema de classificação bibliográfica (ARAÚJO, 2006, p.116).

Na obra “Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot”, o autor Peter Burke (2012, [Edição Kindle]) considera a classificação social do conhecimento como sendo, historicamente, um dos elementos mais importantes para a própria elaboração do conhecimento, uma vez que a busca por conhecimento requer a ordenação de sistemas mais estruturados de organização. E qual seria a pertinência de apontar os vestígios antigos dos sistemas de classificação do conhecimento?

De certo, é possível perceber que se avançou muito nessas buscas, mas ainda é plausível afirmar que especialistas empreendem tentativas para “adaptar o novo conhecimento ao quadro de referência tradicionais”, ou, mais além, há a tentativa de se encontrar modos para adaptar esses “quadros de referências” e neles acomodar novos conhecimentos. E ainda, segundo Burke (2012, [Edição Kindle]), é preciso tomar distância dessas categorias europeias, aprender a considerá-las como tão estranhas ou construídas como (pode-se dizer) as chinesas.

Tomando a distância sugerida por Burke (2012) e/ou empreendendo um trabalho genealógico como vislumbra Foucault (1969), esta pesquisa retrocede até a forma de organizar os livros em uma biblioteca, “ordem dos livros” (*ordo librorum*, para Gesner), a qual reproduzia a ordem do currículo na universidade por volta de 1450.

Ela [a biblioteca] também sustentava esse sistema de classificação, como ainda o faz, tornando-o material, físico e espacial. Bibliotecas que sobreviveram nos permitem estudar a “arqueologia do conhecimento” no sentido literal da famosa expressão de Foucault, examinando os vestígios físicos de antigos sistemas de classificação. Os catálogos das bibliotecas públicas e privadas, e a organização das bibliografias (que eram apresentadas na forma de bibliotecas imaginárias, usando muitas vezes o título *Bibliotheca*), seguiam frequentemente a mesma ordem, com poucas permutações e modificações. O catálogo da Biblioteca Bodleian, por exemplo, publicado em 1605, separava os livros em quatro grupos principais – artes, teologia, direito e medicina – com um índice geral de autores e índices especiais de comentadores de Aristóteles e da Bíblia (BURKE, 2012, [online], grifo nosso).

Ainda de acordo com Burke (2012, [Edição Kindle]), por volta do ano 1700, Leibniz (1646-1716), de forma resumida em um memorando, sugere o estabelecimento de uma Academia em Berlim com propósito de contrastar a noção de pesquisa com a de

mera curiosidade: “esse conjunto de termos sugere uma consciência crescente, em certos círculos, da necessidade de investigações para que o conhecimento fosse sistemático, profissional, útil e cooperativo”. Assim, após a criação de organizações de fomento à pesquisa, a palavra pesquisa (*research*) que tem sua origem na palavra busca (*search*) passa a ter mais visibilidade no século XVIII.

Corroborando essa percepção, McGarry (1999, p.146) salienta que desde a Idade Média o sistema educacional – ao formalizar a transmissão dos conhecimentos culturais, intelectuais e práticos – reflete os valores sociais do seu tempo. O currículo, seleção de disciplinas a serem ministradas, é uma espécie de classificação dos assuntos considerados de maior importância. As disciplinas ou os assuntos são um retalhamento da totalidade do conhecimento que deriva de alguma forma de currículos acadêmicos criados ao longo dos séculos.

Em vista dos argumentos apresentados, é pertinente considerar que a forma de se pensar a classificação bibliográfica foi baseada na estrutura de disciplinas e cursos (BURKE, 2012; MCGARRY, 1999). Diante disso, é necessário salientar que neste ponto talvez esteja a conexão com a qual Hjørland (2016) referenda a dimensão ampla da organização do conhecimento e sua relação com os currículos.

Na passagem do século XIX para o século XX, Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) introduzem uma nova forma de pensar as classificações. Os repertórios bibliográficos organizados por esses dois advogados belgas dão “ênfase especial ao conteúdo dos documentos e à maneira como esse conteúdo é tratado – e analisado – visando a armazenagem organizada da informação correspondente e, sobretudo, sua recuperação direcionada ao serviço do usuário” (ROBREDO, 2003, p.44).

Assim, considerando os diferentes aspectos históricos da BCI, é importante ressaltar que as questões referentes à organização e ao acesso já eram consideradas por bibliotecários e documentalistas desde o surgimento das mais antigas bibliotecas até hoje. Como por exemplo, a Classificação Decimal Universal (CDU), criada por Paul Otlet e Henry La Fontaine e a *Colon Classification* de Ranganathan (1892-1972), entre os séculos XIX e XX, ainda hoje oferecem princípios teóricos importantes para a

construção e atualização dos SOCs. Contudo, as relações entre temáticas estabelecidas nos sistemas pré-coordenados e hierárquicos se tornaram demasiado rígidas, estáticas, para possibilitar a inclusão de novos conceitos que são constituídos a cada dia. Por assim ser, os SOCs como instrumentos de representação da informação vêm sofrendo mudanças a fim de se adaptarem às exigências de cada momento (CAMPOS, 2001; DODEBEI, 2002; CURRÁS, 2005).

No âmbito dos SOC, classificar é uma operação definida como o ato de “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças”. Dito de outro modo, seria dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos” (PIEIDADE, 1977, p. 9). A classificação resulta, em sentido amplo, na definição de classes, geralmente disjuntas, que são estabelecidas a partir da adoção de um critério que determinará os atributos compartilhados pelos membros de cada uma das classes definidas.

Olson (1998, p. 236) percebe que estas duas características principais da classificação bibliográfica – reunir conceitos semelhantes e os deixar próximos – refletem os relacionamentos percebidos na sociedade em geral. Como essa estrutura relacional proposta pela classificação bibliográfica pode ser desenhada de diversas maneiras, “as classificações darão um espaço mais vantajoso na sua estrutura geral para alguns conceitos do que para outros.” O que sugere que a classificação bibliográfica tende a refletir a versão mais *mainstream* dos relacionamentos, resultando na evidência dos “discursos mais poderosos de uma sociedade” e na “marginalização de conceitos fora do *mainstream*.” Neste sentido, Olson (1998) não considera nenhuma classificação bibliográfica totalmente inclusiva. “Como as classificações são vocabulários controlados por notação, eles inevitavelmente têm limites.”

A afirmação de Olson (1998) sugere que a classificação bibliográfica tende a refletir os valores dominantes e as normas culturais de uma sociedade. Isso significa que os conceitos, ideias e discursos que estão em conformidade com as visões predominantes são mais propensos a serem representados nas classificações

bibliográficas, enquanto aqueles que desafiam ou contradizem essas visões são mais propensos a serem marginalizados ou excluídos.

Os teóricos Michel Foucault e Judith Butler argumentam que o poder está presente em todas as formas de comunicação e conhecimento, inclusive os SOC. Assim, podemos pensar que a forma como as informações são organizadas e classificadas está influenciada pelas relações de poder que existem na sociedade, o que pode resultar na marginalização de certos discursos.

Considerando a impossibilidade de se pensar a sociedade como um todo, as lógicas classificatórias dividem, hierarquizam e decompõem. Enquanto as semelhanças têm a função de agrupar, as diferenças desempenham o papel de opor. “Deste duplo jogo do semelhante (que junta as famílias, as espécies, os momentos) e do diferente (que opõe, no tempo e nas formas, estas famílias, espécies e épocas) nasce o sentido” (VIGNAUX, 1999, p 15).

É importante destacar que no final do século XX os SOC eram imbuídos da presunção da neutralidade. Desavisadamente havia uma recusa pela existência de um poder que inaugura, regula e, ainda, confere singularidade no espaço e tempo aos conceitos e as categorias hierarquicamente pormenorizadas por meio desses instrumentos técnicos de representação da informação e do conhecimento. Assim, se faz necessário destacar a abordagem crítica de Olson (1998) em torno do movimento que evidencia as mulheres e outros grupos marginalizados e/ou excluídos dos sistemas de classificação bibliográficas.

Donde ser relevante a parte da fala de Foskett (1971), que sugere que os classificacionistas são os produtos de seu tempo e, portanto, as classificações são produtos de classificacionistas que reverberam os preconceitos do seu tempo. Olson (1998) oferece uma construção teórica capaz de perceber os vieses e as complexidades que constroem os discursos. Um ponto apontado como vulnerável nos sistemas de classificação bibliográfica, e os SOC em geral, é a tentativa de buscar uma atualização que parte da visão de sociedade de um classificacionista, em um determinado tempo histórico, rumo às necessidades e tendências da sociedade atual.

Fato é que as classificações bibliográficas seguiram a dinâmica social e foram se adaptando às novas demandas da Organização do Conhecimento. Segundo García Gutiérrez (2007, p. 6) a classificação bibliográfica é uma importante operação epistemológica da área de Organização do Conhecimento, contudo ressalta que

[...] o ato de classificar não é apenas governado por um conjunto de regras organizacionais explícitas, mas também cognitivas, inconscientes e padrões comportamentais automáticos ligadas à ideologia, cultura, identidade e memória que confinam pluralismo e interpretação.

Corroborando com o pensamento de García Gutierrez, Olson (1998, p. 234-235) acrescenta que as classificações bibliográficas além de incluir a presunção ideológica das culturas de determinado período histórico, como preconizado por Foskett, também reproduzem os vieses dos lugares. As classificações bibliográficas organizam sua estrutura de conceitos de acordo com “os discursos culturais aceitos”. Assim como outros SOC, ela inevitavelmente tem limites, por vezes, em seu escopo representam alguns conceitos e outros não. Dessa forma, para Olson a questão para a classificação então se torna: o que resta além do limite? O que é excluído?

Por isso, a preocupação sobre qual viés cultural foi incorporado na estrutura dos sistemas de classificação bibliográfica, vem tomando espaço na literatura que pensa uma organização social do conhecimento. Autores como García Gutiérrez (2007, 2013) propõem uma espécie de desconstrução da prática classificatória, chamada de um exercício de “desclassificação”. A proposta de García Gutiérrez seria uma desconstrução da política colonial dominante do conhecimento, ou seja, uma nova frente de resistência contra a tentativa de isolar ou colocar à margem as práticas de conhecimento periféricas.

García Gutiérrez retoma a noção de microfísica do poder de Foucault e repensa as relações humanas como uma construção contínua e fragmentada pelas práticas de poder que atuam no trabalho, na família, em casa. O poder é colonizador e não faz parte dos sujeitos, mas sim de uma natureza microfísica constituída na relação social em si (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2013, p. 96).

Levando-se em consideração esses aspectos, vale ressaltar que o relato de Melissa Adler no livro *Cruising the library: perversities in the Organization of Knowledge* (2017)

ilustra bem essa ocorrência. A autora mostra que durante e após a Segunda Guerra Mundial a *Library of Congress* (LC) criou a *Delta Collection*, uma das maiores coleções de livros, filmes, fotografias e materiais diversos sobre sexo e sexualidade do mundo. À medida que a linha divisória entre sexo, doença e transgressão foi se tornando estreita, todos os itens considerados pornográficos ou obscenos foram separados da coleção geral da Biblioteca com acesso altamente restrito.

Notadamente, a LC por meio da *Delta Collection* colaborou ativamente para o policiamento e a censura sexual, isso por intermédio da restrição de acesso à coleção, da provisão de evidências em uma campanha contra a homossexualidade, bem como outros projetos para regular atitudes sexuais adequadas. Além disso, os itens da *Delta Collection* eram compilados em listas que serviam de parâmetro para seleção de acervo entre as bibliotecas dos Estados Unidos, como itens que não deveriam ser incluídos em acervos.

Tendo em vista os aspectos observados, é pertinente inferir que os mesmos ideais que promoveram a reunião e restrição de documentos que ameaçavam ideias normativas sobre sexualidade, reverberam na representação da informação e do conhecimento e, por conseguinte, nos SOC. Vale a pena destacar que a Biblioteca Nacional do Brasil traduz termos da terminologia da LC, o *Subject Headings*, para incorporar à sua lista de assuntos que é usada por bibliotecas no âmbito nacional.

3.1.2 Linguagens de indexação

Para Dahlberg (2006), o conceito é o ponto central da OC, já que cabe a essa ciência estruturar e arranjar sistematicamente as unidades de conhecimento (conceitos) de acordo com as suas características. No âmbito da BCI, os SOC são os instrumentos que atuam em dois níveis: na representação do assunto dos documentos e na escolha dos termos de busca na recuperação da informação.

Dessa forma, Lancaster (2002) – referindo-se ao controle terminológico almejado na OI – procura facilitar a representação consistente dos assuntos, atribuídos por indexadores e utilizados por usuários na recuperação, evitando a dispersão de informações relacionadas. A estrutura semântica de um vocabulário controlado visa

atender a três objetivos: 1) controlar termos sinônimos; 2) diferenciar termos homógrafos; 3) reunir ou unir termos cujos significados possuem uma relação mais estreita entre si, de ordens hierárquicas e não hierárquicas. Procura, ainda, facilitar uma pesquisa minuciosa e ampla sobre um determinado assunto.

Narukawa (2011) destaca que os vocabulários:

[...] são considerados instrumentos intermediários, por meio dos quais se realiza a tradução das informações que foram identificadas e selecionadas na análise do conteúdo do documento para representação. Em um segundo momento, servem para traduzir as necessidades informacionais do usuário em termos de busca para recuperação. É quando ocorre a compatibilidade entre a representação dessa necessidade de busca e a representação do conteúdo temático dos documentos que, efetivamente, ocorre a recuperação da informação. Portanto, no processo de indexação automática, os vocabulários controlados atuam no próprio processo de análise automática do documento e na representação, ou seja, condicionam os resultados na atribuição de descritores. Por isso há a necessidade de considerar todos os seus atributos, além da necessidade de considerar a sua atuação associada aos métodos de indexação automática pelos quais se realiza a análise do conteúdo temático dos documentos. (NARUKAWA, 2011, p. 17)

No âmbito dos SOC, o vocabulário é constituído por um conjunto de termos, comumente chamados de descritores e não descritores, organizados sistematicamente de maneira a representar áreas específicas do conhecimento. Para que a compilação de um vocabulário aconteça ele deve obedecer aos princípios de garantia literária, hospitalidade cultural, validação dos usuários e/ou outras. Sobretudo, porque a estrutura da linguagem nem sempre se refere à fiel organização do conhecimento no campo em que é proposta. Trata-se de um procedimento artificial que visa estabilizar o sentido permitindo, assim, uma equivalência terminológica mais efetiva.

As linguagens de indexação são instrumentos auxiliares no processo de organização e recuperação que visam equivaler o vocabulário do proponente do item informacional, a linguagem do sistema de informação e o vocabulário de abordagem apresentado pelo usuário. Para Cintra *et al.* (2002, p. 23) as linguagens de indexação são “[...] construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a um sistema de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos”.

Quadro 1 - Relações associativas entre termos

Relação	Exemplos
Atributiva	economia / nível de atividade econômica
Disciplina ou campo de estudo / objeto ou fenômenos	entomologia / insetos estética / beleza pacifismo / paz
Processo ou operação / seu agente ou instrumento	controle da temperatura /termostatos iluminação / lâmpadas automação / computadores aquecimento / combustíveis política monetária / taxas de juros
Influência	política monetária / inflação
Matéria-prima / produto	bauxita / alumínio
Coisa / aplicação	abastecimento de água / irrigação
Ação / resultado da ação	tecelagem / tecido pintura (arte) / murais
Causalidade ou causa / consequência	crescimento econômico / desenvolvimento econômico
Efeito / causa	febre / infecção
Dependência causal	doenças patogênicas / agentes
Atividade / agente	tabagismo / fumo
Produto / propriedade	veneno / toxicidade
Atividades complementares	compra / venda
Opostos	vida / morte
Ação / seu paciente	prisão / criminoso
Coisa / seu contra agente	insetos / inseticidas
Atividade / produto	tecelagem / tecido
Pessoas ou coisas / suas origens	brasileiros / Brasil
Associação implícita	balanço de pagamento / comércio internacional
Expressões sincategoremáticas / substantivos nelas incluídos	peixes fósseis / peixes flores de papel / flores

Fonte: Cintra et al. (2002, p. 23)

Como pode ser observado no quadro 1 – **Relações associativas entre os termos** – as linguagens de indexação são constituídas de vocabulário e sintaxe, sendo a sintaxe responsável por orientar os usuários a respeito da adoção do termo, ou vocabulário.

Por sua parte, os tesouros são exemplos de linguagens de indexação, tradicionalmente consideradas como um instrumento de controle terminológico. Eles permitem a representação da informação obtida pela análise e síntese de documentos e auxiliam na formulação de questões de busca de informação (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1992). A estrutura desses instrumentos de indexação é composta por relacionamentos, relações e vinculações existentes entre os conceitos representados por termos. Em um tesouro, nenhum termo existe sem ligação com outro, sempre determinado por seu significado (SVENONIUS, 2000).

De certo, as relações existentes entre os termos de um tesouro estabelecem a conectividade na forma de relações semânticas entre termos. Dessa forma, a sintaxe revela a sua importância pois ela definirá a aplicação do descritor (assunto) e as possibilidades de coordenação dos termos indexadores para representação de assuntos compostos neste tipo de linguagem. Ou seja, os tesouros podem estar estruturados hierarquicamente (gênero-espécie e todo-parte) e associativamente (aproximação semântica), com o propósito de indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo (SALES; CAFÉ, 2009, p. 101).

A elaboração de um tesouro a partir de um domínio ou área de conhecimento específicos envolve o trabalho de profissionais especialistas e segue um conjunto normas para a seleção, registro dos termos e o controle de vocabulário de forma a evitar fenômenos linguísticos tais como: ambiguidade, polissemia, plurissignificação e homonímia. Para tanto, ao planejar a construção de um tesouro normalmente é recomendado o uso de padrões orientadores, como as seguintes normas:

- International Organization of Standardization (ISO) 25964-1/2021: Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies.
- American National Standards Institute – National Information Standard Organization – ANSI/NISO Z39-19/2010, Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies.

- Associação de Normas Técnicas (ABNT), NBR 12.676/1992: Métodos para a Análise de Documentos, Determinação de seus Assuntos, seleção de Termos para Indexação.

Vale ressaltar que a norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19/2010, seção 11.1.3, orienta a adoção inicial de três abordagens para a construção do vocabulário controlado:

a) **Abordagem por comitê:** consiste em uma lista de termos elaborados por especialistas que podem usar os seguintes métodos para construção do vocabulário:

a1) **Top down** (descendente): os termos gerais são identificados primeiro e após esses são apresentados os termos mais específicos. A estrutura hierárquica e os relacionamentos vão sendo estabelecidos à medida que os termos são incorporados.

a2) **Bottom up** (ascendente): geralmente parte de um corpus de objetos (documentos). Por meio dessa abordagem, os termos específicos são identificados primeiro para o geral. Do mesmo modo que o método *top down*, a estrutura hierárquica e os relacionamentos são estabelecidos à medida que os termos vão sendo incorporados. No entanto, no método *bottom up* os termos tendem a atingir maior especificidade. Por isso, este método é mais comumente utilizado para inclusão de novos termos a uma estrutura estabelecida.

b) **Abordagem empírica:** a partir dos métodos dedutivo e indutivo.

b1) No **método dedutivo** os termos são extraídos por humanos ou por meio de sistemas automatizados. Após a coleta, os termos são revisados por um grupo de especialistas do domínio. Nessa fase de revisão são estabelecidas as relações hierárquicas dos termos indo do genérico para o específico (*top down*).

b2) No **método indutivo:** novos termos podem ser incluídos a partir de um arranjo estabelecido. Esse método é constantemente acionado, uma vez que o processo de construção de um tesauro é considerado contínuo.

b3) **Combinação de métodos:** prevê que em algum momento do processo de construção haverá a combinação de métodos. Essa abordagem demanda que os compiladores estejam atentos à revisão dos termos e hierarquias de forma a garantir a consistência do tesouro.

c) **Assistência de sistemas automatizados:** podem ser usadas para:

c1) Identificação de **termos candidatos**.

c2) Indicar **frequência de uso de termos**.

c3) Levantar registros de **termos consultados por usuários**.

Os principais procedimentos para construção de vocabulário controlados indicados pelas normas citadas estão descritos no quadro 2, **Etapas de elaboração de um SOC**.

Quadro 2 - Etapas para elaboração de um SOC

ETAPAS	ATIVIDADES
Identificação de termos candidatos	<ul style="list-style-type: none"> ● Analisar conteúdo de documentos; ● Identificar automaticamente, a partir da obtenção automática das informações.
Seleção e definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar a representatividade do termo; ● Verificar a especificidade do termo; ● Verificar os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios; ● Eliminar as ambiguidades, homonímia (polissemia); ● Controlar os sinônimos quanto o conceito pode ser representado por diferentes termos.
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se o termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características.
Notas	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar notas para contextualizar o termo; ● Notas de uso para esclarecer o uso pretendido do termo no Tesouro.
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer as relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos; ● Estabelecer relações de equivalência de termos semelhantes; ● Estabelecer relações hierárquicas e associativas.
Registro de termos	<ul style="list-style-type: none"> ● Registrar a inclusão dos termos e os seus relacionamentos.
Avaliação (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se o tesouro está atendendo às expectativas da comunidade de usuários do Projeto.
Atualização	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer um comitê editorial para definir a periodicidade da revisão e atualização do Tesouro.

Fonte: Compilado pela Autora

Os princípios que norteiam a construção de um tesouro partem da seleção cuidadosa de termos dentro de uma determinada área. Para isso, ao princípio da garantia literária de E. Wyndham Hulme (1859-1951) – usado inicialmente no contexto da classificação bibliográfica – pode ser aplicado a seleção de termos candidatos a compor um tesouro: termos cuja seleção se justifica pela sua existência na literatura sobre o

assunto. Aplicando este princípio – da garantia literária – à construção de tesouros, é admissível se obter a seleção de um termo justificado pela sua aparição na literatura, isso quando um determinado assunto é abordado com frequência (LANCASTER, 1987, p.21-22).

Ao analisar o teor da norma ANSI/NISO Z39.19/2010, Barité (2010, p. 129), situa a garantia literária como a principal ferramenta para a coleta e para a seleção de vocabulário, atuando em sinergia com outros dois tipos de justificativa: a garantia do usuário¹⁸ e a garantia estrutural¹⁹. Sendo a garantia do usuário mais aplicada nos processos de verificação e validação dos termos.

Diante da importância das formas de autorização de termos, na subseção a seguir são abordados o princípio da “garantia” dos SOC, a tipologia de alguns destes instrumentos, que devem ser levados em consideração ante a perspectiva de caracterização da OSC, isso porque, a presente tese compreende que os SOC atuam como dispositivos mediadores de sentido, posto que a sua construção evoca e preconiza o estabelecimento de uma síntese informacional mediante a escolha de conceitos que estão estruturados como forma de interpretar e significar uma ou mais áreas do conhecimento. Considerados dessa forma, são instrumentos técnicos que visam à melhoria nos processos de recuperação e disseminação da informação.

3.2 As formas de autorização de termos nos SOC

Os SOCs incluem uma variedade de instrumentos e esquemas que visam organizar, recuperar e disseminar a informação. A proposição desses sistemas abrange tópicos como catalogação, classificação, indexação, tesouros, vocabulários controlados e ontologias. A seguir, são apresentados alguns dos princípios fundamentais para a construção dos instrumentos que se referem à representação temática da informação.

¹⁸A garantia de usuário baseia-se nos termos adotados pelos usuários que buscam recuperar a informação (SVENONIUS, 2000).

¹⁹A garantia estrutural possibilita a incorporação de termos úteis para tornar a estrutura da linguagem mais funcional (SVENONIUS, 2000).

A construção de um SOC é normalmente amparada por um *corpus* documental do qual são selecionados os termos que melhor representam a área de domínio desse SOC. A seleção de termos é regida pelos princípios de garantia adotados pelos SOCs para a construção dos seus diversos instrumentos de representação da informação, lembrando que, comumente, as diferenças entre eles (SOCs) basicamente se limitam ao “revestimento formal” (CAMPOS, 2001, p.11), ou seja: o modo de apresentação desses sistemas.

Partindo da premissa da “garantia”, habitualmente atribuída como um conceito fundante para construção e manutenção dos SOC, a presente pesquisa se arrisca a traçar uma reflexão em torno da conceituação desse termo, tendo consciência dos limites próprios ao ato de pesquisa e do conhecimento por ora estruturado pela autora. Contudo, o risco inerente em rever as conceituações do termo “garantia” seria o de produzir novas interpretações, risco que se delinea como horizonte de interesse.

No dicionário da língua portuguesa Aurélio (FERREIRA, 1986, p. 835, grifo nosso), o termo garantia é delineado como decorrente do francês *garantie* e refere-se ao

1. Ato ou efeito de garantir(-se). 2. Ato ou palavra com que se assegura uma obrigação, uma intenção, um sentimento etc.; prova, segurança. 3. Documento com que se assegura a autenticidade e/ou a boa qualidade de um produto ou serviço, e se assume, junto ao comprador ou usuário, o compromisso de ressarcir-lo em caso de ou fraude comprovada. 4. P. e.s. O período que vigora a garantia.

De forma complementar, o termo garantia é conceituado da seguinte maneira:

1. Responsabilizar-se por; afiançar, abonar: garantir um título. 2. Afirmar como certo asseverar, certificar: Garantiu a autenticidade do objeto antigo. 3. Tornar certo, seguro: Disse que aquele remédio garantiria a sua cura. T.d. ei. 4. Asseverar, afiançar. Garantiu-lhes que dissera a verdade. 5. Livrar, defender, acautelar: Enviou os seus para o campo a fim de os garantir contra os assaltos inimigos.

No dicionário de filosofia (ABBAGNANO, p.478, grifo nosso) a garantia refere-se a:

GARANTIA (in. Security; fr. Assumnce; ai. Assecuranz; it. Assicurazione). Royce sugeriu um sistema de G. para realizar o que ele chamava a "Grande comunidade" humana. A G. é, com efeito, uma associação baseada **no princípio triádico da interpretação: assim como nesta há o intérprete que interpreta alguma coisa para alguém, assim na G. existem, na relação, o que é garantido, o garantidor e o beneficiário** (A esperança na Grande comunidade, 1916). Royce também sugeriu a G. contra a guerra (Guerra e G, 1914).

No âmbito da BCI, frequentemente, quando se fala em garantia dos SOC, admite-se como consolidado o pensamento que remete o termo à uma espécie de ferramenta metodológica específica para a “justificativa inicial” quando da escolha de um descritor e/ou quando para a “verificação” (avaliar, substituir ou atualizar) de terminologias. Assim, o conceito de garantia está presente nos processos mais importantes de um SOC: a sua construção, sua avaliação, sua revisão e o seu uso (BEGHTOL, 1986; BARITÉ, 2010, 2014).

O processo de construção e consolidação do conceito garantia, *warrant* em inglês, teve início por meio da introdução da conceituação de garantia literária formulada por Hulme em 1911. Desde então diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre o conceito garantia foram debatidas no âmbito da BCI. A seleção de termos candidatos para compor um SOC é regida pelo princípio da garantia. Ao realizar a observação da literatura verificamos que a garantia literária não é suficiente para legitimar a escolha de termos representativos, por essa razão, são apresentados os principais conceitos que tratam sobre tipos de garantias que se derivam da garantia literária, dentre elas: a garantia do usuário, a garantia cultural e a garantia pautada pelo consenso científico e educacional (quadro 3). Nota-se que essas garantias e outras foram sendo constituídas teoricamente à medida que os estudos sobre as linguagens de indexação foram se adensando em termos de teoria.

O princípio da garantia literária, inicialmente cunhada por Hulme, “sustenta a ideia nuclear de que a literatura de um domínio deve ser a fonte para extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação” (BARITÉ, *et al.*, 2010, p.124). Desse modo, a literatura, entendida aqui como o registro documental, torna-se “o agente estável que sintetiza o conhecimento científico e especializado” por meio de metodologias de construção previamente estabelecidas em normas, padrões ou mesmo em acordos locais, de maneira a representar esse conhecimento em sistemas de organização do conhecimento de diversas naturezas. No entanto, é relevante ressaltar que, de certa maneira, segundo corroborado também por Barité (2014), há uma ruptura das concepções de sistemas classificatórios puramente teóricos, como as classificações científicas e, ainda, uma suposta autoridade dos classificionistas.

Como afirma Lancaster (1987, p.21-22), um dos princípios adotados no processo de construção das linguagens é o da garantia literária, a qual se presta à seleção de termos para compor um tesouro de acordo com a existência na literatura de informações sobre o assunto. Por conseguinte, de acordo com este princípio, a seleção de um termo de um tesouro seria justificada apenas quando, dentro da literatura, um determinado assunto é abordado com frequência. Sobre essa problematização, Barité (2019, p. 282) ressalta que

Desde o conceito de garantia literária (HULME, 1911), das vinte garantias restantes têm sido mais frequentemente referenciadas pela garantia cultural (LEE, 1976; BEGHTOL, 2002a), acadêmica (BLISS, 1929; SACHS; SMIRAGLIA, 2004), usuário (LANCASTER, 1977; HJORLAND, 2013). Basicamente, **distinguem-se pelo apelo a diferentes fontes de autoridade para coletar termos**: a linguagem das comunidades com sua própria identidade cultural ou local (garantia cultural), o vocabulário formal das disciplinas, o consenso entre especialistas e a opinião de especialistas (garantia acadêmica), ou as expressões que os usuários usam em suas pesquisas (garantia do usuário).

Contudo, diante de uma variada tipologia de formas de autorização do conhecimento, o autor oferece apontamentos relevantes em torno da pouca reflexão teórica, metodológica e crítica existente sobre grande parte dessas tipologias e formas de autorização do conhecimento. Ou seja, há poucos estudos sobre os usos das formas de inclusão, controle de formas sinonímicas e validação de relações hierárquicas.

Sob essa perspectiva, Barité (2019, p. 281-282) ressalta que o elevado número de formas de autorização terminológica pode ser proveniente: (i) de uma certa inadequação dos SOC em que é necessário selecionar a terminologia para representar o conhecimento e recuperar informações; (ii) da não existência de soluções universais e sim de “opções de escopo parcial e eficácia para justificar a terminologia”; (iii) do uso de diferentes formas de autorização de termos; (iv) da representação temática do conhecimento em ambientes de informação digital.

Com a pretensão de espelhar essa realidade, o quadro 3 abaixo estruturado apresenta uma lista de formas de autorização de termos na ordem cronológica da proposição, conforme sugestão de Barité (2018, p. 528-529).

Quadro 3 - Tipologia das formas de autorização de termos (garantias)

NOME	AUTOR, ANO.	DEFINIÇÃO
Garantia de uso / Common usage	Cutter (1876)	O usuário é o "árbitro supremo" para "a escolha de nomes e assuntos". Em ambientes digitais, folksonomias marcam de forma colaborativa conteúdos (BARITÉ, 2018, p. 528-529)
Garantia literária / Literary warrant	Hulme, 1911	A garantia literária pode ser caracterizada como o conjunto de tópicos ao redor dos quais uma literatura foi estabelecida" (Beghtol, 1995, p.31)
Consenso científico / filosófico e educacional / Scientific/ philosophical and educational warrant (consensus)	Bliss, 1929	Para Bliss, então, parte da garantia semântica autorizada de uma classificação de biblioteca repousava em sua conformidade com as necessidades práticas das instituições educacionais e esta utilidade prática tornava uma classificação de biblioteca relativamente permanente ao responder o melhor pensamento consensual das comunidades científicas e educacionais (BEGHTOL, 1986, p. 126).
Garantia cultural / Cultural warrant	Lee (1976)	Deve contribuir para evitar formas de linguagem discriminatória, sexista ou pejorativa na seleção e formalização dos termos de indexação, adotando uma postura ética e uma política de construção da cidadania (BARITÉ, 2018, p. 529).
Garantia de usuário / User warrant	Lancaster (1977)	O criador de um vocabulário controlado deve ter conhecimento considerável sobre os usuários potenciais de seu sistema e sobre os tipos de solicitações que eles provavelmente farão (BARITÉ, 2018, p. 528).
Garantia Semântica / Semantic warrant	Beghtol (1986)	A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação vai ser útil e significativo (BEGHTOL, 1986, p. 111).
Garantia acadêmica / Academic warrant	Sachs e Smiraglia (2004)	É especialmente valiosa porque avalia as soluções encontradas na perspectiva de especialistas que, por sua vez, são usuários qualificados de sistemas de informação (BARITÉ, 2018, p. 528).

Continuação do **Quadro 3 - Tipologia das formas de autorização de termos (garantias)**

Hospitalidade cultural / Cultural hospitality	Beghtol (2005)	Hospitalidade cultural significa que as culturas pessoais e profissionais dos buscadores e trabalhadores da informação garantem o estabelecimento de campos, termos, categorias ou classes apropriadas em um sistema de representação e organização de conhecimento (BEGHTOL, 2005, p. 905).
Garantia Autopoiética / Autopoietic Warrant	Mai (2011)	No contexto das folksonomias, a autoridade é criada dentro do sistema e os usuários do sistema, de forma autorreferencial, estabelecem os termos e classes a serem incluídos. Nesse caso, a autoridade do sistema emergiria de seu uso (MARTINEZ-ÁVILA; BUDD, 2017, p. 701)

Fonte: Adaptado pela autora.

Consequentemente, o princípio da garantia literária operacionaliza a inclusão ou exclusão de um determinado conceito e estabelece os seus relacionamentos hierárquicos ou associativos, mediante a confirmação de existência desse conceito em um ou mais materiais já existentes ou publicados. Comumente, os diferentes instrumentos de representação do conhecimento reúnem e agrupam conceitos semelhantes e os tornam evidentes em uma estrutura hierárquica de conceitos. Isso remete a uma garantia estrutural. Na estrutura das linguagens de representação da informação nenhum conceito existe sem uma ligação com outro conceito, o qual é sempre determinado por seu significado. Geralmente, para esses conceitos, a garantia estrutural tende a anular a garantia literária ou a garantia de uso e a sua colocação em uma seleção de vocabulários da forma *top-down* ao invés de uma seleção *bottom-up* (SVENONIUS, 2000). De acordo com Olson (1998, p. 236), a sobreposição da garantia estrutural à literária tende a refletir os discursos dominantes da sociedade, o que resulta na marginalização de conceitos fora deste escopo.

De forma análoga, Barité (2011, p. 241), em seus estudos relacionados às diferentes formas de autorização terminológica (garantias), destaca a questão do *sesgo*, em português viés, como algo com que os responsáveis pelos vocabulários controlados devam se preocupar. Isso devido as “[...] suas implicações em relação à representação de valores universais, da utilização de terminologia “politicamente correta” e da admissão de valores e expressões de culturas locais e minorias ou grupos sociais negligenciados [...]”.

Para Suellen Milani (2006), a palavra viés auxilia no entendimento da questão ética da representação de assunto, mas “não ampara o conceito *bias*²⁰ em sua totalidade, sendo apenas uma de suas conotações”. Se por um lado, *bias* podem evidenciar aspectos discriminatórios e preconceituosos, por outro lado, podem funcionar como um direcionamento que visa garantir a especificidade. Ou seja, para além dos limites ou impedimentos do *bias*, ou viés, incrustadas nas formas de autorização terminológica, Milani (2006), expõe sobre a possibilidade de pensar os *bias* positivos como pensado por Ranganathan, no sentido de direcionamento ou preferência. Ou ainda, de acordo com os interesses dos usuários – viés local, pensado por Lancaster.

Considerando que no contexto desta pesquisa interessa-se fazer emergir os entraves da representação da informação e do conhecimento, com o intuito de trazer à luz novas formas de se pensar as formas de autorização terminológica, os questionamentos existentes em torno da garantia cultural são igualmente delineados. Por essa razão, partindo da ideia de que interessa aqui fazer referência ao viés negativo em contraposição a sua demarcação nos SOC, retomamos Clare Beghtol (2002), para quem o princípio da garantia cultural assegura que: “[...] qualquer tipo de representação do conhecimento e/ou sistema de organização só pode ser apropriado e útil para indivíduos pertencentes a uma cultura se for baseado nas presunções, valores e inclinações daquela cultura” (BEGHTOL, 2002, p. 511).

De forma a dar embasamento ao princípio de garantia cultural, Beghtol (2002, p. 518) apropria-se do conceito de hospitalidade na classificação, que consiste na “[...] habilidade de uma notação incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os conceitos antigos e os novos”, e apresenta o conceito de hospitalidade cultural. Ao propor esse conceito, espera-se que o sistema de informação global possa abrigar diferentes comunidades locais baseando-se no poder de escolha do usuário.

²⁰ Para Milani e Guimarães (2017, p.77) o termo *bias* refere-se à “inclinação ou tendenciosidade ao evocar as crenças e princípios de quem os criou, preconceitos ou desvios às normas dominantes, revelando um ponto de vista contra os outros pontos de vista”.

A noção de garantia cultural pode ser compreendida como um conceito guarda-chuva, pois “os demais pactos operacionais (garantia literária, garantia filosófica, garantia do usuário, garantia estrutural, etc.) empregados no desenvolvimento dos SOCs seriam manifestações práticas — e mais ou menos formalizadas — dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais” (GUEDES, 2016, p. 89).

Figura 2 - Garantia cultural



Fonte: Elaborado por Guedes (2016, p. 90).

O princípio da garantia cultural inaugura um “princípio triádico da interpretação”. De acordo com essa concepção, é pertinente afirmar que há “o intérprete que interpreta alguma coisa para alguém”. Essa perspectiva permite que se trabalhe hoje com a noção de uma representação “segura” da informação para fins de armazenamento e recuperação. Contudo, mostra-se necessário perceber quais dispositivos dão a ver a representação do conhecimento e o que fica de fora ou à margem dessa representação instaurada.

Nesse contexto, o debate aqui proposto (sobre a relação entre conhecimento e a sua organização social) pretende somar às generalizações, aos conceitos e às metodologias, bem como aos critérios de análise produzidos pela ciência, uma abordagem foucaultiana que discute a relação entre conhecimento e poder em diferentes níveis.

Duas concepções de instrumentos de representação da informação são agregadas como referência analítica, a primeira com base na reflexão desenvolvida por Foucault que entende os dispositivos como “*conjuntos de estratégias de relações de forças que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados*”. O argumento proposto por Foucault ([1970] 2013) é o de que as práticas discursivas devem ser observadas a partir dos dispositivos de poder, conceito chave que permite explicar a forma como os arranjos de poder operam de maneira dispersa no cotidiano, de forma a produzir regimes de verdade. A segunda concepção faz referência ao caráter performativo que o dispositivo impõe ao discurso, no qual, segundo a visão de Butler (1997), a produção do sujeito se origina dos efeitos discursivos.

Assim, as duas concepções fortalecem o caráter analítico e sistêmico deste trabalho, seja na perspectiva teórica que envolve o processo de interpretação do sentido das coisas e objetos para a função proposta por estes instrumentos (representar a informação), seja na perspectiva estrutural que regula e dá forma a estes instrumentos. Por esse motivo, o próximo tópico enfatiza os estudos críticos em OC que convencionaram a Organização Social do Conhecimento (OSC), bem como visa destacar os estudos mais recentes e a epistemologia da Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC).

3.3 Estudos críticos e a dimensão social da OC

Os primeiros argumentos que impulsionaram o entendimento da dimensão social da OC podem ser percebidos na tensão existente em duas perspectivas. A primeira concepção seria a positivista que parte da dimensão disciplinar proposta por Hjørland (2008), associada à premissa da neutralidade e da universalidade incluídas nos SOC. O segundo ponto de vista agrega abordagens dos estudos críticos na OC, os quais delineiam os princípios da OC em uma perspectiva social e podem ser encontrados na literatura por intermédio de estudos críticos.

É notório que para se aproximar da Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) é necessário superar a perspectiva positivista da OC. Para que essa ocasião se efetive, é igualmente imprescindível pensar como poderíamos agenciar

mecanismos de acolhimento das pautas subalternizadas. E ainda, examinar e elencar bases teóricas capazes de corroborar com o pensamento estruturador das formas de autorização terminológica nos SOCs. Vale ressaltar que alguns estudos críticos com abordagem empírica despontam evidenciando a necessidade de se caracterizar essa dimensão social e crítica da OC.

Com essa finalidade, essa pesquisa se reaproximou daquelas que podem ser abarcadas como possíveis bases epistemológicas de uma linha de investigação descendente do paradigma social (CAPURRO, 2003) e/ou da dimensão ampla ou social da CI (HJØRLAND, 2008), além de retomar a discussão em torno dos aspectos políticos e culturais (DALBERG, 1992; BEGHTOL, 2002), da neutralidade e viés, do *bias*, (OLSON, 1998; BARITÉ, 2011) e ainda das taxonomias da reparação (ADLER, 2017).

Por conseguinte, fica manifesta a importância de esclarecer o nosso entendimento do que é a crítica. Entendimento que por sua vez ecoa a compreensão descrita por Lara Anastásio (2017, p. 133) ao se beneficiar das reflexões oferecidas por Foucault, que por sua vez

se identifica como um praticante da “atitude crítica” inaugurada por Kant, pois suas genealogias necessariamente procuram “saídas da menoridade” ao interpelar relações que aprisionam o sujeito para que outros modos de reflexão e de formas de vida sejam viáveis. Assim, o exercício dessa prática-filosófica reivindica uma a) “atitude crítica” como **coragem de se opor às práticas de governo vigentes**, atitude que sugere uma espécie de retorno à vocação questionadora da filosofia. Trata-se de algo que demanda do filósofo uma b) “atitude crítica” **como exercício de interpretação da atualidade**, referência fundamental para o diagnóstico e o questionamento dos valores do presente, e uma c) “atitude crítica” **como prática de si**, ou seja, como conjunto de técnicas criadoras de formas de vida que produzem efeito reflexivo e inventivo, em um processo de **governo de si que envolve tanto domínio quanto coragem de transformar a própria vida em objeto de manifestação de certa verdade**.

Por conseguinte, diante da percepção de que a realização de estudos empíricos no campo OC é de suma importância para o desenvolvimento de um exercício diagnóstico consistente do presente, adotamos a atitude de ajuizamento proposta por Foucault com o intuito de envolver as formas de autorização terminológica em um exercício de interpretação das bases epistemológicas rumo a um diagnóstico e

questionamento (atitude crítica) capaz de consubstanciar a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC).

Notadamente, as pesquisas sintetizadas por Hope Olson foram precursoras e impulsionaram uma série de estudos críticos no campo. Olson (1998) evidência a lacuna no campo do discurso dos sistemas de classificação, pensando a questão do feminismo e homossexualidade. Segundo essa autora, essa lacuna ocorre devido ao processo de nomeação resultar em um estabelecimento de um espaço retórico, um lugar onde o que é nomeado passa a existir no discurso: onde até então não existia esse espaço. Por esse mesmo motivo, Michele Drumm (2000) observa que a atenção dada à homossexualidade, por vezes, está relegada “a um reino sombrio, permitido a sua existência apenas, assim como também sugere Foucault, em bordéis e hospitais psiquiátricos”, sendo, ainda, essa percepção reflexo da produção científica da época.

Diante dessas questões, Michele Drumm (2000), apoiando-se no aporte teórico do conceito de Gramsci²¹ de “hegemonia cultural²²”, mobilizou as redes sociais ao demonstrar como o tema da homossexualidade foi tratado na Classificação Decimal Dewey (CDD), relatando que ao longo do século XIX a visão da classe médica, obstinada com o comportamento homossexual, refletiu na criação de uma categoria homossexual subordinada à categoria “Perturbações Mentais”, além das categorias “Manias e aberrações sexuais” e “Inversão sexual / Homossexualidade” subordinadas na área de psicologia à categoria “Imbecilidade ou insanidade moral”, no domínio dos discursos médicos e psiquiátricos.

Mai (2010) problematiza a forma como a BCI ainda estipula os documentos como forma de autorização terminológica e, ainda, a noção de similaridade, ou semelhança, que tem sido criticada por não representar a complexidade das classificações. “Em

²¹ Gramsci, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. Trans. and ed. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971.

²² Da forma como foi desenvolvida pelo marxista italiano Antonio GRAMSCI, hegemonia é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo. Até certo ponto, toda dominação baseia-se na coerção e no potencial de uso da força. Este tipo de poder, no entanto, é relativamente instável. Para que a dominação seja estável, a classe governante precisa criar e manter estilos de ampla aceitação de pensar sobre o mundo que definam sua dominação como razoável, justa e no melhor interesse da sociedade como um todo (JOHNSON, 1997).

outras palavras, uma determinada classificação não é dada pelas coisas classificadas, não basta analisar as coisas por suas essências e descobrir a verdadeira natureza das coisas”. Consequentemente, o autor defende questões caras à BCI, exortando que a ideia de categorias universais, de capturas de categorias semelhantes isentas de valores e neutras não é concebível. Conclui apontando que o conhecimento se afigura como construção social produzida e estabelecida por meio de interações sociais e, portanto, precisa ser desenvolvida em constante colaboração com seus usuários.

Um exemplo relevante é denotado pelo trabalho empreendido por Marcus Miranda (2007) que realizou um estudo empírico para representação da religião na CDD 22ª edição. Esse pesquisador estruturou um mapeamento a partir da indexação de 150 documentos e ao assim proceder constatou que “o saber produzido e apropriado pelas minorias étnicas e culturais de afrodescendentes está sub-representado neste sistema universal” (MIRANDA, 2007).

Por sua vez, Suelen Milani (2014, 2015) retoma Hope Olson (2002) e afirma que a elaboração dos SOC e, por conseguinte, a representação de assunto pressupõe um poder. A autora esclarece que quando do processo de registro de um item informacional a representação temática desse item pode conter ou veicular *bias* (viés). Devido a pretensa neutralidade dos SOC, o *bias* pode passar despercebidamente pelo bibliotecário (ou responsável pela indexação). Milani ressalta a decisão ética a ser tomada: e “inevitavelmente, seremos *biased* e subjetivos ao classificarmos e indexamos assunto, porque há muitas perspectivas dentro de um mesmo domínio do conhecimento, e teremos que escolher quais destas perspectivas representamos” (MILANI, 2014, p. 12).

Ao adotar o aporte do conceito de formação discursiva de Foucault para operacionalizar a análise dos esquemas de classificação bibliográfica, Rosana Trivelato e Maria Aparecida Moura (2016; 2017B) reuniram narrativas de um babalorixá, um cientista da religião, um espírita, um evangélico e de um padre, para uma reflexão sobre o papel de dois sistemas e seus respectivos arranjos na representação do conhecimento. Os resultados dessa investigação no âmbito dos

SOC evidenciaram o viés católico, o esmaecimento e, por vezes, até a exclusão de crenças e alteridades na representação do conhecimento na Classificação Decimal Universal (CDU) e na Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Em 2017, Melissa Adler publicou a análise feita no catálogo da *Library of Congress* (LC) e observou que tanto os instrumentos como os processos técnicos de OC mostram-se tendenciosos ao reproduzir as ideias sobre raça, gênero, nação e cidadania dos Estados Unidos, no período durante e após a Segunda Guerra Mundial. Fato que corrobora o aporte teórico ofertado por Foucault, o qual evidência como a narrativa histórica e o papel desempenhado pelo Estado podem influenciar na organização e produção de verdades sobre sexualidade e perversão. Com vistas à constatação dessa proposição foucaultiana, Adler investigou a *Delta Collection* e demonstrou como a Biblioteca organiza o conhecimento de forma a disciplinar e policiar categorias de conhecimento como sexo, sexualidade e "perverso" ou "obsceno.

Ao examinar os aspectos tanto temático quanto descritivo da OC, Brisa Sousa e Tolentino (2017) analisaram os descritores do Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG), do Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça (TJ STJ tesauros) e as regras do Anglo American Cataloguing Rules, 2nd Edition (AACR2r). As análises demonstram a existência de representações machistas e, diante dessa verificação, os autores sugerem a “atualização dos conceitos para que os descritores e as regras se mantenham coerentes com a (re)configuração social livre de preconceito” (SOUSA; TOLENTINO, 2017).

Compreender os valores éticos inerentes aos processos, produtos e instrumentos da OC é um percurso investigativo necessário, segundo Pinho (2017). O trabalho do autor apresenta uma reflexão teórica e metodológica sobre metáforas relativas ao gênero e à sexualidade em linguagens documentais. Os resultados mostram as principais interpretações baseadas na coleta de palavras-chave em revistas especializadas, a tradução e categorização dessas palavras.

No início da pesquisa de doutorado, Rosana M. S. Trivelato e Maria Aparecida Moura (2017A) realizam um estudo nas tabelas auxiliares correspondentes a pessoas

segundo o sexo, etnia, raça e nacionalidade da CDU, em suas edições impressas na língua portuguesa nos anos 1976, 1999 e 2007. O estudo observa que – apesar de tratar de grupos étnicos – a tabela “Etnia e nacionalidade” refere-se, quase que de forma exclusiva, a pessoas de acordo com sua localização geográfica. Já na tabela “Pessoas segundo o sexo”, foi observada a presença do “ideal regulatório”, proposto por Foucault e retomado por Butler (2017), que promoveu a heteronormatividade e a opressão de gênero nas reiteradas edições da CDU.

Gustavo Saldanha (2017, p. 193 e p. 175) propõe a Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S²O), a qual se encarrega de travar “uma luta com e contra o que Vignaux (2000) identificou como “o demônio da classificação””. O trabalho de Saldanha parte da ideia de que a classificação estabelece uma estrutura simbólica que “distingue categorias como o bem e o mal, o céu e o inferno, a unidade e a diversidade, o universal e o particular, o rico e o pobre”. Pautados por uma perspectiva analítica da O²S²O, Saldanha (2018) e as pesquisadoras Franciéle Garcês da Silva, Graziela Lima, Dirlene Garcez e Nathália Romeiro examinaram os termos e expressões presentes em comentários de reportagens e de redes sociais eclodidos no contexto pós assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O resultado da análise do corpus elucida a seguinte estrutura relacional:

TG: Marielle Franco

TE1: Responsável pelo ódio

TE2: Defensora de marginais

TE3: Promotora da luta de classes TR1: Ser humano como lixo

TR2: Apoio ao tráfico de drogas TR3: Comunista maconheira

O trabalho concluído por Saldanha *et al.* (2018) torna ainda mais patente a necessidade de problematizar o papel epistemológico da OC no contexto social, também porque demonstra como os discursos produzem um conjunto de efeitos sociais e que alguns deles podem surgir assumindo a aparência de um discurso natural e espontâneo, mas exercem o seu poder ofensivo na regulação de corpos (BUTLER, 1997).

Em 2018, um estudo de Maria Aparecida Moura parte da premissa que os sistemas de representação poderiam estar promovendo uma organização do conhecimento baseada em princípios ontológicos totalitários. Partindo dessa percepção, Moura identifica vetores discursivos e institucionais relacionados à construção social de gênero e performatividade no Thesaurus multilíngue da União Europeia (Eurovoc) e do *Gender equality glossary and thesaurus do European Institute for Gender Equality (Eige)*. A autora pautou-se pelo entendimento dos dispositivos como instrumentos de organização da informação, os quais “podem viabilizar a circulação e a proeminência de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios”. Moura conclui que:

Os princípios ordenadores dos SOCs clássicos – sistemas de classificação, tesouros, listas de descritores, taxonomias – e as novas possibilidades e desdobramentos advindos da horizontalidade, característica do contexto digital – ontologias, o *linked data*, as *tags* e as *hashtags* – encontram-se sob forte análise crítica em razão dos riscos de naturalização de um imaginário metafísico que podem gerar. Nesse contexto, os esforços interdisciplinares atuais buscam ampliar a compreensão sobre as relações de poder e saber que se realizam por intermédio dos SOCs (MOURA, 2018, p. 133).

À vista dessa constatação, é necessário pensar os princípios norteadores dos SOC, conforme apontado também por Valério e Raimunda F. Santos (2018). Para eles é preciso investir na formação de profissionais capazes de criar instrumentos, processos e produtos que contemplem as temáticas étnico-racial e a de gênero.

Pensando ainda nos processos de construção e atualização dos SOC, o trabalho de Pablo Gomes e Maria Guiomar Frota (2019) aponta as formações linguísticas e conceituais de opressão e de exclusão social, isso, com a intenção de buscar uma literatura da área sobre como os tesouros podem se tornar mais inclusivos e sobre o papel das garantias semânticas, em específico da garantia filosófica, literária e cultural.

O delineamento acima apresentado se justifica pela constatação da necessidade de se recuperar alguns estudos que propõem um olhar crítico sobre a OC e que possibilitam o repensar sobre a OSCC. Os estudos apresentados nessa seção mencionaram, pautados também pela empiria, uma mudança de olhar nos processos de construção e atualização de SOC, o que faz pensar na possibilidade e no dever de articular a reparação de discursos silenciados.

Na figura 3 – **Organização Social e Crítica do Conhecimento: autores e temas** – alguns exemplos evidenciados no âmbito desta pesquisa são apresentados. Eles, certamente, não encerram a diversidade de estudos com abordagem crítica em torno da OC, mas oferecem um panorama amplo da temática assinalada

Figura 3 - Organização Social e Crítica do Conhecimento: autores e temas



Fonte: Elaborada pela autora.

A figura apresenta em azul os temas centrais da OC, identificados no âmbito desta pesquisa. Em amarelo se destacam os autores que influenciaram e reivindicam um olhar crítico nos e para os SOC. É interessante demarcar nesse apontamento sobre os estudos empíricos no campo da OC, que – se é verdade que há muitas omissões e silenciamentos nos SOC – existe a pretensão de universalizar conceitos ancorada na suposta neutralidade que busca produzir um discurso a partir de uma funcionalidade. Entretanto, é notório que essa pretensão desconsidera o lugar de fala.

Também é digno de nota que cada um destes autores reivindicam e articulam uma forma de reparação taxonômica, tema que contempla a OSCC.

Em síntese, o que fica manifesto a partir do percurso teórico delineado e dos argumentos apresentados é que os SOC se caracterizam como dispositivos performativos, levando-se em conta que os instrumentos de organização do conhecimento não são utilizados apenas por profissionais da informação, podendo ser também empregados como chave de busca da informação. O dispositivo performativo promove, pois, a representação e a localização, ambas pautadas por recursos e estratégias discursivas que encenam a informação de um ponto de vista hegemônico. Vale sublinhar que a seção buscou referendar alguns estudos críticos que fundamentam uma reflexão sobre os aspectos constituintes da OSCC (Hope OLSON, 1998; Jens-Erik MAI, 1999; Michele DRUM, 2000; Marcos MIRANDA, 2007; Maria da Graça SIMÕES, 2010; Gustavo SALDANHA, 2016; Suellen MILANI, 2014; Melissa ADLER, 2016; Rosana TRIVELATO e Maria Aparecida MOURA, 2016 e 2017; Brisa SOUZA e Vinícius TOLENTINO, 2017; Fábio PINHO, 2017; Gustavo SALDANHA, Franciele SILVA, Graziela LIMA, Dirlene GARCEZ e Nathália ROMEIRO, 2018; Erinaldo VALÉRIO e Raimunda SANTOS, 2018; Maria Aparecida MOURA, 2018; Pablo GOMES e Maria Guiomar FROTA, 2019).

Ancorados na problematização desses estudos críticos, as análises empíricas dos SOCs criam espaços nos quais novos princípios norteadores das formas de autorização terminológica puderam emergir para, então, alicerçar uma nova concepção de crítica para a OSC.

Na seção seguinte são apresentadas algumas discussões que tratam o feminismo, o feminismo negro e as temáticas que vêm se tornando centro das discussões das questões contemporâneas como a decolonialidade.

4. A LUTA DAS MULHERES TEM MUITOS NOMES

É pertinente dizer que a luta das mulheres por mais voz (ampliação da presença política) e por mais espaços de atuação ativa na sociedade promoveu e segue impulsionando a abertura de debates antes silenciados, tais como aqueles sobre: a violência doméstica, a opção pelos controles contraceptivos, a desigualdade de salários e as oportunidades no mercado de trabalho, dentre outras temáticas correlatas. A luta das mulheres implementada em ampla medida pelo movimento feminista trouxe a baila o questionamento sobre os padrões de comportamento estabelecidos para os homens e aqueles instituídos para as mulheres por meio de um modelo binário e universalista. E ao pensar as sexualidades que escapam ao enquadramento normativo habitual, o movimento feminista levanta a bandeira em busca de direitos e por equidade de gênero, seja para as mulheres, seja para as novas possibilidades de estar no mundo: tais como as pessoas que, por exemplo, se inserem no universo LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queer, Inter sexo, Assexuado e outras possibilidades).

É admissível dizer que, ao longo da história, a luta das mulheres contra as desigualdades e opressões de gênero é muito vasta. A história denota que desde a caça às bruxas até a articulação das sufragistas para a conquista do direito ao voto houve perseguição a todas que reivindicaram o direito de se libertar dos padrões de comportamento esperados pelo sistema patriarcal. Para além da necessidade de reconhecer e validar os campos de lutas que antecederam a circunstância atual, mostra-se imprescindível ir ao encontro de outros lugares de fala, trazendo para a agenda questões que ultrapassam os limites do binarismo sexual e que sejam capazes de perceber e dar visibilidade às questões referentes à cultura, raça/etnia, classe e às diferentes orientações sexuais existentes.

Isso porque, é notório como – mesmo depois das grandes mudanças sociais impulsionadas desde a transição do século XIX para o século XX – a sociedade ainda promove certos tipos de desigualdades de gênero e raça. Ciente dessa conjuntura,

Heloísa Buarque de Hollanda (2019, p. 18) destaca que o trabalho de Silvia Federici²³ institui uma profunda reflexão sobre o marxismo e traz à tona o silêncio de Marx sobre a importância do trabalho reprodutivo – função necessária e básica para o desenvolvimento de uma economia capitalista baseada no trabalho assalariado – denunciando o corpo das mulheres como a última fronteira do capitalismo.

Ao refletir sobre essa problemática a partir de uma perspectiva política e social, a filósofa italiana Silvia Federici (2021, 15-16) expõe como a esquerda em nome da “luta de classes” e dos “interesses unificados” escolheu por quais setores da classe trabalhadora deveria lutar. À Mulher restou o status de não-assalariada ou de explorada dentro do ambiente de trabalho. Subjugado dentro da família, o trabalho doméstico realizado por mulheres foi e ainda pode ser considerado como algo externo ao capital.

O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas” (FEDERICI, 2021, p. 20).

Submersos nesse contexto, é importante realçar que o conceito de família amplamente aceito segue o padrão heteronormativo composto por um homem e uma mulher que gera e cuida dos filhos. Para Silva Federici (2021, p. 19-23), a família institucionaliza o trabalho oculto e não-assalariado das mulheres, que resulta na dependência por parte da mulher do salário do homem para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, essa visão do capitalismo pressupõe que embora a jornada de trabalho doméstico não resulte em um salário, ela “gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho”.

²³**Silvia Federici** (Parma, Itália, 1942). Historiadora, pesquisadora e ativista italiana, radicada em Nova York. É professora emérita da Universidade Hofstra (Nova York) e co-fundadora do *Feminist International Collective*. Fundou também o *Committee of Academic Freedom in Africa*, na Nigéria. Escreveu diversos livros, dentre os quais *Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction, and Feminist Struggle* (2012) e *Calibã e a bruxa, mulheres, corpo e a acumulação primitiva* (Hollanda, 2019, p. 437).

De forma análoga, Alves *et al.* (2019, p.18-20) ressalta que no Brasil as mudanças demográficas e a transição da população rural para os centros urbanos tiveram influência nas relações de poder entre homens e mulheres.

A queda da taxa de mortalidade aumenta o ciclo de vida das mulheres, com o aumento das taxas de escolaridade, aumenta o capital feminino. A queda da taxa de natalidade e a diminuição do número de filhos permite que as mulheres dediquem menos tempo às tarefas de reprodução e de cuidado dos filhos, podendo dispensar mais tempo a si próprias e de se incorporar à PEA [População Economicamente Ativa].

Neste ponto da reflexão é plausível se fazer um retorno ao esforço empreendido por Silvia Federici (2021) para mostrar o quanto, ao longo do tempo, o trabalho “oculto” das mulheres e a hierarquia de gênero foram explorados em nome dos valores materiais. Nessa perspectiva, ser produtiva seria como uma virtude moral para as mulheres, uma vez que o trabalho de casa continua o mesmo, apesar de alguns produtos tecnológicos terem sido introduzidos para “liberar o tempo das mulheres”, esse tempo não foi destinado a horas de lazer e descanso e sim ao trabalho nas fábricas e nas empresas. “Ter dois empregos só significou contar com menos tempo e energia para a luta” (FEDERICI, 2021, p. 31).

Além do mais, nossa luta pelo salário abre para pessoas assalariadas e não assalariadas, sem distinção, a questão da real duração da jornada de trabalho. Até o momento, homens e mulheres da classe trabalhadora tiveram sua jornada definida pelo capital – pela batida do ponto na entrada e na saída. Isso definiu o tempo em que pertencemos ao capital e o tempo em que pertencemos a nós. Mas nunca pertencemos a nós. Sempre pertencemos ao capital, a cada instante da vida. É hora de forçarmos o capital a pagar por todos esses instantes (FEDERICI, 2021, p. 30-31).

Em similar medida, as análises propostas pela filósofa italiana Silvia Federici, como aquelas que abordam a inclusão das mulheres no mercado de trabalho extra doméstico e a “dupla jornada”, conduzem a uma compreensão acerca da maneira como a consolidação do sistema capitalista atua na desvalorização das funções relacionadas às atividades femininas: realidade que se agrava na perspectiva da condição social e política de todas as mulheres que habitam em países colonizados. Federici (2021, p. 76) evoca as contribuições de pensadores anticoloniais, dentre eles, em especial: Frantz Fanon²⁴ e destaca que

²⁴ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

[...] Marx, se concentrava quase exclusivamente no trabalho assalariado e supunha um papel de vanguarda para o proletariado industrial metropolitano, marginalizando, assim, o lugar das pessoas escravizadas, colonizadas e não assalariadas, entre outras no processo de acumulação e na luta anticapitalista.

Contudo, como a própria Federici (2021, p. 79) ressalta, é crucial para uma perspectiva feminista ter em mente que para se entender a história e a sociedade é imprescindível compreender as condições materiais da reprodução social, como previsto pela teoria de Marx. Para a autora, o reconhecimento da subordinação social como um produto histórico, fundado na organização do trabalho, desnaturaliza a divisão sexual do trabalho e promove as categorias de gênero para além das construções sociais, carregando-as de sentido político.

A agenda feminista que compreende a terceira onda²⁵ do feminismo promoveu a ampliação de novas pautas e, apesar de causar “um certo refluxo nas gerações mais jovens”, fez surgir, na segunda década do século XXI, uma nova forma de ativismo impulsionado pelas plataformas digitais e que ocupa as ruas (HOLLANDA²⁶, 2019a, p.19). Dentro desse contexto, é viável dar destaque ao movimento gerado pelas eleições presidenciais de 2018. A emergência em reunir e articular mulheres para confrontar as ameaças claras de retrocesso ao que se refere aos direitos adquiridos pelas mulheres lançou o movimento que ressoou o #EleNão em todas as redes do

²⁵ Entre as principais ondas do movimento feminista, podemos destacar de forma reduzida: a **primeira onda** do movimento feminista surgiu no final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de conquistar direitos políticos e civis para as mulheres, como o direito ao voto e à educação. O movimento tinha uma abordagem mais individualista, centrada nas demandas das mulheres brancas e da classe média; A **segunda onda** do movimento feminista começou na década de 1960 e se estendeu até os anos 1980. Esse período foi marcado por uma abordagem mais coletiva e radical, que buscava mudanças profundas nas estruturas sociais e culturais que perpetuavam a desigualdade de gênero. As principais reivindicações dessa fase incluíam o direito ao trabalho, à igualdade salarial, à contracepção e ao aborto; a **terceira onda** do movimento feminista começou nos anos 1990 e se estende até os dias atuais. Nessa fase, as feministas passaram a questionar as críticas feitas à segunda onda, buscando uma abordagem mais inclusiva, interseccional e diversa. As reivindicações dessa fase incluem a luta contra o assédio sexual, a violência de gênero, a representatividade feminina em diferentes áreas e a valorização das experiências das mulheres de diferentes origens e identidades.

²⁶ **Heloísa Buarque Hollanda** (Ribeirão Preto, São Paulo, 1939). Mestre e doutora em Literatura Brasileira pela UFRJ e pós-doutora em Sociologia da Cultura na Universidade de Columbia, Nova York. É diretora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-Letras/UFRJ), onde coordena o Laboratório de Tecnologias Sociais, do projeto Universidade das Quebradas e o Fórum M, espaço aberto para o debate sobre a questão da Mulher na universidade (<https://www.heloisabuarquedehollanda.com/nova-pagina-1>).

Brasil e do mundo. Esse movimento foi construído nas redes de aliança digitais de forma colaborativa por feministas. Por meio desse movimento, as ruas foram ocupadas e foi colocado em risco a certeza de vitória de um candidato à Presidência da República no Brasil, no pleito de 2018.

Ainda no contexto brasileiro, “nas universidades proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicaram os trabalhos universitários” sobre essa temática” (HOLLANDA, 2019a, p.19). A profusão de pesquisas relacionadas às questões sobre a “desconstrução das noções de gênero e sexualidade, a diversidade dos feminismos – agora usado no plural – colocam em pauta o debate sobre o lugar de fala, ou seja, sobre o direito de autorrepresentação dos diversos segmentos feministas” (HOLLANDA, 2019a, p.19).

Em um contexto mais amplo, um outro movimento que reuniu grande número de ativistas, também de forma espontânea e por meio das redes sociais feministas aconteceu em uma campanha²⁷ realizada no ano de 2019. A ação coletiva questionava os critérios de recuperação da informação propiciada pelas buscas realizadas no Google pelo termo lésbica: uma vez que os resultados apresentavam de forma prioritária páginas pornográficas. Fazendo eco a esse questionamento, o site francês *Numerama*, relatou que anos atrás houve uma queixa quanto ao algoritmo de busca do termo *teen* (adolescentes na língua inglesa). Notadamente, em ambos os casos há uma hipersexualização do corpo feminino: performatividades válidas em uma sociedade patriarcal e machista.

Conforme sugerido por Suely Costa (2019, p. 523), a noção de ondas feministas pode levar ao entendimento de como marcos das gerações feministas que mostram os movimentos em relação a “percepção de tendências analíticas” – que expõem experiências feministas que, mesmo conjunturais – “vinham tornando invisíveis tensões e rupturas entre gerações de mulheres e de feministas”. Para a autora a noção de feminismo se move na medida em que “novos debates irão distinguir formas associativas organizadas sob notáveis contradições”, dito de outra maneira: as

²⁷ <https://www.numerama.com/politique/534430-google-a-enfin-modifie-son-algorithme-pour-la-requete-lesbienne.html>

mulheres se reuniram em suas diferenças e descobriram o quão podem ser desiguais nas hierarquias de classe, etnias, cores de pele, geração e orientação sexual. Conseqüentemente,

Desde meados dos anos 80, contribuições da teoria queer relativas a relações de gênero, alargam e não cessam de agregar ao tema novos debates. Isso está em textos como “Invisibilidade da experiência”, de Joan Scott, publicado no Proj. História, em 1998, e ainda em “In- versões sexuais” de J. Butler, publicado no livro Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade, constante das páginas 91-108, organizado por Izabel C. Friche Passos e publicado em 2008, em Belo Horizonte pela Autêntica Editora. Vale lembrar que a teoria queer, palavra de origem inglesa, **ultrapassa referências com base na oposição masculino versus feminino, em estudos sobre gays, lésbicas, transgêneros. Conceitualmente, os feminismos, com crescente nitidez, distinguem-se como plurais**, reconhecem-se e reafirmam-se como movimentos de mulheres, sob as mais variadas condições humanas, voltados para a elaboração de teorias e o exercício de práticas de igualdade (COSTA, 2019, p. 525, grifo nosso).

Embora os feminismos sejam reconhecidos como movimentos sociais de mulheres, as questões estão cada vez mais específicas: há uma grande diversidade de pautas de lutas e ações políticas contra diferentes formas de opressão e negação de direitos (COSTA, 2019, p. 526). A partir desse marco conceitual – que elucida os feminismos no plural – esta tese adota como critério de cotejamento bibliográfico as seguintes articulações: que trazem a questão de gênero como uma categoria política e econômica (Joan Scott), que lidam com o gênero construído na linguagem e pela linguagem (Judith Butler), que abordam o incômodo de uma sonoridade universal para o feminismo (Audre Lorde e Grada Kilomba), que discute a pergunta que marcou o movimento feminista: pode a subalterno falar? (Gayatri Spivak), que aborda o pensamento feminista negro (Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, bell hooks, Grada Kilomba), que propõe uma releitura em direção a importância do trabalho reprodutivo e doméstico desempenhado por mulheres (Silvia Federici) e as que lidam com formas de silenciamento e violência contra as mulheres (Rita Segato, Gayatri Spivak).

Ao se lançar a questão que aponta para a capacidade instalada, ou não, ao nível cultural-sociopolítico-econômico de se pensar nos tipos de reparação possíveis, primeiro mostra-se imprescindível se refletir sobre a maneira como, na contemporaneidade, a sociedade concede voz às lutas das mulheres negras, aos feminismos e aos movimentos LGBTQIA+. Ressalta-se que, sob o ângulo de interesse

de diversas áreas do conhecimento como a Antropologia, Ciências Políticas, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, houve a tentativa de não cair na complexidade que decorre das pluralidades que o próprio campo abarca no escopo deste trabalho. Assim como os conceitos em torno da teoria de gênero tomaram centralidade nos estudos feministas, nota-se que as flexibilizações e as redefinições mudaram a perspectiva de análise da categoria mulher. Por essa razão, para análise, foram apreendidos os termos que tratam o gênero, o feminismo, o feminicídio, a interseccionalidade e a mulher negra.

4.1 Estudos de gênero

Os estudos de gênero, no Brasil, tiveram mais visibilidade a partir do trabalho “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, da historiadora estadunidense Joan W. Scott²⁸ (1995). Heloisa Buarque de Hollanda (2019, p. 11) considera que Joan Scott oferece uma importante reflexão sobre a

relação direta e explícita entre gênero e poder, constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, como uma forma primeira de significar as relações de poder. Joan Scott [...] atribui ao feminismo a missão de definir a condição feminina em termos materialistas, demonstrando que a categoria mulher é uma categoria de classe, o que significa que “Gênero: uma categoria útil de análise histórica “mulher” assim como “homem” são fundamentalmente categorias políticas e econômicas.

O debate de Joan Scott (1995) busca uma construção da noção de gênero que considera o campo das lutas sociais, onde as críticas feministas sinalizam uma exaustão da categoria mulher, até então tida como generalizada e universal. No verbete do “Dicionário de gênero”, Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro (2019) enfatizam que o

conceito gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou

²⁸ **Joan Scott** (Nova York, Estados Unidos, 1941). Historiadora norte-americana graduada pela Universidade Brandeis. É PhD pela Universidade de Wisconsin. Lecionou na Universidade de Illinois em Chicago, Universidade Northwestern, Universidade da Carolina do Norte, Universidade de Harold F. Linder no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Entre suas publicações destaca-se o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em 1986 no *American Historical Review* (Hollanda, 2019, p. 434).

mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. O gênero buscaria então **dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social** (VEIGA e PEDRO, 2019, p. 330, grifo nosso).

Desse modo, a lógica da diferença entre os gêneros em vigência nas sociedades modernas leva a crer que esse pode ser entendido como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas a partir dos jogos de poder. Como a luta pela conquista de equilíbrio nos direitos e deveres entre homens e mulheres, lembrando que os homens, na maioria das vezes ocupam os lugares de poder. Neste contexto, a dominação masculina, o patriarcado, funciona como dispositivo de controle dos corpos e definidor das construções sociais das diferenças de gênero. Maria Elizabeth R. Carneiro, no "Dicionário de gênero", destaca que a abordagem de gênero proposta por Judith Butler (1990; 1997) fomentam as reflexões gerais em torno da natureza, das etapas e dos limites do conhecimento humano sobre a temática do feminismo. Como frisa essa pesquisadora:

Os estudos de Judith Butler fertilizam a epistemologia feminista e as críticas da cultura, e abrem caminhos para ações e elaborações outras, entre elas as Teorias Queer e os Movimentos LGBT. [...] As ações na sociedade e no pensamento, ou seja, os feminismos, entendidos como instrumento e efeito dos movimentos sociais e das críticas epistemológicas, procuram retirar das sombras e do silêncio a construção das desigualdades de gênero, a divisão binária, histórica e política da sociedade. Assim, procuram mostrar os dispositivos de produção e naturalização das identidades sexuadas, reconhecer as formas históricas de operação da cultura androcêntrica, para pensar e reconstruir, para além da desigualdade construída, a multiplicidade de experiências humanas em outros termos. Sugere-se o uso do termo no plural – feminismos - para se dar a ler e conhecer o conjunto diverso de experiências e acepções possíveis que remetem ao enunciado (CARNEIRO, 2019, p. 253-254)

É notório como os exames propostos por Butler ([1990] 2017, p. 48) articulam a ideia de que o "gênero é performaticamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero". Convém tornar mais enfático o que foi abordado na subseção 2.2 sobre os enunciados performativos, os quais têm o efeito de realizar o que é dito, a exemplo da frase "Eu vos declaro marido e mulher". Assim, tais enunciados reagem tanto discursivamente quanto por sinais corporais na formação da identidade de gênero. Dito de outra forma, Butler considera que os gêneros são produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a superfície dos corpos, o

que retira o seu caráter ontológico. Essa compreensão de que os atos de fala performativos regem à formação da identidade de gênero como efeitos de verdade do discurso. Vale lembrar que a noção de performatividade discursiva, segundo Butler ([1990] 2017), é uma categoria analítica usada nesta pesquisa.

É importante destacar que Butler ([1990] 2017) mostra uma diferença entre a noção de performance em relação à de performativo, sendo a performance especialmente aplicada às *drag queens*, como um paradigma para a análise das questões de gênero. Nesse caso, a artificialidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero se torna similar ao signo da paródia, uma forma de desconstruir: ser mulher não se trata de uma essência e sim de uma montagem escancarada e exagerada de uma identidade de gênero. Para a autora, a performance das *drag queens*, assim como as das *trans*, se asseguraram como cópia da identidade social sexual. Muito embora sejam por vezes razão do riso, da sátira, são também o caminho para a subversão, para a produção da descontinuidade entre sexo, gênero e desejo. Se a subversão decorre da percepção de que o original foi sempre um derivado (BUTLER, [1990] 2017, p. 237), a performance, ao desestabilizar as categorias naturalizadas de gênero, denuncia o caráter performativo do gênero e atesta a separação entre o sexo e o gênero.

A performatividade travesti ou do corpo trans é uma forma de expressão de gênero que não deve ser confundida com uma encenação de gênero. Ao contrário, ela é uma materialização e reiteração de discursos patologizantes e criminalizantes que têm estigmatizado e marginalizado as pessoas trans ao longo da história. Esses discursos e estereótipos têm feito com que as pessoas trans sejam frequentemente vistas como uma forma extremada de homossexualidade ou como perturbadas, o que leva a uma interpretação errônea de suas identidades de gênero. O gênero "desordenado" das pessoas trans é frequentemente associado a uma sexualidade perigosamente marginal, o que perpetua o estigma e a discriminação contra elas. Essa marginalidade não se restringe apenas à esfera social, mas também pode ser territorial, já que muitas vezes as pessoas trans vivem na rua e experimentam a violência e a exclusão em sua rotina diária. É importante compreender que essa marginalização não é uma escolha das pessoas trans, mas sim o resultado de um sistema social que as exclui e as estigmatiza. Por isso, é essencial que se reconheça a performatividade travesti e do

corpo trans como uma forma legítima de expressão de gênero e que se lute contra a marginalização e a discriminação enfrentadas por essas pessoas, a fim de promover a igualdade e o respeito por todas as identidades de gênero.

A professora Teresa de Lauretis²⁹ (2019, p.144), a partir do pensamento de Foucault³⁰ e Althusser³¹ e de Wool³²f e MacKinnon³³ (elas falam sobre gênero), os quais falam sobre gênero, argumenta que as “tecnologias de gênero” destacam a importância da compreensão de uma condição pessoal do que é ser mulher para as mulheres. Desse modo, elas podem criar modos de entender a realidade social como um todo, o que leva a uma prática de conscientização de gênero.

A crítica de todos os discursos a respeito do gênero, inclusive aqueles produzidos ou promovidos como feministas, continua a ser uma parte tão vital do feminismo quanto o atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir termos de outra perspectiva - uma visão de “outro lugar” (LAURETIS, 2009, p. 120).

É importante incorporar a proposta de Lauretis (2019, p. 151) a qual prevê um exercício de vaivém (de dentro e para fora do gênero): movimento que se esgueira entre o espaço discursivo (representado) das posições hegemônicas e o *space-off*, o “outro lugar”, a reconstrução e reescrita a partir da margem desses discursos hegemônicos e, de forma complementar, dialógica e heteronomia. Dessa maneira, as tecnologias de gênero, ou como vamos tratar aqui a partir de Foucault e Butler, os

²⁹ **Teresa de Lauretis** (Bologna, Itália, 1938). Concluiu seu doutorado em Línguas e Literaturas Modernas na Universidade de Bocconi. Atuou como professora de literatura, cinema, semiótica e estudos feministas nas universidades de Colorado, Califórnia e Wisconsin. Em 1985, tornou-se professora de História da Consciência na Universidade da Califórnia, Santa Cruz, onde é professora emérita. Também foi professora visitante em universidades do Canadá, da Alemanha, do Chile, da Argentina, dos Estados Unidos, da Espanha, da Itália e dos Países Baixos (Hollanda, 2019, p. 438).

³⁰ FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality*. Nova York: Vintage Books, 1980, p. 123.

³¹ ALTHUSSER, Louis. *Ideology and ideological state apparatuses*. In: *Lenin and philosophy*. Nava York: Monthly Review Press, 1971. p. 165.

³² Virginia Woolf (1882-1941) foi uma escritora britânica, considerada uma das principais figuras da literatura modernista do século XX. Nascida em Londres, Virginia cresceu em uma família de intelectuais e artistas, e teve acesso a uma educação privilegiada. Ela começou a escrever desde cedo, e publicou seu primeiro livro, "The Voyage Out", em 1915. Virginia Woolf é considerada uma das principais figuras do movimento feminista, embora ela nunca tenha se definido como feminista. Em seus escritos e ensaios, Woolf explorou questões de gênero e defendeu a igualdade entre homens e mulheres, além de questionar as normas e convenções sociais que perpetuavam a opressão feminina.

³³ MACKINNON, C. **Only words**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

dispositivos discursivos vão oferecer a possibilidade de os discursos viverem em contradição, performando de forma que a condição histórica do feminismo crie novas possibilidades de entendimento, isto é, a configuração de um “outro lugar”.

Heleieth Saffioti³⁴ (2019, p. 157), em suas discussões sobre a construção da subjetividade, concorda com a noção de sujeito múltiplo proposto por Teresa de Lauretis³⁵, o qual se mostra constituído pelos limites de classe, raça/etnia e gênero. Saffioti (2019) argumenta que a constituição desse sujeito se dá por intermédio de três identidades sociais onde todas têm o mesmo grau de importância. Entretanto, a autora considera que uma situação histórica em particular pode ressaltar uma delas, como a identidade de gênero, por exemplo, ou a raça/etnia. Por esse motivo, para Saffioti, o campo está aberto para se pensar em várias matrizes de gênero, sendo que uma detém a hegemonia, enquanto as outras lutam para se impor. Dentro dessa perspectiva, a autora destaca que esse

[...] raciocínio/constatação pode prescindir por completo do recurso ao contrato social homossexual. Detecta-se, no seio do contrato social heterossexual, múltiplas matrizes de gênero, inclusive conflitantes, podendo mulheres situarem-se, simultaneamente, em mais de uma. O estar ao mesmo tempo dentro e fora do gênero, de Lauretis, na verdade se transmuta em atuar simultaneamente em várias matrizes de inteligibilidade cultural de gênero. Elas fazem a partir de uma matriz alternativa ou, como quer Butler, subversiva. Visto assim, o sujeito se enriquece ainda mais, ampliando a capacidade de negociação, para que o ator desempenhe, quando julgado necessário, um papel social que não chega a integrar o imo de suas identidades fundamentais. E **o papel de negociador é frequentemente desempenhado pela mulher enquanto sujeito/vítima da violência de gênero** (SAFFIOTI, 2019, p. 158, grifo nosso).

Visto deste modo, para Saffioti (2019, p. 138), a sobrevivência das mulheres em uma sociedade onde há a predominância da dominação masculina depende da negociação de papéis: “tendo em vista o alto grau de contradição presente na ideologia dominante de gênero (assim como na raça/etnia e na de classe social)”.

³⁴ **Heleieth Saffioti** (Ibirá, SP, 1934 - São Paulo, 2010). Percussora dos estudos feministas no Brasil, formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), foi professora titular de Sociologia no campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Faculdade de Serviço Social da UFRJ, onde criou um núcleo de estudos de gênero, classe e etnia. É autora de mais de noventa obras, publicadas no Brasil e no exterior, sobre a força de trabalho feminina, educação feminina, violência masculina contra a mulher e relações de gênero, de classe e étnicas [...] (Hollanda, 2019a, p.394)

³⁵ LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

Cabe chamar a atenção para o momento de imposição do confinamento ocasionado pela pandemia, em 2020, que se mostrou como sendo um dos períodos mais críticos da violência contra as mulheres na atualidade. Ao retomar os dados de 2019, fica constatado que cerca de 243 mulheres sofreram violência sexual ou física. Dentre essas ocorrências, o agressor, quase sempre, era o parceiro ou pessoa de convívio próximo. E mais de 60% delas não fizeram denúncia do crime ou sequer buscaram qualquer tipo de ajuda. Soma-se a essa realidade o risco de se contaminar por um vírus letal. Para além desse temor, ficou latente o risco de que a cada minuto passado, alguma mulher (cis/ou trans) pudesse sofrer algum tipo de violência (ONU Mulheres³⁶).

A violência contra as mulheres, as comunidades LGBTQIA+, indígenas, negras e negros, aponta para a consolidação de desigualdades de gênero, raça e classe as quais reforçam uma cultura patriarcal colonialista, que promove violências a corpos considerados marginais. Tudo isso consubstanciado no assédio moral/sexual, no tráfico de corpos, na negação, em ataques aos feminismos, aos homossexuais, aos transexuais, nas omissões, no estupro e nas reiteradas mortes. Diante dessa conjuntura, é possível afirmar que “a violência não ataca de forma aleatória, uma vez que é carregada pela cultura, pela etnia, pela sexualidade e pelo gênero” (BANDEIRA, 2017, p. 19).

Como publicizado pelo “Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, relatório 2020”³⁷, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2020 houve uma redução no número de mortes violentas de LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) se comparado com os anos anteriores. Contudo, apesar da redução da violência letal, o Brasil continua sendo um dos países que mais mata LGBT+. Conforme o relatório do GGB, “as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas”. Isso, sem contar os outros tipos de violências, seja verbal ou física.

³⁶ <https://www.onumulheres.org.br/>

³⁷ <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>

Partindo do pressuposto de que o humano se encontra imerso em “dispositivos”, tal qual pensado por Foucault, que se constituem como condição da própria existência do humano em sociedade, as questões de gênero e sexualidade foram examinadas a partir da ótica que se intitula: “pensamento decolonial”. Dessa forma, decorre deste enquadramento contemplar os feminismos a partir de percepções que auxiliem no enfrentamento de epistemologias que têm em si, plasmadas por força dos “dispositivos”, dimensões eurocêntricas e patriarcais como a subordinação de gênero e classe marcadas pelas especificidades da história colonial latino-americana.

4.2 Colonialidade de gênero

A situação de isolamento social imposta pela pandemia do Coronavírus em março de 2020 explicita a diferença entre o lugar e a diferença de gênero. Uma matéria assinada por Fernanda Santana no Jornal Correio, em 13 de maio de 2021, relata que o Sindicato de Empregadas Domésticas da Bahia recebeu 28 pedidos de socorro de empregadas confinadas no seu local de trabalho. E as tantas mulheres que atuam no mercado de trabalho informal? A quem recorrer?

O cenário colonial brasileiro, sociedade patriarcal fundamentada no latifúndio e na escravidão, denota que as ofertas de trabalho para as mulheres brancas fora da esfera doméstica eram limitadas. A elas [...] “a vida na casa grande se resumia a parir, descansar entre um parto e outro, quando não morriam de parto devido às condições sanitárias precárias da época” [...]. Quanto às mulheres negras, em grande parte, a elas restavam o trabalho doméstico: um traço marcante da escravidão que se manteve mesmo depois da abolição da escravatura. Assim, [...] “A realidade das mulheres no período colonial, portanto, não era exatamente igual, pois seus papéis e expectativas na sociedade, além de delimitado pelo gênero, também passavam pela delimitação de raça” [...] (SILVA, 2020 [Edição Kindle]), e é pertinente acrescentar: passava também pela determinação econômica. No entanto, ainda hoje, século XXI, as trabalhadoras domésticas de carteira assinada ou na informalidade, as mulheres negras que abandonaram o trabalho doméstico como forma de retribuição de um “favor”, pelo teto e pela comida, são consideradas ameaças aos lares dos “cidadãos

de bem³⁸, que pagam seus impostos. Sob o pretexto de conter a crise sanitária e deixar os lares livres do risco do vírus, essas mulheres, por vezes, foram privadas do seu direito de ir e vir. Isso é ou não uma situação análoga a escravidão? Da política higienista que considera que o vírus está lá na periferia, na favela?

Jaqueline Zarbato³⁹ (2019, p. 245-247) corrobora com a abordagem de que as diversas formas de violência contra a mulher “afetam outras áreas da vida econômica, política e das ações jurídicas”. Assim,

[...] não se pode dissociar a violência contra as mulheres com as relações de gênero, pois a violência é definida como universal e estrutural e fundamenta-se no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental. Assim, o feminicídio e todas as formas de violência que estão correlacionadas apresentam-se como resultado das diferenças de poder entre homens e mulheres.

Essa autora, dialogando com Foucault, Judith Butler e Rita Segato, acerca do discurso jurídico e do ideal regulatório, advoga que a condição da figura feminina é posta no status de linhagem e herança dependente, vinculado e inferior à figura masculina. No contexto familiar, as questões de sobrevivência e sustento estão fixadas em uma estrutura patriarcal que por sua vez dá o tom do patriarcal do Estado. No cenário social e político brasileiro há um grande embate ao que tangência as questões de gênero, levando a uma crença que a família deve ser composta por relacionamentos cunhados na dominação masculina e moral heteronormativa. É importante lembrar que essa tensão e rigidez impostas pelos papéis de gênero podem gerar violências de todos os tipos.

³⁸ "Cidadãos de bem" é uma expressão popularmente usada para descrever pessoas que são consideradas moralmente corretas, respeitadoras das leis e boas contribuintes para a sociedade. No entanto, é importante ressaltar que o uso dessa expressão pode ser controverso, uma vez que pode levar a generalizações e estereótipos, além de excluir ou marginalizar aqueles que não se enquadram em determinados padrões sociais ou ideológicos.

³⁹ **Jaqueline Aparecida Martins Zarbato**. Pós-Doutora em História pela Unicamp. Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lecionando no Programa de Pós-graduação em Educação/CPTL e História/UFMT. Tem experiência na área de Educação e História, usos e recursos na formação de formadores/as. Patrimônio, museus e memória, Didática da História, História das mulheres, História e cultura africana e afro-brasileira

A pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí⁴⁰ traz contribuições para pensar a teoria feminista nos estudos pós-coloniais e decoloniais, uma vez que considera o gênero como uma categoria de organização colonial. Introduzindo a necessidade de reconhecer que grande parte das questões de gênero foram pensadas por e a partir de experiências europeias e americanas, ela lembra que muitas

estudiosas têm criticado o gênero como um conceito universal e têm demonstrado o quanto essa é uma categoria particular da política das mulheres brancas anglófonas, especialmente nos Estados Unidos. Talvez a crítica mais importante das articulações feministas de gênero seja aquela feita por uma série de pesquisadoras afro-americanas, as quais insistem que nos Estados Unidos não é possível de maneira alguma que gênero seja considerado como algo independente das noções de raça e de classe. Essa posição levou à necessidade de insistir na diferenciação entre as mulheres e de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente aquelas nas quais as desigualdades de raça, gênero e classe são evidentes. Fora dos Estados Unidos, as discussões têm focado na necessidade de prestar atenção ao imperialismo, à colonização e a outras formas locais e globais de estratificação, que dão peso à afirmação de que o gênero não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas hierárquicos. (OYĚWÙMÍ, 2018, Edição Kindle).

Em nossa busca por uma definição do que seria o feminismo, fomos confrontados por uma questão importante: toda definição traz em si uma visão de mundo justaposta. A definição do feminismo, ontem e hoje, está carregada de clichês, desinformação e opressão. O que indica a importância de falar, teorizar e, no âmbito dos SOCs, representar a perspectiva teórica e política que baliza a luta das mulheres negras na contemporaneidade. A agenda fundamental desse movimento é demonstrar que há diferenças de tratamento entre mulheres brancas e negras na sociedade, e também denunciar o racismo estrutural, o genocídio negro, o encarceramento da população negra, a ausência de representatividade dessa população nas esferas de poder.

Dentro dessa perspectiva, Oyèrónké Oyěwùmí (2018, [Edição Kindle]) coloca a dificuldade em aplicar conceitos baseados no modelo da família nuclear patriarcal adotado pelas pensadoras feministas, para pensar as realidades africanas. Ela constatou, em seu estudo em uma sociedade Yoruba, na Nigéria, diferentes tipos de

⁴⁰ **Oyèrónké Oyěwùmí** (Nigéria, 1957). Estudou nas universidades de Ibadan (Nigéria) e Berkeley (Califórnia, EUA). É socióloga de origem iorubá, desenvolve pesquisas interdisciplinares associando estudos de gênero, sociologia do conhecimento e as perspectivas africanas (<https://bazardotempo.com.br/autores/oyeronke-oyewumi/>).

organizações familiares, baseadas não no gênero, mas nas idades cronológicas de seus membros, “senioridade”. A designação irmão ou irmã mais velha refere-se à mesma palavra *egbon*, enquanto *aburo* à irmã ou ao irmão mais novo(a). O mesmo acontece com a nomenclatura marido e esposa, na família Yoruba designada pela linhagem *oko* ou *iyawo*, independente de sexo. Para essa autora,

[...] as categorias sociais africanas são fluidas. Elas não se apoiam no tipo de corpo, mas no posicionamento social, que é altamente situacional. Além disso, o idioma do casamento que é usado para a classificação social não consiste, muitas vezes, nas relações de gênero, como sugerem as interpretações feministas sobre a organização e a ideologia da família.

Para Oyěwùmí (2004. p.1), um dos efeitos do estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana⁴¹, o eurocentrismo, é a radicalização do conhecimento. Uma vez que “o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade”. A busca para compreender e se fazer compreender as críticas ao feminismo hegemônico que ignora a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero.

Diante do exposto, parece mais que necessário conceder atenção aos riscos da universalização dos discursos de gênero. É preciso se esquivar dos efeitos do eurocentrismo e buscar caminhos pelos quais o conhecimento possa ser buscado e instituído a partir das abordagens locais. A socióloga indiana Gayatri Spivak⁴², vista pela comunidade acadêmica como parte de um conjunto de autores cujos estudos e pesquisas podem ser denominados como decoloniais ou pós-coloniais, corrobora com o entendimento das epistemologias de países que sofreram o processo de colonização. Ela advoga ser os estudos subalternos uma maneira de compreender a condição de subalternidade na vida e na história de povos em que a colonização se

⁴¹Uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento da hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Em nenhum lugar isso é mais profundo que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas (Oyěwùmí, 2004 p.1).

⁴²**Gayatri Spivak** (Calcutá, Índia, 1942). Crítica e teórica indiana, pioneira no campo dos estudos sobre pós-colonialismo, é professora emérita na Universidade de Columbia e uma das fundadoras do *Institute for Comparative Literature and Society* da mesma universidade. Graduada pela Universidade de Calcutá em 1959, é mestre e PhD pela Universidade de Cornell. Também lecionou em universidades como Brown, Stanford, Goethe Universitat em Frankfurt, entre outras. [...] No Brasil, seu livro *Pode o subalterno falar?*, foi publicado em 2010.

impôs como forma ideal de vida. Assim, em busca de uma discussão em torno da questão: “Pode o subalterno falar?”, também Spivak (2018) aponta a perspectiva da não existência de uma história única, singular e verdadeira, afinal, pensar a história apenas a partir da visão dos colonizadores pode se caracterizar como uma violência epistêmica.

Spivak (2018, p.24-25; 2019) segue em direção a uma problematização em torno do sujeito subalterno ou, sujeito do Terceiro Mundo, isto é representado no discurso ocidental e, ainda, diante da possibilidade de falar da mulher subalterna. “[...] A tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito”. A partir do uso do termo “sujeito-efeito” em Deleuze e Guattari, a autora apresenta o vínculo do sujeito subalterno a um efeito do discurso dominante. Essa pluralização de “sujeitos-efeitos” ao invés de abalar a soberania subjetiva do sujeito, causa, na maioria das vezes, uma “camuflagem” desse sujeito.

Nesse sentido, Spivak (2018, p. 26-27, grifo nosso) retoma o pensamento de Michel Foucault e Gilles Deleuze:

Escolhi essa interação amigável entre os dois filósofos ativistas da história porque ela desfaz a oposição entre a produção teórica da autoridade e a prática conversacional desprevenida, permitindo-nos vislumbrar a trilha da ideologia. Os participantes dessa conversa enfatizam as contribuições mais importantes da teoria pós-estruturalista francesa: primeiro, que **as redes de poder/desejo/interesse são tão heterogêneas que a sua redução a narrativa coerente é contraproducente** – faz-se necessário, portanto, uma crítica persistente; e, segundo, que os intelectuais devem tentar revelar e conhecer o discurso do Outro da sociedade. **Entretanto, ambos os autores ignoram sistematicamente a questão da ideologia e seu próprio envolvimento na história intelectual e econômica.**

A crítica de Spivak (2018, p. 30-33) a esses filósofos se dá devido a ideia de um “sujeito indivisível no discurso do poder”, ou seja, eles não consideram a possibilidade de fragmentação, influenciados por uma “hegemonia do desejo” dos sujeitos socialmente oprimidos. Segundo a autora, Deleuze e Guattari apontam que o vínculo com a luta dos trabalhadores está no desejo de acabar com o poder, e mesmo quando recorrem à psicanálise para tentar elaborar uma definição alternativa, não alteram a especificidade do sujeito desejante: “que se une a instâncias específicas do desejo ou à produção da máquina desejante”. Dessa maneira, o “sujeito-efeito que emerge clandestinamente se assemelha bastante ao sujeito ideológico generalizado o

teórico". A representação do subalterno é a todo momento selecionada e de alguma forma promove algum silenciamento.

Partindo do entendimento da descolonização da Índia, Gayatri Spivak (2019, 252) apresenta “quatro grandes códigos legitimadores consolidados pela burguesia nacional por meio da cultura do imperialismo, nacionalismo, internacionalismo, secularismo, culturalismo”, a qual constrói a base das narrativas históricas não negociadas. Contudo, Spivak lembra que as narrativas históricas podem ser negociadas. Por vezes, um discurso de libertação pode esconder a manutenção de essencialismos e imperialismos que causam a violência epistêmica. Os subalternos só poderão falar quando puderem falar na sua própria língua, com seus próprios esquemas explicativos, com sua própria cultura.

Se todos estamos emaranhados em um sistema a favor de um ideal hegemônico e sexista, como romper com essa teia que justifica e reitera cotidianamente as violências de gênero?

Para a filósofa argentina María Lugones⁴³ (2019, 374), ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho". O caminho para a resistência parte do entendimento do mundo por meio da vivência compartilhada e o entendimento das próprias ações. “Estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas, de enxergarmos umas às outras na diferença colonial construindo um novo sujeito de uma geopolítica feminista de saber e de amar”. Para a autora, as lutas das mulheres de cor são travadas tanto na vida cotidiana quanto nos esforços teóricos que descortinam as opressões e buscam as formas de libertação: não trata apenas de uma cegueira epistemológica sobre a interseção é preciso reconhecer que para além da violência epistêmica há outras formas de explorações violentas e encarceramentos nas quais tanto as mulheres quanto os homens de cor também são vítimas.

⁴³ **María Lugones** (Pampa, Argentina, 1944-2020). Nascida na Argentina, é filósofa, ativista e professora dos departamentos de Literatura Comparada e Women 's Studies na Universidade de Binghamton, Nova York. Obteve seu doutorado em Filosofia e Ciência Política na Universidade de Wisconsin. Reconhecida por seu trabalho sobre o feminismo decolonial [...] (Hollanda, 2019, p. 435).

4.3 Os problemas do discurso moderno sobre o feminismo

Partindo de uma visão do feminismo hegemônico e das mais diversas opressões de gênero, raça, classe e sexualidade, surge a busca por provocar um pensamento crítico frente às principais questões do discurso moderno sobre o feminismo. A escolha dessa abordagem pauta a demarcação da contribuição teórico-metodológica da presente pesquisa e, também, pretende demonstrar os vínculos com um contexto sócio-histórico e teórico-acadêmico que mobiliza a abertura de caminhos percorridos pela linguagem que situa “o lugar de fala” como uma importante forma de introduzir as experiências dos feminismos negros (RIBEIRO, 2017).

Djamila Ribeiro (2017) propõe, ainda, uma reflexão sobre o olhar do mundo a partir de uma ótica do feminismo negro, desvencilhado das cisões criadas em um mundo tão desigual. Desse modo, ela contraria todo um movimento que situa a produção intelectual negra à margem ao interpretá-la como separatista. Seria uma forma de expor pontos de vista, até então historicamente negados e negligenciados, colocando as mulheres negras enquanto sujeito de direito.

Como bem observado pela mestra e doutora Carla Akotirene ⁴⁴(2018, p. 18-19), as abordagens eurocêntricas que tratam as temáticas que evocam a interseccionalidade, por exemplo, em nome da diversidade se tornaram um “modismo acadêmico” e, por vezes, chegam “na contramão para dar socorro epistemológico ignorando o contexto do acidente é causado por causa do cruzamento de raça, gênero e classe”. Além de considerar a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado” que envolve a vida das mulheres negras nas avenidas identitárias, assim como o fracasso do feminismo em abarcar as mulheres negras, o que reproduz o racismo (AKOTIRENE, 2018, p. 19).

⁴⁴ Carla Akotirene, nascida Carla Adriana da Silva Santos (Salvador, 30 de abril de 1980) é uma militante, pesquisadora, autora e colunista no tema feminismo negro no Brasil. Atua como professora assistente na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela tem sido uma voz importante na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil, defendendo uma abordagem interseccional que leve em conta as múltiplas formas de opressão que as mulheres negras enfrentam

Sob esse mesmo enfoque, Rita Segato⁴⁵ (2012, p.116) apresenta três posições dentro do pensamento feminista: (i) a primeira seria o feminismo eurocêntrico, que universaliza a questão da dominação de gênero, da dominação patriarcal; “sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos”; (ii) a segunda posição, seria marcada por um outro extremo no campo de luta das mulheres, com o pensamento de María Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí em defesa da inexistência do gênero no mundo pré-colonial; (iii) a terceira posição, na qual a autora se situa e,

[...] “identifica nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um patriarcado de baixa intensidade, e não considera nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico”.

A ideia de deixar o feminismo eurocêntrico no centro das discussões contemporâneas do feminismo afasta os estudiosos da compreensão dos posicionamentos nas relações sociais de mulheres negras, indígenas e trans, melhor dizendo, dos feminismos. A abordagem eurocêntrica tende a universalizar experiências, o que reverbera o sistema de opressões enquanto torna débil os processos que almejam a justiça social.

De início, é pertinente consentir que as relações sociais de poder entre mulheres e homens, a figura feminina representa, na maioria das vezes a mãe, a qual “deve ser mantida num lugar social pré-determinado em favor da família e da sociedade, mesmo que em detrimento da própria mulher, sendo muitas vezes subjugada e fazendo com que se sinta numa posição secundária na relação” (SEGATO, 2012).

Para entender as formas de dominação é preciso estar atento a como mulheres e homens podem ser dominados ou dominadores. A artista e escritora portuguesa Grada Kilomba⁴⁶ no seu livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”

⁴⁵**Rita Laura Segato** (Buenos Aires, Argentina, 1951). PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen’s University de Belfast (1984), foi professora do Departamento de Antropologia da UNB entre 1985 e 2010, professora dos programas de pós-graduação em Bioética em Direitos Humanos até 2017. É investigadora do CNPQ desde 1998. É antropóloga, feminista e escritora (https://pt.wikipedia.org/wiki/Rita_Laura_Segato).

⁴⁶**Grada Kilomba** (Lisboa, Portugal, 1968). Doutora em Filosofia na Freie Universität e foi professora da Humboldt Universität, em Berlim. É artista interdisciplinar, escritora, psicóloga e teórica.

(2020), fala da “responsabilidade de criar novas configurações de poder e conhecimento”. E leva a pensar se os processos que engendram a produção do conhecimento podem ser ancorados em uma história colonial, patriarcal e excludente da lógica não binária.

Em uma perspectiva também excludente, o conceito “interseccionalidade” foi apropriado, de forma totalmente contraditória, por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas como uma forma de criminalização dos corpos negros. A partir da leitura de Boaventura de Souza Santos (1995), Akotirene (2018) exemplifica essa lógica que nega e deslegitima as formas de conhecimento produzidas por feministas negras como sendo uma prática de epistemicídio e de racismo epistêmico. A autora apresenta mais um exemplo, Carla Akotirene (2018, p.51) refuta a argumentação da feminista Daniele Kergoart que invisibiliza o feminismo negro ao apresentar uma leitura de mundo a partir de três dimensões: (i) divisão sexual do trabalho, controle sexual reprodutivo das mulheres e (iii) racismo: isso sem sequer fazer referência às feministas negras. Para autora, há pretensão de Kergoart em se tornar substituta do feminismo negro, o que "equivale explorar a riqueza intelectual da África e chamar de modernidade". Mais uma crítica nos dizeres da autora:

Estou certa do neoliberalismo usufruir do conceito de interseccionalidade, em virtude de ele ter sido cunhado no campo do Direito e este campo ser manuseado pelo brancocentrismo, punitivismo e criminalização de pessoas negras. Então prefere o feminismo interseccional, querendo usar a seletividade racial do Direito, disposta a usar o uso do conceito, porém não do conteúdo, anterior do período em que o conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. A prerrogativa do Direito pode criminalizar homens negros, africanos, defender encarceramentos, sem dizer que estes institutos discordam das bases epistemológicas do feminismo negro. O despautério metodológico é tanto que usa até interseccionalidade no campo punitivo particular reportando ao pensamento feminista negro de Ângela Davis, uma abolicionista penal (AKOTIRENE, 2019, p. 52)

Finalmente, apesar dos equívocos que circundam a interseccionalidade, a autora considera o conceito como uma ferramenta analítica para demonstrar as relações de poder de raça, gênero, classe, nação e sexualidade, como "uma lente analítica sobre

Por mesclar as linguagens acadêmica e artística, seu trabalho é considerado híbrido. Kilomba dá voz ao corpo, imagens (instalação e vídeo) aos seus próprios textos para questões da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialidade. Os seus trabalhos foram apresentados na 32ª Bienal de São Paulo, na 10ª Bienal de Berlim, na Documenta 14, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Pinacoteca de São Paulo.

a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais" (AKOTIRENE, 2019, p.63). E ainda, para ela, "a interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas" (AKOTIRENE, 2019, p.48).

Partindo do entendimento da interseccionalidade como ferramenta metodológica no campo do feminismo, a luta das mulheres deixaria, ou deveria deixar, de se concentrar em formas de opressão das mulheres brancas e passar a considerar a questão das diferenças de raça, sexualidade, classe e idade. Patricia Hill Collins⁴⁷ (2019, 273) ao abordar as vozes da resistência de mulheres negras convoca o repensar acerca da hegemonia, da noção de objetificação de forma que elas mesmas se tornam "voluntárias em nossa própria opressão." Um grupo de mulheres negras tem traçado um árduo percurso objetivando "transcender o confinamento e as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que interseccionam."

Neste contexto, ao teorizar sobre as "imagens de controle" a partir da matriz da dominação da mulher negra, Patricia Hill Collins (2019, 275) relata que as mulheres negras lutam para viver duas vidas, uma para "eles e outra para nós mesmas", o que deixa essas mulheres em uma condição permanentemente depreciada.

"As vidas das mulheres negras são uma série de negociações que almejam à reconciliação das contradições que separam nossas próprias imagens do eu, definidas internamente, como mulheres afro-americanas, de nossa objetificação como o outro." (COLLINS, 2019, 274-275)

Dessa forma, Collins (2019, p. 304) ressalta a importância da busca pela autodefinição, autovalorização e empoderamento pessoal das mulheres negras, isso aliado a uma consciência que reconheça as complexidades das relações transversais de raça, gênero, classe e sexualidade.

⁴⁷**Patricia Hill Collins** (Filadélfia, Pensilvânia, EUA, 1948). Professora de Sociologia na Universidade de Brandeis e mestre pela Universidade de Harvard. Foi chefe do departamento de Estudos Afro-Americano na Universidade de Cincinnati, bem como presidente do Conselho da Associação Americana de Sociologia. Patricia Collins foi a 100ª presidenta da American Sociological Association (ASA) e a primeira mulher afro-americana a ocupar o cargo. Trabalhou principalmente com o feminismo de gênero dentro da comunidade afro-americana, a notoriedade [dela] no contexto norte-americano se deu a partir do seu livro *Black Feminist thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, publicado nos Estados Unidos em 1990 (Hollanda, 2019, p. 436).

Nesse contexto, Audre Lorde⁴⁸ (2019, p. 241, grifo nosso) – negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças e parte de um casal inter-racial – relata a experiência de viver sob uma aparência falsa de homogeneidade revestida pela “capa da palavra **irmandade** que de fato não existe.” Ela relata ter aprendido que a opressão e a intolerância existem das mais diferentes cores e sexualidades; causando uma rejeição institucionalizada que considera o que é normal e o que é anormal. Isso trata-se de:

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classicismo. (LORDE, 2019, p. 240)

Para a autora, existe uma relutância em reconhecer as diferenças entre as mulheres, bem como a falta de conhecimento de como lidar com as distorções oriundas das interpretações equivocadas a respeito dessas diferenças. Melhor dizendo, como um mecanismo de controle social, o modelo dominante/subordinado, onde os oprimidos aprenderam a reconhecer a diferença dos seus senhores a fim de sobreviver, de forma análoga, as mulheres aprenderam a viver, trabalhar ou coexistir com homens. Contudo,

[...] como mulheres precisamos desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós mesmas se quisermos ir além dos aspectos mais superficiais da mudança social. Agora precisamos reconhecer diferenças entre mulheres que são nossas iguais, nem inferiores nem superiores, e encontrar maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas visões e nossas lutas.

Apontando para uma mudança desejada e possível, Audre Lorde (2019, 248) baseia-se na “Pedagogia do oprimido” de Paulo Freire (1921-1997). Para além de fugir das situações opressoras, ela ressalta a necessidade de se tentar desvencilhar do “pedaço opressor que está plantado no fundo de cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor, as relações do opressor.”

⁴⁸**Audre Lorde** (Nova York, EUA, 1934 - Santa Cruz, EUA, 1992). Escritora norte-americana, filha de pais caribenhos, lésbica, negra, feminista e ativista. Graduiu-se no *Hunter Collège* e, em 1961, obteve o título de mestre em Biblioteconomia. [...] Em 1980, Audre Lorde criou, junto com a escritora afro-americana Barbara Smith, a editora Kitchen Table: Women of Color Press. (Hollanda, 2019, p. 433).

Paulo Freire (1921-1997) também é uma referência para a escritora bell hooks⁴⁹ (2019, p.71) que pondera a respeito da linguagem sexista da obra dele,

Encontrei Freire quando estava sedenta, morrendo de sede (com aquela sede, aquela carência do sujeito colonizado, marginalizado, que ainda não tem certeza de como se libertar da prisão do status quo), e encontrei na obra dele (e na Malcolm X, de Fanon etc.) um jeito de matar essa sede. Encontrar uma obra que promova a nossa libertação é uma dádiva tão poderosa que, se a dádiva tem uma falha, isso não importa muito.

Inspirado nessa fala de hooks, ressalta-se que ao adotar posturas de reconhecimento das nossas objeções aos enviesamentos de discurso, a crítica à neutralidade e as normas universais, como destacado no pensamento de Foucault, faz com as diferenças excludentes ressoem de forma útil para o pensamento feminista. Sua explicação faz lembrar de quem é o autor e qual a postura do discurso que ele assume em um dado momento histórico, ao mesmo tempo que apresenta como as normas sociais interferem como ideal regulador e nos alertam do risco de que esses vieses venham, de fato, a serem reproduzidos nos nossos discursos.

Na busca dos SOC por romper o silêncio e esquecer dos processos de subalternização, como em um reflexo similar às buscas das mulheres negras por sair de um anonimato, a procura por formas de autorização terminológica mais inclusivas pode não possuir “glamour nenhum”. Para Spivak (2019, p.268), a independência política é o requisito mínimo para o processo de decolonização.

4.4 Resistências, a fala das oprimidas

A vereadora Marielle Franco⁵⁰ (1979-2018) elegeu-se como a 5ª mais votada nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016. Ela foi covardemente assassinada no

⁴⁹ Gloria Jean Watkins é conhecida pelo pseudônimo **bell hooks** (Hopkinsville, EUA, 1952-2021). Aos 19 anos de idade começou a escrever “E eu não sou uma mulher?”. Licenciada em Letras na Universidade de Stanford, mestre em Letras na Universidade de Wisconsin-Madison e doutora na Universidade da Califórnia.

⁵⁰ **Marielle Franco da Silva** (Rio de Janeiro, Brasil, 1979-2018). Foi socióloga e política brasileira. Formou-se em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu a dissertação “UPP - A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro”. Defensora do feminismo, dos direitos humanos, criticou a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, denunciou vários casos de abuso de autoridade policial contra moradores de comunidades carentes.

dia 14 de março de 2018, com o motorista Anderson Gomes. Dentre tantas formas de violência contra as mulheres, por que Marielle está presente nessa tese? Para responder essa questão, recorreremos à fala de Audre Lorde (2019, p. 244),

[...] nós, mulheres negras e nossos filhos, sabemos que o tecido de nossa vida é costurado com violência e ódio, que não há descanso. Não lidamos com isso apenas nas filas de piquete, ou em becos escuros à noite, nos lugares onde ousamos verbalizar nossa resistência. Para todos nós, cada vez mais, a violência permeia a rotina de nossa vida – no supermercado na sala de aula, no elevador, na clínica, e no pátio da escola, vinda do bombeiro, do padeiro, da vendedora, do chofer de ônibus, do caixa de banco, da garçonete que não nos atende.

A violência contra as mulheres negras, por vezes, tem efeitos letais. No caso Marielle, ficou evidente o brutal silenciamento do discurso por meio da violência a uma mulher negra, periférica, lésbica, defensora dos direitos dos homossexuais, contra a ação das milícias e dos grileiros que colocam em risco a vida das pessoas em empreendimentos imobiliários completamente irregulares. O rosto e o nome de Marielle Franco se tornaram símbolo de resistência e das lutas travadas contra os processos de subalternização.

As lutas das mulheres, como as travadas por Marielle, tendem a produzir um discurso da especificidade cultural e da diferença, embaçados pelos dispositivos tecnológicos de comunicação e produzidos por uma classe específica. A dissolução do discurso do luto que opera por meio da desvalorização das vidas de mulheres subalternizadas faz retomar a pergunta de Gayatri Spivak (2018): “Pode o[a] subalterno[a] falar?” e, ainda, quem pode falar pelas mulheres subalternizadas? Para Grada Kilomba (2020), os processos de submissão estão tão enraizados na estrutura social e na linguagem que a tradução para a língua portuguesa do título da obra citada acima, salientando que Spivak é uma reconhecida feminista indiana, muito embora tenha sido colocada no gênero textual masculino. Por esse motivo, Kilomba (2020, p.14) destaca que ao traduzir para português o livro *Memórias da plantação: memórias de racismo cotidiano*, julgou necessário esclarecer o significado de alguns termos que, escritos em português, “revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa”.

Diante dessa reflexão de Kilomba, fica premente a concepção de Michel Foucault (1969; 1970), a qual rompe com a história linear e a pensa a partir da descontinuidade e da noção da linguagem considerada como exterior ao sujeito. Ao pensarmos as formas pelas quais o sujeito pode aparecer ou ocupar em cada tipo de discurso, estamos adotando a perspectiva da análise do discurso, estamos vislumbrando o sujeito, nesse caso os feminismos, como objeto do discurso, a ser investigado pelos saberes que os constituem ou destituem.

A problematização proposta por Grada Kilomba renova profundamente a maneira de teorizar as alternativas para descolonizar a produção do conhecimento. Para a autora é preciso pensar formas de abrir espaços para biografias, pessoas, vozes, entre outras formas de apresentar um conhecimento emancipador e alternativo.

De acordo com Kilomba (2019), a história colonial assim como o racismo tem sido negado pelo mundo ocidental e não tem nada a ver com a moralidade e sim com responsabilidade. Trata-se de um processo psicológico que se inicia pela negação e segue para a culpa: sim, mas não fui eu, são vocês – e uma descrença: não acredito, não foi assim, foi de outra maneira. A vergonha como um processo construtivo no qual as pessoas começam a pensar na reparação – como eu começarei a desconstruir isso? – o que leva ao reconhecimento.

A professora, filósofa, antropóloga e ativista política Lélia Gonzalez⁵¹ (1935-1994) é uma das mais proeminentes referências para a teoria e prática do feminismo no Brasil, constituindo uma voz marcante contra o machismo e o sexismo no país. Atuando na vanguarda dos movimentos negros no país, em 1978 foi uma das fundadoras do

⁵¹**Lélia Gonzalez** (Belo Horizonte, Brasil, 1935 - Rio de Janeiro, Brasil, 1994). Foi antropóloga, professora e política brasileira. Formada em História e em Filosofia, aprofundou seus estudos nas áreas da Antropologia, Sociologia, Literatura, Psicanálise e Cultura Brasileira, com mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia Política. Também se dedicou aos estudos da ciência, cultura e histórias africanas. Atuou como professora de ensino médio e de universidade, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Militante ativa dos movimentos negros e feministas dos anos 1970 e 1980, ajudou a funda o Movimento Negro Unificado (MNU); o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN- RJ); o Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras; e o Olodum (Salvador). Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de 1985 a 1989, criado para atender às demandas do movimento feminista, buscando a criação de políticas públicas para mulheres (Hollanda, 2019, p. 435).

Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Social que lutou contra a violência e a discriminação racial.

A antropóloga Lélia Gonzalez reivindica o “pretoguês”, como uma marca rítmica da fala africana no português falado no Brasil e evidencia os nossos laços indissociáveis Brasil-África na formação e reinvenção das tradições religiosas e culturais. As músicas, as danças, as crenças, “tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento e recalcado por classificações eurocêntricas de tipo “cultura popular e “folclore nacional”, que minimizam a importância da cultura negra” (GONZALEZ, 2020, p.342). Lélia sugere a categoria africanidade como um processo para repensar os processos históricos de resistência.

O lugar da linguagem nas relações de poder, especialmente nas hierarquias raciais, para bell hooks (2019), deve ser ressignificado para a emancipação dos oprimidos. De certa forma, para a autora, a linguagem molda, limita, define e coloniza. Retomando Gloria Azaldúa na fala: “Então, se você quer mesmo me ferir, fale mal da minha língua”. hooks demarca como as pessoas africanas escravizadas ou livres, levadas contra a sua vontade para os Estados Unidos, sentiram com a língua inglesa como o padrão, com o silenciamento de tantas línguas e sons da diversidade, das comunidades nativas.

Já o lugar da linguagem no feminismo, segundo hooks, vem enfrentando críticas em prol do foco nas diferentes vozes das mulheres, o que tem promovido importantes asserções teóricas e exigindo das feministas a percepção de que há uma primazia de vozes em detrimento do silenciamento, marginalização ou censura de tantas vozes. Para a autora, a necessidade de reconhecer e oportunizar diferentes vozes, linguagens e falas ocasiona um inevitável rompimento com a primazia da língua inglesa. Quando as feministas conversaram pela primeira vez do desejo de uma participação diversificada no movimento, a questão da linguagem não foi discutida, reconhecendo a língua inglesa como o principal veículo de transmissão do pensamento feminista. Segundo hooks, é preciso invocar o vernáculo negro, uma fala contra hegemônica e assim buscar a nossa libertação na linguagem. O legado de

hooks e Freire centram na reflexão: se a educação não é libertadora teremos opressores, marginalizados e oprimidos.

De verdade, estamos distantes de conquistar a visibilidade dos feminismos e de suas lutas, ainda estamos pedindo licença para ocupar espaços renegados a nós. Muitas de nós, denominadas minorias ou periféricas, têm a carne cortada, anos de chumbo nas costas, tristeza demais! Aqui, tento observar uma questão cara para a Organização do Conhecimento, o despreparo para lidar com aspectos que estão fora da perspectiva do colonizador. Por isso, vamos aqui assumir o quinhão por uma Organização Crítica do Conhecimento.

5. DOS CAMINHOS DA PESQUISA

Para Cássio Hissa, a metodologia deve ser compreendida como a memória de como fazer e, portanto, é um processo histórico e criativo que vai se constituindo desde o projeto. Afinal, a

concepção teórica de um problema já mobiliza as alternativas de abordagem metodológica. Uma pergunta já sugere caminhos de pesquisa. Os objetivos de uma pesquisa, portanto, estão articulados às metodologias que, por sua vez, vão se fazendo, criativamente, enquanto se percorre a trajetória de pesquisa. [...] A invenção da pesquisa é portadora da mesma riqueza criativa da invenção dos caminhos de pesquisa, das metodologias, dos modos de fazer aprendidos enquanto se faz (HISSA, 2013, p.125-126).

Nesse sentido, a presente seção apresenta o percurso metodológico utilizado com vistas ao alcance dos objetivos propostos pela pesquisa.

Os SOC são compreendidos, no escopo desta tese, como dispositivos que controlam conceitos para fins da representação da informação e do conhecimento e sobre o qual incidirá toda análise proposta. Visando a delimitar a análise desejada escolhemos o feminismo e o modo de explicação de uma categoria de gênero pretensamente universal. Desse modo, a abordagem do problema é qualitativa.

De acordo com os objetivos da pesquisa, ela possui caráter exploratório visando maior familiaridade com o seu problema. Na demonstração do problema proposto o trabalho se apoiou em métodos qualitativos, essencialmente em um estudo explicativo e em um estudo comparativo. A pesquisa explicativa indaga como os fenômenos se comportam à “luz de uma origem, de uma estrutura e de um fim” (DOMINGUES, 2004, p. 125).

De acordo com o método, a pesquisa consiste no método comparativo. De acordo com Fachin (2006, p. 40), o método comparativo “consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Geralmente, o método comparativo aborda duas séries ou fatos de natureza análoga [...] a fim de se detectar o que é comum a ambos”. Ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos ou modelos, construídos a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno.

Para realizar o estudo comparativo dos SOCs demarcados, foi selecionado um grupo de categorias de análise, cotejadas a partir de Foucault e Butler, e um grupo de variáveis, confrontadas a partir de estudos de gênero.

Conforme os procedimentos técnicos a pesquisa aponta para a uma **triangulação de ações** distribuída em três fases: Revisão sistemática; levantamento e análise dos SOCs.

Quadro 4 - Síntese dos Procedimentos Técnicos da Pesquisa

Objetivo específico	Corpus da Pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimento de Análise de dados
(i) explorar as contribuições de Butler e Foucault como abordagem capaz de perceber os SOCs enquanto dispositivos performativos.	Textos de Butler e Foucault.	Pesquisa bibliográfica	Revisão de literatura
(ii) identificar elementos explicativos do SOCs que contemplem as categorias de análise propostas.	Periódicos científicos nacionais e internacionais.	Levantamento e análise dos SOCs.	Análise de conteúdo
(iii) examinar as estratégias que pautam a construção dos SOCs.	Homosaurus; Lista de cabeçalho de assuntos da Library of Congress; Tesauro de gênero: language con equidad; Tesauro de Mujeres; e do Tesauro para estudos de gênero e das mulheres	Pesquisa bibliográfica	Análise de discurso
(iv) tencionar uma dimensão teórica que possa consubstanciar e atualizar a reflexão teórica dos princípios para construção e atualização dos SOCs.	Homosaurus; Lista de cabeçalho de assuntos da Library of Congress; Tesauro de gênero: language con equidad; Tesauro de Mujeres; e do Tesauro para estudos de gênero e das mulheres		Estudo comparativo

Fonte: Elaborado pela autora.

1 Fase - Revisão Literatura

A primeira fase é caracterizada pelo uso do levantamento bibliográfico, privilegiando uma abordagem teórica no campo da Organização da Informação (OI), enriquecida pelos aportes das teorias pós-estruturalistas do discurso como aquelas formuladas por Judith Butler e Michel Foucault, pelos estudos críticos sobre a temática da representação do feminismo no contexto dos SOCs. Além disso, leva-se em consideração a explicação das limitações e ressalvas principais envolvidas na caracterização dos objetivos propostos.

2 Fase – Levantamento das categorias de análise

Na segunda fase, o levantamento das categorias analíticas foi realizado e elaboradas a partir de conceitos de Foucault e Butler:

- a identificação de regras que delimitam o que pode ser dito;
- a identificação de regras que criam os espaços nos quais novos discursos possam emergir;
- descrever as formas de especificação;
- as instâncias de delimitação;
- performatividade discursiva.

Essas categorias visam contemplar o exame dos instrumentos escolhidos para análise, bem como servir para a testagem.

3 Fase – Análise dos SOCs – Estudo comparativo

Na terceira fase, adota-se uma perspectiva onde os SOCs se baseiam em instâncias de linguagem dotadas de uma especificidade de estruturação espaço-temporal onde, por meio das estratégias de organização que os caracterizam, certos sentidos se cristalizam. Apontando para uma perspectiva tanto no pensamento de Butler como no de Foucault, os SOCs são pensados, no âmbito deste trabalho, como dispositivos performativos. Esses, a partir de uma forma específica de estruturação, de

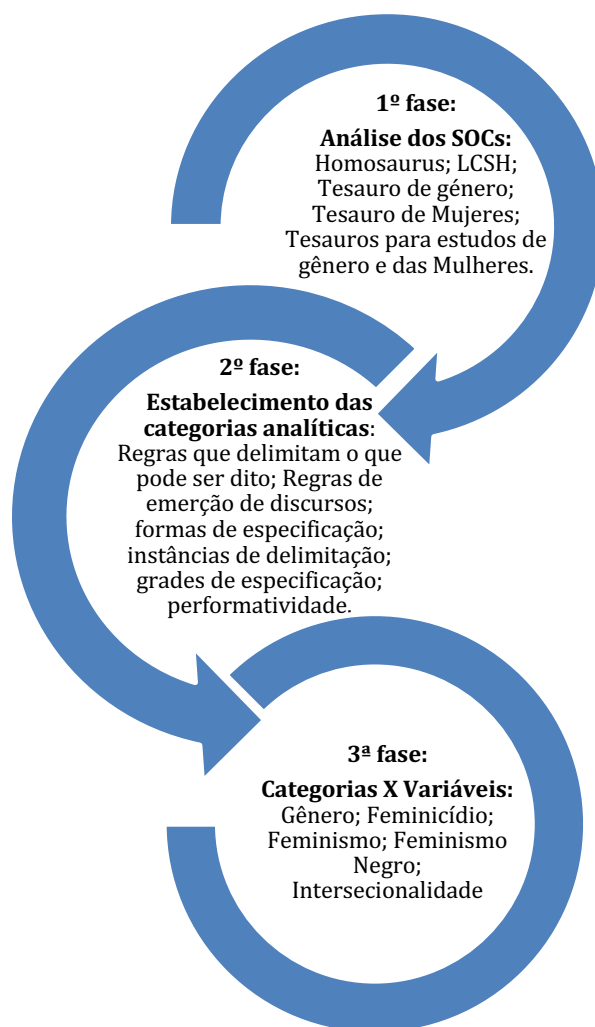
organização simbólica e performativa, permitem a identificação, sedimentação, disseminação e a negociação de certos enunciados/índices de significação, tal qual se dão a perceber nas relações de força, normas e valores que os atravessam.

Os critérios adotados para a escolha do *corpus* buscaram atender a uma representatividade do discurso de gênero e feminista em diferentes países. Assim, foram considerados os seguintes SOCs: *Homosaurus*; Lista de cabeçalho de assuntos da *Library of Congress*; *Tesouro de género: language con equidad*; *Tesouro de Mujeres* e do *Tesouro para estudos de género e das mulheres*. Ao realizar o estudo comparativo dos termos selecionados em linguagens apresentadas, realizou-se uma análise dos resultados, a fim de reivindicar uma dimensão ética capaz de oferecer maior robustez às teorias que embasam a construção das linguagens de representação da informação.

Diante do exposto, o percurso metodológico possibilitou o desenvolvimento de proposições a respeito dos SOCs enquanto um dispositivo discursivo, considerando a sua capacidade de reverberar os discursos hegemônicos. O próximo capítulo, se orienta pela análise comparativa do *corpus*, cuja forma de representação segue o modelo em 3 (três) fases, a primeira fase analisa os SOCs; a segunda identifica categorias para cumprir a proposta metodológica de intersecção com o campo de OC; a terceira realiza a escolha de variáveis, a partir dos SOCs, para a análise de acordo com as categorias operacionalizadas na fase anterior.

A análise de dados pressupõe o reconhecimento dos SOCs enquanto dispositivos performativos, visto que são constituídos a partir de discursos regulares e sistemáticos e, ainda, visto que possuem formas específicas de autorização de termos. Assim, o *corpus* foi delimitado de forma a permitir a verificação e o reconhecimento de um SOCs como um dispositivo composto de formações discursivas cuja organização engendram discursos em uma grande rede de conceitos ou termos, estruturados ou relacionados de forma a invocar o potencial performativo da linguagem.

Figura 4 - As três fases da análise



Fonte: Elaborado pela autora.

Para a realização dos objetivos propostos, veja a figura 4, o levantamento dos dados e a sua posterior análise, priorizou-se uma abordagem do *corpus* em três dimensões distintas. Com esse intuito realizou-se o levantamento dos SOCs capazes de representar o recorte temático escolhido nesta pesquisa e contraponto à análise dos termos utilizados por esses SOCs, capazes de traduzir os discursos para fins de representar a informação. Na primeira dimensão, o estudo foi direcionado para apresentar separadamente cada SOCs e para apresentar o levantamento das estratégias, ou métodos de compilação dos termos; na segunda dimensão, a análise foi conduzida com vistas a delimitar a contextualização dos termos escolhidos para

análise em relação ao aporte do recorte teórico escolhido; na terceira dimensão a análise partiu das categorias de Butler e Foucault.

Tendo em vista que a proposta metodológica objetiva estabelecer uma análise das regras de produção dos discursos nos SOCs, optou-se por, em um primeiro momento, levar em consideração o contexto de produção das linguagens de indexação, para depois extrair as variáveis, ou seja, os termos e os seus relacionamentos. É pertinente ressaltar que esse percurso analítico, pensado a partir de Foucault, busca a materialidade enunciativa que em um SOCs se configura com a operacionalização da autorização de termos que representam um determinado campo do conhecimento. Um SOCs, notadamente uma linguagem de indexação, se constitui pela identificação de termos e estruturas de relações polivalentes com o objetivo de representar a informação e o conhecimento.

Diante do exposto, a base para o exame desejado é realizada seguindo a análise estrutural dos SOCs e se refere às estruturas fundamentais dos instrumentos técnicos: como a forma de coleta e validação dos termos e áreas de abrangência.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas a cumprir a proposta metodológica descrita na seção anterior, buscamos analisar as regras de produção dos discursos presentes em sistemas de organização do conhecimento (SOCs), como linguagens de indexação. Para isso, a análise tem como ponto de partida o contexto de produção dessas linguagens de indexação, visando extrair as variáveis que as compõem, ou seja, os termos e seus relacionamentos.

6.1 Análise dos SOCs

O corpus desta pesquisa compreende 5 (cinco) SOCs, a saber: *Homosaurs*; *Library of Congress Subject Headings*; *Tesauro de género: lenguaje con equidad*; *Tesauro de Mujeres* e *Tesauro para estudos de gênero e das mulheres*, produzidos e mantidos por instituições de pesquisa, biblioteca e um deles, o *Homosaurus*, por uma equipe de ativistas LGBTQIA+. É preciso salientar que a maior parte das informações, como o ano de publicação, a abordagem temática e as formas de autorização terminológica foram identificadas a partir da leitura dos textos introdutórios e/ou explicativos que acompanham os SOCs. Adicionalmente, foram realizadas buscas em bases de dados para localizar algumas informações.

Quadro 5 - Linguagens de Indexação estudadas

SOC	Ano	Tema	Formas de autorização de termos (garantias)
<i>Homosaurus</i>	2019	LGBTI	Garantia autopoietica; garantia literária e semântica.
<i>Library of Congress Subject Headings</i>	2021	Multidisciplinar	Garantia literária, cultural, semântica e acadêmica
<i>Tesouro de género: language con equidad</i>	2006	Gênero e mulheres	Garantia literária, cultural, semântica e acadêmica
<i>Tesouro de Mujeres</i>	2014	Mulheres	Garantia literária, cultural, semântica e acadêmica
Tesouro para estudos de gênero e das mulheres	1998	Gênero e mulheres	Garantia autopoietica; garantia literária, cultural, semântica e acadêmica

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base no estudo das linguagens de indexação e das formas de autorização dos termos, discutidas na seção 3, propomos o modelo de análise especificado nos quadros 6, 7, 8 e 9, nas subseções posteriores. O modelo considera as informações preliminares para construção de um tesouro: domínio/subdomínio, língua; o método de compilação dos termos (registro e organização dos termos) e os arranjos. A partir do modelo proposto, algumas constatações foram desenvolvidas: (i) há pouca ou nenhuma informação clara sobre o uso do princípio de garantias no processo de construção dos SOCs; (ii) abordagem sobre a metodologia adotada no processo de compilação dos termos apresenta pouca especificidade; por fim, (iii) há poucos registros de notas sobre o termos escolhidos para análise, o que pode supor que os elaboradores de SOCs entendem que a estrutura de relacionamento entre termos contextualiza de forma eficiente a aplicação dos termos, evidencia, ainda, que isso pode fragilizar a estabilidade de um termo.

6.1.1 *Homosaurus*

O *Homosaurus* teve sua origem em 1997, inicialmente na forma de um dicionário da terminologia gay e lésbica. A proposta era criar um instrumento capaz de auxiliar a

descrição de documentos da *IHLIA LGBTI Heritage*⁵², *International Gay/Lesbian Information Center and Archive*, da Holanda. Dessa forma, o Homosaurus nasce da ideia de elaborar um vocabulário composto por termos acessíveis e foi desenvolvido com a participação de diversos representantes da comunidade LGBT, tendo ainda a missão de estabelecer vínculos de pertencimento da comunidade com a *IHLIA LGBTI Heritage*.

A partir disso, o *Homosaurus* passou a ser expandido e atualizado continuamente. Atualmente essa ação é executada por uma equipe de editores, a saber:

- Adrian Williams é bibliotecário catalogador e de metadados da *University of Kentucky*. Interessa por pesquisas em cabeçalhos de assunto inclusivos e acessíveis ao usuário, história da catalogação e do catálogo.
- Amber Billey, bibliotecária de sistemas e metadados do *Bard College*. Pesquisa ética e justiça social nos metadados das Bibliotecas e na organização da informação.
- Brian M. Watson é arquivista e historiador da *American Psychological Association's Division 44*. Mestre em História e Cultura pela *Drew University*.
- Clair Kronk, estudante PHD em Informática Biomédica na Faculdade de Medicina da *University of Cincinnati*. Formada em Bioinformática pela *University of Pittsburgh*. Atualmente trabalha com o uso da linguagem LGBTQIA+ em ambientes e resultados na área da saúde.
- Chloe Noland é bibliotecária. Atua em Los Angeles, CA, e trabalha com linguagem, cultura e taxonomias.
- Jack van der Wel atua na *IHLIA LGBT Heritage* em Amsterdã. Foi um dos fundadores do HOMOK, um antecessor do IHLIA. Apresentou o Homosaurus em várias conferências.
- Janaya Kizze é arquivista, artista e ativista humanitária. Formada na *Bard College* e pela *University of Rhode Island*. Coordenadora de eventos na Biblioteca Pública de Providence se empenha para definir os padrões e práticas da biblioteca para o empoderamento e envolvimento da comunidade.

⁵²<https://ihlia.nl/en/>

- Jay L. Colbert é diretor da biblioteca da *Longy School of Music do Bard College*. Pesquisa vocabulários controlados orientados por usuários utilizando teoria queer e semiótica.
- K.J. Rawson é professor assistente de Inglês e Estudos de Mulheres, Gênero e Sexualidade na *Northeastern University*. Fundador e diretor do *Digital Transgender Archive* (repositório online de materiais históricos relacionados a temática trans) e copresidente do Conselho Editorial do *Homosaurus*.
- Marika Cifor é professora assistente na *Information School da University of Washington*. Estuda em arquivos, registros e dados produzidos por meio das culturas digitais como os indivíduos e comunidades marginalizadas pela sexualidade, raça, classe, gênero e portadores de HIV constituem as suas identidades, memórias coletivas e movimentos sociais;
- Walter “Cat” Walker atuou como bibliotecário chefe de catalogação na *Loyola Marymount University* e voluntário no *National Gay and Lesbian Archives* nas USC Libraries por 25 anos.

A despeito da equipe acima apresentada é reconhecida a visibilidade pessoal dos integrantes na temática que o *Homosaurus* abarca, bem como a forma que a iniciativa se objetivou no enfrentamento das barreiras de acesso à informação para a comunidade LGBTQIA + em bibliotecas e arquivos.

As principais estratégias para a coleta e seleção de termos podem ser visualizadas no quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Homosaurus

Informações gerais	
<i>Domínio e subdomínio</i>	Estudos LGBT, queer e de gênero
<i>Língua</i>	Inglês
<i>Instituição</i>	IHLIA LGBTI Heritage - Holanda
Método de compilação	
Corpus do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Validação terminológica realizada por comité editorial
Fonte para seleção dos termos	<ul style="list-style-type: none"> Termos adotados pela IHLIA LGBTI Heritage
Registro e organização dos termos	
Definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Elimina as ambiguidades, homonímia (polissemia) Controla os sinônimos quando o conceito pode ser representado por diferentes termos
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos Estabelece relações de equivalência de termos semelhantes
Nota	<ul style="list-style-type: none"> Possui notas para contextualizar o termo
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> O termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características
Arranjo	
Forma de apresentação do tesouro	Alfabético, formato on-line

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale destacar que a construção do *Homosaurus* partiu de uma busca por estabelecer um instrumento que apoiasse a organização de uma coleção que continha títulos banidos e censurados pelas bibliotecas e espaços públicos tradicionais, reflexo de correntes epistemológicas de organização da informação do conhecimento heteronormativas, hegemônicas e, até mesmo, puritanas. Trata-se de uma nova postura metodológica, que investe nos benefícios da forma de autorização de termos constituídos com a participação da comunidade LGBTQIA+, levando em

consideração a abertura dos campos da OC para novas epistemologias do conhecimento.

Por se tratar de um vocabulário que incorpora os termos à medida que as definições e contextos desses termos rompem os desafios existentes para a produção de representação tanto no contexto social quanto na OC, a capacidade de auto-organização e até mesmo de produção da informação e do conhecimento faz com que o *Homosaurus* esteja mais propício a assegurar maior confiabilidade, especificidade e complexidade dos termos. Tal abordagem destaca que a construção da linguagem neste domínio é um exercício que reverbera na representação da informação. Por assim se constituir, considera-se a garantia autopoiética como o princípio que rege a metodologia de compilação de termos do *Homosaurus*.

Vale a pena ressaltar, também, que parte considerável dos documentos que resistiram a apatia e hostilidade das políticas de desenvolvimento de coleções de instituições culturais e acadêmicas de várias partes do mundo foram preservados na IHLIA, além de promover o reconhecimento de patrimônios tangíveis e intangíveis na instituição *IHLIA LGBT Heritage*.

6.1.2 *Library of Congress Subject Headings*

A *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) é uma lista de assuntos produzida desde 1898 a partir do arquivo de autoridade de assunto para registros bibliográficos mantida pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Em 1914, a lista de termos usados pela LC (*Library of Congress*) foi publicada pela primeira vez. A LCSH é considerada um vocabulário controlado multidisciplinar, uma ferramenta de indexação criada com o objetivo de representar os assuntos, possui controle de sinônimos, termos preferidos e relacionamento entre os termos, esboçando características comuns às de um tesouro.

Os principais atributos que envolvem o processo de construção de linguagens de indexação e a estrutura da LSCH estão descritas no quadro 7.

Quadro 7: LCSH

Informações gerais	
<i>Domínio e subdomínio</i>	Multidisciplinar
<i>Língua</i>	Inglês
<i>Instituição</i>	<i>Library of Congress - Estados Unidos</i>
Método de compilação	
Corpus do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Validação terminológica foi realizada por grupos de especialistas
Fonte para seleção dos termos	<ul style="list-style-type: none"> Termos adotados seguindo, principalmente, o princípio da garantia literária e semântica
Registro e organização dos termos	
Definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Considera os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios Elimina as ambiguidades, homonímia (polissemia) Controla os sinônimos quando o conceito pode ser representado por diferentes termos
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos Estabelece relações de equivalência de termos semelhantes Estabelece relações hierárquicas e associativas
Nota de escopo	<ul style="list-style-type: none"> Possui notas para contextualizar o termo Possui notas de uso para esclarecer o uso pretendido no termo. Muitas notas possuem indicação das fontes de consulta
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> O termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características
Arranjo	
Forma de apresentação do tesouro	Alfabética, hierárquica nos formatos on-line e impresso

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Barité (2010, p. 128), a LC reconhece explicitamente a garantia literária como ferramenta metodológica para construção/atualização de SOCs. Por esse motivo, os termos da LSCH possuem pelo menos uma indicação de uma obra

catalogada pela LC, a maioria possui a referência de uma obra e/ ou uma breve citação de trecho que contextualiza o assunto.

Em seguida, apresenta-se o exemplo de registro de assunto, um termo tópico, da LSCH em formato MARC.

Figura 5 – Termo *Lesbian activists*

```

LC control no.: sh 96007532
LCCN Permalink: https://lcn.loc.gov/sh96007532
HEADING: Lesbian activists
000 00563cz a2200193n 450
001 4880147
005 20190825061306.0
008 960701il anannbabn la ana
010 __ la sh 96007532
035 __ la (DLC)sh 96007532
035 __ la (DLC)226832
040 __ la DLC lc DLC ld DLC
150 __ la Lesbian activists
550 __ lw g la Political activists
670 __ la Work cat.: 96-30299: Gingrich, C. The accidental activist, 1996.
906 __ lt 9630 lu te04 lv 1
910 __ la Record saved by td04 on 02/05/2018 at 11:50:46
952 __ la 0 bib. record(s) to be changed
953 __ la sf12

```

Fonte: <https://authorities.loc.gov/>.

A 40ª edição da LCSH 40, publicada em 2018, conta com mais de 340 mil registros de autoridades. A ampla coleta e organização de documentos promovida pela LC a torna uma das maiores bibliotecas do mundo. Por sua abrangência, os padrões de catalogação descritiva e temática definem como os registros no conhecimento são organizados em bibliotecas no mundo todo. A Biblioteca Nacional do Brasil – considerada um modelo de representação de assuntos para as bibliotecas nacionais – traduz e incorpora grande parte dos seus termos da LSCH. Por isso é plausível reconhecer que as escolhas de como representar assuntos tendem a refletir o viés da LC.

Para exemplificar os vieses da LSCH, de acordo com Pierson (2017) o termo homossexualidade foi considerado como um descritor autorizado para representar documentos a partir de 1946 e o termo lesbianismo passou a fazer parte desse SOCs oito anos depois. Mesmo assim, até o início de 1970 ambos os termos tinham o vínculo com a remissiva ver também: perversão sexual. Um importante ponto observado pelo autor é que a adoção de um SOCs interfere não só na organização da informação para busca e acesso a documentos, mas também afeta nos esforços de aquisição e descarte de coleções.

Para pensar a reprodução dos vieses no âmbito dos SOCs, a bibliotecária e professora Melissa Adler (2017) evidenciou como a censura e policiamento provenientes do período posterior à segunda guerra mundial acabaram por interferir nas formas de organização de temas tais como: sexo e sexualidade. De acordo com Adler, a biblioteca do congresso dos Estados Unidos da América restringiu o acesso a documentos criando uma coleção especial de acesso restrito, chamada coleção Delta.

A coleção Delta serviu de balizador de assuntos que podem ou não compor os catálogos de bibliotecas públicas e comunitárias. Inúmeras instituições trabalham a interoperabilidade dos registros de assuntos baseados nessa coleção, como é o caso da Biblioteca Nacional do Brasil, por exemplo. Podemos presumir, de certa forma, que as listas de cabeçalhos de assunto de todo mundo foram fadadas a incorporar termos carregados do viés regulador plasmado na Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC, e por consequência, reverberou em vários processos de representação da informação e do conhecimento. Por conseguinte, muitas bibliotecas, por meio da interoperabilidade de termos, acabam por reproduzir e perpetuar as regras da produção de discursos hegemônicos. Dessa forma, fica evidente que, por vezes, discursos produzidos por meio do viés da censura a alguns aspectos da sexualidade, notadamente da homossexualidade, reverberaram para além do espaço de controle e organização da LC.

No entanto, apesar da LCSH possuir um processo de revisão e inclusão de termos contínuo, onde as propostas são enviadas e avaliadas pelos participantes do *Subject Authority Cooperative Program (SACO)* e a cada ano serem aprovadas em média

5.000 novos termos ou revisões, os vieses podem persistir em um esquema com um volume tão grande de termos.

De acordo com Chan (2000), o ALCTS *Subcommittee on Metadata and Subject Analysis* deliberou em 1999 a favor da LCSH adaptar um ou mais vocabulários existentes ao invés de construir um novo vocabulário controlado para atender às exigências dos recursos eletrônicos. As razões para essa recomendação foram: (i) a LCSH abrange muitas áreas temática e pode ser considerada a maior linguagem de indexação em língua inglesa; (ii) permite o controle de termos sinônimos e homógrafos; (iii) possui referências cruzadas indicando os relacionamentos entre os termos; (iv) apresenta pré-coordenação de termos, o que pode levar à precisão na recuperação da informação; (v) oferece navegação de assuntos de conceitos múltiplos e multifacetados; e, por fim, (vi) a LCSH foi traduzida ou adaptada como modelo para o desenvolvimento de linguagens de indexação em vários países do mundo. O autor ainda aponta que a extensão da coleção da LC proveu um enorme armazenamento de registros em formato MARC e metadados de acordo com diversos padrões, o que garante a interoperabilidade semântica.

Entretanto, Chan (2000) salienta que embora a semântica da LCSH ofereça aspectos positivos ao gerenciamento e recuperação da informação em rede, ela manifesta algumas limitações: (i) possui a sintaxe e regras de aplicação complexa, o que exige catalogadores e indexadores treinados; (ii) apresenta alto custo das sequências de cabeçalhos de assunto em registros bibliográficos ou metadados; (iii) não tem a sintaxe compatível com a maioria dos SOCs; e por fim, (iv) não é acessível a mecanismos de pesquisa, principalmente Web, apenas em ambiente OPAC.

É importante ressaltar que quanto à sintaxe a LCSH adota os termos genéricos, específicos e relacionados conforme as recomendações da ANSI/NISO Z39.19/2010, estando, assim, mais alinhada ao nível de complexidade de um tesouro. Para Chan, a LC vem ao longo dos anos adotando passos graduais para tornar o LCSH capaz de funcionar em ambientes heterogêneos e servir de base unificada, tanto para suportar diferentes usos quanto para manter a interoperabilidade semântica entre eles.

6.1.3 Tesouro de género: *lenguaje con equidad*

O *Tesouro de género: lenguaje con equidad* foi elaborado a partir de, principalmente, termos utilizados pelo *Centro de Documentación del Instituto Nacional de las Mujeres*, com a adição de termos coletados de outros tesouros, enciclopédias e dicionários de género ou especializados. A validação terminológica foi realizada por dois grupos de especialista: (i) acadêmicos especialistas em questões de género e (ii) “bibliotecários com amplo conhecimento, apresentando tanto experiência em classificação e na construção de tesouros quanto na administração e gestão de centros de documentação e bibliotecas” (*Tesouro de género: lenguaje con equidad*, 2006).

O tesouro contém 3.104 termos, sendo 2.573 termos descritores, ou seja, termos adotados para representação de item no processo de indexação, também conhecidos como termos preferidos. Os termos não descritores, não preferidos, são aqueles considerados menos precisos em sua definição e uso, mas, acima de tudo, aqueles que possuem conteúdo discriminatório e/ou excludente e que não cooperam com a realização da equidade de género.

No que diz respeito às formas de coleta e compilação dos termos, o quadro 8 exhibe de forma sucinta as principais características do *Tesouro de género: lenguaje con equidad*.

Quadro 8 - Tesouro de género: language con equidad

Informações gerais	
<i>Domínio e subdomínio</i>	Estudos de género, feminismo e mulheres
<i>Língua</i>	Espanhol e inglês
<i>Instituição</i>	<i>Instituto Nacional de las Mujeres - México</i>
Método de compilação	
Corpus do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • A validação terminológica foi realizada por académicos especialistas e bibliotecários
Fonte para seleção dos termos	<ul style="list-style-type: none"> • Termos adotados pelo Centro de Documentación del Instituto Mujeres • Tesouros especializados, dicionários e enciclopédias
Registo e organização dos termos	
Definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Considera os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios • Elimina as ambiguidades, homonímia (polissemia) • Controla os sinónimos quanto o conceito pode ser representado por diferentes termos
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos • Estabelece relações de equivalência de termos semelhantes • Estabelece relações hierárquicas e associativas
Nota de alcance	<ul style="list-style-type: none"> • Permite especificar e esclarecer o uso pretendido no termo, forma de restringir o seu uso
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> • O termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características
Arranjo	
Forma de apresentação do tesouro	Hierárquica, alfabética e sistemática. Formato impresso

Fonte: Elaborado pela autora.

Um aspecto importante a ser considerado é que, assim como na língua portuguesa, no espanhol o uso do masculino é uma forma de universalizar a representação de género. No entanto, o *Tesouro de género: language con equidad* optou por diferenciar

gramaticalmente os descritores femininos e masculinos. Como resultado, as áreas como profissões e idades, por exemplo, têm os descritores representados por mulheres e homens de forma diferente. Outra abordagem a ser destacada é o uso da forma plural, pois nos estudos de gênero e feministas, o uso do termo no plural pode indicar que o termo é mais inclusivo. Por esse motivo, foram adotados os termos no plural, como por exemplo no caso do descritor: mulheres.

6.1.4 *Tesouro de Mujeres*

O *Tesouro de Mujeres*, construído a partir da coleção *Biblioteca de Mujeres*, surge como reflexo do Movimento Feminista na Espanha somado à emergente dificuldade de organizar e classificar a documentação especializada sobre as mulheres. Além disso, sustenta a proposta de “interpretação da história das mulheres”, sendo “um instrumento que reflete a realidade e que também ajude a transformá-la, com uma linguagem inclusiva no lugar de excludente e discriminatória”. (MEDIAVILLA HERREROS e FOLLA FERNÁNDEZ, 2014, p. 2)

O ponto de partida para a coleta de termos iniciou-se em 1985 na coleção da Biblioteca de Mujeres, por isso, evidencia a evolução do movimento feminista na Espanha. O tesouro contém 1.658 termos, 519 termos equivalentes, 1.088 relações hierárquicas, 2.321 relações associativas entre termos e 169 notas de alcance.

A meta de atualização provê a participação de usuárias, especialistas e investigadoras para auxiliar no apontamento de termos faltosos, desnecessários ou obsoletos.

Quadro 9 - Tesouro de Mujeres

Informações gerais	
<i>Domínio e subdomínio</i>	Gênero, Espanha, mulheres
<i>Língua</i>	Espanhol
<i>Instituição</i>	<i>Biblioteca de Mujeres – Espanha</i>
Método de compilação	
Corpus do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Validação terminológica realizada por grupos de especialista
Fonte para seleção dos termos	<ul style="list-style-type: none"> Termos adotados pelo Centro de Documentación del Instituto Mujeres Tesauros especializados, dicionários e enciclopédias
Registro e organização dos termos	
Definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Considera os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios Elimina as ambiguidades, homonímia (polissemia) Controla os sinônimos quanto o conceito pode ser representado por diferentes termos
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos Estabelece relações de equivalência de termos semelhantes Estabelece relações hierárquicas e associativas
Nota de escopo	<ul style="list-style-type: none"> Possui notas para contextualizar o termo Possui notas de uso para esclarecer o uso pretendido do termo no Tesouro
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> O termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características
Arranjo	
Forma de apresentação do tesouro	Alfabético e hierárquico, sistemático e permutado KWIC ⁵³ , formato impresso e on-line

Fonte: Elaborado pela autora.

⁵³ O índice KWIC apresenta os termos descritores e não descritores em ordem alfabética por cada palavra de descritor, exceto os artigos e preposições.

Em meados de 2016, disponibilizou-se o Tesouro de Mujeres na versão on-line⁵⁴. A ferramenta de gestão de tesouros TemaTres foi utilizada. Dentre as funcionalidades da ferramenta quanto a consistência na atribuição de notas, estabelecimento de equivalências, o TemaTres facilita a navegação e pesquisa de termos.

6.1.5 Tesouro para estudos de gênero e das mulheres

A elaboração de um tesouro de alcance amplo aos estudos de gênero e sobre a temática mulheres foi gestado no III Programa de Dotações para pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, com o apoio financeiro da Fundação Ford para sua elaboração e publicação. O Tesouro para estudos de gênero e das mulheres teve como ponto de partida a ideia de articular uma rede de informações no campo dos estudos de gênero para as estudiosas do feminismo.

Heloisa Buarque de Hollanda (2019a) destaca a importância da Fundação Carlos Chagas na consolidação do pensamento feminista na academia brasileira. Para a autora, os seminários promovidos desde 1974 pela instituição foram seminiais para a pesquisa na área. Além disso, em 1977 com o apoio da Fundação Ford realizou, ao longo de 20 anos, oito concursos de alcance nacional e apoiou 170 projetos de pesquisas em diversas áreas. Para Hollanda (2019a, p. 14), o impacto decisivo desse programa no campo dos estudos de gênero vem sendo analisado em vários estudos, com destaque para Bila Sorj, e o estudo de Albertina Costa, Carmen Barrosos e Cynthia Sarti”.

No quadro 10, seguem as informações acerca da metodologia de construção e estrutura do Tesouro para estudos de gênero e das mulheres.

⁵⁴<https://vocabularyserver.com/mujeres/index.php>

Quadro 10 - Tesouros para estudos de gênero e das mulheres

Informações gerais	
<i>Domínio e subdomínio</i>	Gênero, Brasil, mulheres
<i>Língua</i>	Português
<i>Instituição</i>	Fundação Carlos Chagas - Brasil
Método de compilação	
Corpus do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Validação terminológica realizada por grupos de especialistas; garantia autopoietica
Fonte para seleção dos termos	<ul style="list-style-type: none"> Revista estudos feministas de 1992 a 1995 Levantamentos Bibliográfico sobre a Mulher e Família, Bibliografia indexada sobre a Participação Política e Saúde da Mulher no Brasil e O Trabalho da Mulher no Brasil até 1988 Tesouros especializados
Registro e organização dos termos	
Definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Considera os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios Elimina as ambiguidades, homonímia (polissemia) Controla os sinônimos quando o conceito pode ser representado por diferentes termos
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos Estabelece relações de equivalência de termos semelhantes Estabelece relações hierárquicas e associativas
Nota de escopo	<ul style="list-style-type: none"> Possui notas para contextualizar o termo Possui notas de uso para esclarecer o uso pretendido no termo no Tesouro
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> O termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características
Arranjo	
Forma de apresentação do tesouro	Hierárquico e alfabético com o formato impresso

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando esses aspectos, o Tesouro para estudos de gênero e das mulheres abriga os conceitos seminais do pensamento feminista brasileiro e a garantia autopoiética pode ser considerada como alinhada à metodologia de compilação desse SOCs. A coleta de termos partiu da leitura crítica de artigos da Revista estudos feministas de 1992 a 1995 e da análise de quatro bibliografias indexadas por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (1989): Levantamentos Bibliográficos sobre a Mulher e Família, Bibliografia indexada sobre a Participação Política, Saúde da Mulher no Brasil e O Trabalho da Mulher no Brasil até 1988. E ainda, os Tesouro da UNESCO; Tesouro de Educação (1986) e Tesouro internacional do desenvolvimento cultural (1983); da Universidade de São Paulo | Núcleo de Estudos da Violência: A criança minorizada: bancos de referências bibliográficas; da Comunidade Européia: *Banque de données européennes d'études féministes*; o tesouro *Women's Thesaurus* e a *Library of Congress Subject Headings*.

Apresentados os SOCs, vale a pena ressaltar que na prática da indexação

“[...] a escolha da biblioteca é decisiva e carrega peso e consequências políticas e nos dá informações importantes sobre o imaginário disciplinar. Quando consideramos que apenas uma escolha é permitida, temos que necessariamente pensar em termos de uma “melhor” escolha. [...]” (ADLER, 2017, p. 95)

Dessa forma, por mais que o catalogador se esforce por representar de forma fidedigna o documento, o instrumento técnico de representação, o SOCs adotado, deve oferecer opções para que o sistema de recuperação da informação tenha termos que “melhor” representam esse documento.

6.2 Categorias de análise baseadas em conceitos de Foucault e Butler

Considerando a nossa proposta metodológica, pautada na busca do entendimento de quais são as articulações do discurso do feminismo no âmbito dos SOCs, a técnica de exploração que nos conduziu ao entendimento das formas de organização e ordenação do discurso no campo das ideias foi a análise dos instrumentos a partir de categorias.

Para melhor identificar as regras de produção dos discursos foi tomado como exemplo a temática dispositivo da sexualidade: ao afirmar que a sexualidade surgiu a partir do século XVIII, Foucault argumenta que esse discurso está em produção desde então. As mudanças nas formas de pensar sobre o assunto sexo mencionadas na seção 2, fornecem pistas sobre as regras pelas quais as declarações que compõem esse discurso foram e continuam a ser produzidas.

A escolha das categorias analíticas, apresentadas no quadro 11, foi inspirada no aporte teórico de Foucault e Butler. A partir dessa fase da análise são consideradas as regras de produção dos discursos, as quais, para Foucault (1960), constituem-se por “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e espaço que definiram – em uma dada época e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada – as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1960).

A partir desse princípio norteador, o quadro 11 apresenta as categorias analíticas: delimitação do que pode ser dito; censura; superfícies de emergência; instâncias de delimitação; grades de especificação e performatividade. Essas categorias analíticas foram selecionadas a partir de uma leitura cuidadosa, o que resultou em um aporte teórico capaz de auxiliar o percurso de análise, possibilitando intervenções em uma abordagem que tem sido cara para a BCI: as formas de autorização de termos nos SOCs.

Quadro 11 - Categorias analíticas

Categorias	Definição
Delimitação do que pode ser dito; Censura	Eu proponho a ideia de que a censura busca produzir sujeitos de acordo com normas explícitas e implícitas e que a produção do sujeito tem tudo a ver com a regulação do discurso. A produção do sujeito ocorre não apenas através da regulamentação de seu discurso, mas também da regulamentação do domínio social do discurso dizível (BUTLER, [1997], 2021, p.218-219).
Superfícies de emergência	[...] mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação [...]. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso. Permanecendo na Psicopatologia do século XIX, é provável que elas fossem constituídas pela família, pelo grupo social próximo, o meio de trabalho, a comunidade religiosa (que são todos normativos, suscetíveis ao desvio, que têm uma margem de tolerância e um limiar a partir do qual a exclusão é requerida, que têm um modo de designação e de rejeição da loucura, que se não transferem para a medicina a responsabilidade da cura e do tratamento, pelo menos o fazem com a carga da explicação); se bem que organizadas de modo específico, essas superfícies de emergência não são novas no século XIX. Em compensação, foi nessa época, sem dúvida, que se puseram a funcionar novas superfícies de aparecimento: a arte com sua normatividade própria, a sexualidade (seus desvios em relação a proibições habituais tornam-se pela primeira vez objeto de demarcação, de descrição e de análise para o discurso psiquiátrico), a penalidade (enquanto a loucura, nas épocas precedentes, era cuidadosamente destacada da conduta criminosa e valia como desculpa, a criminalidade torna-se ela própria - e isso desde as famosas "monomanias homicidas" - uma forma de desvio mais ou menos aparentada à loucura). Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que então se manifestam, o discurso psiquiátrico encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe o status de objeto - ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível (FOUCAULT, [1973], 2013, p. 46-47).

Continuação do **Quadro 11 - Categorias analíticas**

Categorias	Definição
Instâncias de delimitação	[...] a medicina (como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura a loucura como objeto; mas não foi a única a representar esse papel: a justiça, e particularmente a justiça penal (com as definições da escusa, da irresponsabilidade, das circunstâncias atenuantes e com o uso de noções como as de crime passional, de hereditariedade, de perigo social), a autoridade religiosa (na medida em que se estabelece como instância de decisão que separa o místico do patológico, o espiritual do corporal, o sobrenatural do anormal, e na medida em que pratica a direção de consciência mais para um conhecimento dos indivíduos do que para uma classificação casuística das ações e das circunstâncias), a crítica literária e artística (que, no curso do século XIX, trata a obra cada vez menos como um objeto de apreciação que deve ser julgado, e cada vez mais como uma linguagem que deve ser interpretada e com que é preciso reconhecer os jogos de expressão de um autor) (FOUCAULT, [1973], 2013, p. 47).
Grades de especificação	[...] trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as diferentes "loucuras" como objetos do discurso psiquiátrico (essas grades de diferenciação foram, no século XIX, a alma, como grupo de faculdades hierarquizadas, vizinhas e mais ou menos interpenetráveis; o corpo, como volume tridimensional de órgãos ligados por esquemas de dependência e de comunicação; a vida e a história dos indivíduos, como sequência linear de fases, emaranhado de traços, conjunto de reativações virtuais, repetições cíclicas; os jogos das correlações neuropsicológicas como sistemas de projeções recíprocas e campo de causalidade circular) (FOUCAULT, [1973], 2013, p. 47).
Performatividade discursiva	Os performativos não refletem apenas as condições sociais preexistentes, mas também produzem um conjunto de efeitos sociais e, embora eles nem sempre sejam os efetivos do discurso "oficial", eles ainda assim exercem o seu poder social não apenas na regulação dos corpos, mas também em sua formação. De fato, as ações do discurso performativo excedem e perturbam a autorização que lhes é conferida pelos contextos nos quais surgem. [...] Basta reconhecer como as ofensas raciais ou de gênero vivem e se alimentam da carne daqueles a quem são endereçadas e como esses insultos se acumulam com o tempo, dissimulando sua história, assumindo a aparência do natural, configurando e limitando essa <i>doxa</i> a que chamamos de "realidade" (BUTLER, [1997], 2021, p.260-261).

Fonte: Elaborado pela autora.

O número de categorias aplicadas a uma variável pretendeu explorar a natureza representacional do feminismo no âmbito da OC. Nesse sentido, foi observado pela

análise quais aspectos dessa categoria de assunto são privilegiados, quais são deixados de lado e quais são excluídos pelos instrumentos técnicos analisados.

A primeira e a segunda categorias, a identificação de regras que delimitam o que pode ser dito e a identificação de regras que criam os espaços nos quais novas declarações possam ser feitas, estão ligadas à categoria anterior. Afinal, em certo sentido, ao identificarmos as regras pelas quais as declarações são produzidas também identificamos as regras que delimitam o que pode ser dito e as regras pelas quais novas declarações são feitas. Portanto, precisamos estar atentos aos recursos que permitem diferenciá-las.

Ao que diz respeito às regras **delimitação do que pode ser dito**, pensando no discurso exemplo sobre a sexualidade, a relação entre o que pode ser dito e o que é visível invoca os conjuntos de declarações e arranjos que compõem os SOCs – instruções e princípios para os elaboradores dos SOCs, instruções para os profissionais da informação que farão uso dos SOCs para tratar tecnicamente a informação, declarações aos usuários dos sistemas de informação. Os SOCs são compostos do que é dito e do que é visível na literatura de uma área, em uma cultura e assim por diante. Nesse sentido, o que é dito – teorias e princípios de construção e atualização de instrumentos de representação do conhecimento, linguagens documentárias, Tesouros – quanto ao que é visível – documentos, livros. O ponto crucial é a relação condicionante entre discursos e a visibilidade da informação, conhecimento.

Para a identificação de regras que criam os espaços nos quais novas declarações possam emergir, as **superfícies de emergência**, mostrou-se necessário analisar o relacionamento de um enunciado em meio a outros. Para isso é possível voltar-se o foco para as escolhas de termos, de modo que tanto o que elabora quanto o profissional da informação que se utiliza de um SOC para representar a informação forneçam ao seu modo um enquadramento da informação de conhecimento para o usuário da unidade de informação. Nesse ponto, o método genealógico, tal qual pensado por Foucault (1973) e retomado pelo *Tesouro de género: lenguaje com equidade* enfocam uma análise histórica que não tem como meta “a verdade” e, ainda,

não se trata de uma genealogia que se debruça sobre a história dos eventos, mas sim que visa empreender uma “investigação das condições de emergência daquilo que é considerado como história: um momento de emergência não passa, em última análise, de uma fabricação” (SALIM, 2017, p 15).

Uma investigação genealógica da constituição dos termos, no âmbito dos SOCs, poderia conduzir à percepção de que a constituição dos sujeitos não se trata de meras causas das formas de autorização de termos (“garantias”). Os sujeitos são efeitos do discurso. Tanto Butler quanto Foucault destacaram que os novos discursos podem ser criados ou causados por lugares de visibilidade como as instituições: escolas, hospitais, prisões entre outras. Um exemplo disso seria a violência do discurso médico sobre a mulher, com sua forma de considerar o desejo como uma patologia (RAGO, 1985).

Por esse motivo, esta categoria fornece fonte de análise da formulação de novos discursos, ou seja, na emergência dos discursos, na maneira como surgem as novas formas de nominar os sujeitos como, por exemplo, os loucos e os criminosos e da mesma maneira como surgem as novas categorias para entender a sexualidade.

As **instâncias de especificação dos discursos** se referem às maneiras pelas quais as formações discursivas articulam os discursos para que estes se tornem acessíveis. Usando o movimento feminista como exemplo, é possível perceber que os termos associados a um conjunto de conceitos permitem identificar o contexto histórico das reivindicações das mulheres. De acordo com Foucault (1973), o surgimento do conceito sexualidade se deu por meio de uma variedade de estratégias de poder e conhecimento, que anteriormente foram conceituados na seção 3.1 como dispositivo da sexualidade, evidenciando como uma série de discursos baseadas sobre o sexo era sujeita a certas limitações fisiológicas na era moderna dos discursos da sexualidade, mas antes o sexo obviamente existia: era a matéria-prima da sexualidade com a qual agora se está familiarizado.

Por meio das **grades de especificação**, pode ser percebido como os discursos podem se separar, opor, reagrupar ou derivar de diferentes formas como objetos dentro de um domínio. No âmbito dessa análise foram consideradas as grades de

especificação como as formas pelas quais as garantias estão expressas no desenvolvimento dos conceitos. Sendo que as “garantias” são formas de autorização terminológica que determinam quais termos comporão os SOC. Dessa forma, as garantias determinam o domínio do dizível no qual o conhecimento poderá ser representado. Conseqüentemente, os processos de construção desses instrumentos se mostram permeados de um conjunto de normas implícitas e explícitas que determinam os termos que serão nominados como “preferidos”, por exemplo.

Logo, tem-se como hipótese que os SOC podem ser considerados como **dispositivos performativos**, como lugar de inscrição, tradução e redução de sujeitos a construções linguísticas. Por essa razão, a partir de uma forma específica de estruturação, de organização simbólica e performativa, os SOC não estão isentos da influência do poder normativo que pode ajustar os sujeitos em um *modus operandi* de identificação "generificadas" e sexuadas. A negociação de certos enunciados/índices de significação, tal qual dão a perceber as relações de força, normas e valores que os atravessam. À vista disso, o conceito **performatividade** foi adaptado por Judith Butler “para descrever a maneira pela qual o gênero é produzido como um efeito de um regime regulador que requer a repetição ritualizada de formas particulares de comportamento” (SPARGO, 2006, p.68). As performances podem subjugar sujeitos às formas de controle arbitrárias do discurso.

6.3 Análise das categorias associadas às variáveis

Para a análise específica dos discursos representados pelos termos que constituem os SOC, realizou-se um processo de escolha de variáveis. Cada variável foi composta pelos termos: feminicídio, feminismo, gênero e interseccionalidade e as suas relações associativas: termos gerais, específicos, relacionados e associativos. Nessa fase, foram tomadas em consideração as razões para emergência de um termo ou uma categoria que se relaciona direta ou indiretamente com um conjunto de estatutos ou formas de autorização de termos: as garantias. Seria possível pensar que a autorização de termos pode reivindicar a representatividade dentro do arranjo hierárquico de um SOC sem que haja um esvaziamento tão logo o arranjo estrutural se apresente?

Para dar continuidade às reflexões iniciadas, a terceira dimensão da proposta de análise foi pautada em um primeiro momento na conceituação dos termos fora do contexto de produção dos SOCs, para depois analisá-lo novamente em contraponto às suas relações associativas. Esse procedimento contempla duas dimensões distintas: uma que nos permite observar a identificação das **superfícies primeiras de emergência dos discursos** e outra que apresenta **as instâncias de especificação dos discursos** no âmbito dos SOCs.

A dimensão das **superfícies primeiras de emergência dos discursos** é operacionalizada pela forma de autorização literária, pela busca dos termos em dicionário especializado. Já a dimensão **de especificação dos discursos** permite compreender como os termos, considerando os limites de abrangência e ano de publicação do SOC, organizam os discursos dentro da temática. A alternância entre as duas dimensões conduz às nuances das formas de autorização terminológica e, por consequência, das regras de **delimitação do que pode ser dito**.

O quadro 12 apresenta as variáveis, ou seja, os termos escolhidos para operacionalizar a análise dos SOCs seguida de definições extraídas do Dicionário de gênero. A principal peculiaridade das variáveis é a utilização de termos que levam a pensar a respeito da ideia de gênero, seja pelas questões envolvendo raça, etnia, classe ou por meio das possíveis intersecções.

Quadro 12 - Variáveis

VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO
GÊNERO	[...] tensões levam a pensar em gênero como um conceito que, mais do que qualquer fixidez, nos oferece instabilidade e fluidez, que melhor representam as relações sociais que atravessam o tempo e chegam à atualidade. Tendo emergido desde o início sob rasura e tensão, com as reivindicações intrínsecas ao início dos anos 1980 sobre questões envolvendo raça, etnia, classe e outras possíveis intersecções sociais, gênero mostra-se ainda útil como categoria de análise, passando por adaptações às necessidades de cada grupo que a reivindica, incluindo historiadoras e historiadores, que buscam situar sua trajetória teórica e política, constituída e reelaborada ao longo das últimas três décadas (VEIGA e PEDRO, 2019, p. 332-333, grifo nosso)
FEMINICÍDIO	[...] o feminicídio configura-se como o ápice da trajetória de perseguição à mulher , com diferentes formas de abuso verbal e físico [...] que culminam com a morte de muitas mulheres. O feminicídio, em alguns países da América Latina também é conhecido como feminicídio , termos que são utilizados para denunciar morte de mulheres que ocorrem em diferentes contextos sociais (ZABATTO, 2019, p. 245-246, grifo nosso)
FEMINISMO-FEMINISMOS	As ações na sociedade e no pensamento, ou seja, os feminismos, entendidos como instrumento e efeito dos movimentos sociais e das críticas epistemológicas, procuram retirar das sombras e do silêncio a construção das desigualdades de gênero, a divisão binária, histórica e política da sociedade. Assim, procuram mostrar os dispositivos de produção e naturalização das identidades sexuadas, reconhecer as formas históricas de operação da cultura androcêntrica, para pensar e reconstruir, para além da desigualdade construída, a multiplicidade de experiências humanas em outros termos. Sugere-se o uso do termo no plural – feminismos - para se dar a ler e conhecer o conjunto diverso de experiências e acepções possíveis que remetem ao enunciado (CARNEIRO, 2019, p. 253-254)

Continuação **Quadro 12 - Variáveis**

VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO
FEMINISMO NEGRO	<p>Embora integrassem o feminismo clássico, as mulheres negras não se sentiam plenamente ouvidas, compreendidas e atendidas dentro do movimento, uma vez que este tomava a categoria mulher como universal e não percebia – muitas vezes de maneira deliberada – que a maior parte das conquistas efetivadas até ali, que se orientavam pela perspectiva liberal, atendiam apenas à parte branca e classe média do movimento, já que outras de suas componentes careciam ainda da efetivação de direitos básicos, o que tornava as demandas destas últimas diferentes e específicas. Sendo assim, autoras como Patricia Hill Collins, Ângela Davis, bell hooks – que decidiu grafar seu nome em minúsculas como forma de diferenciação e resistência aos padrões acadêmicos –, Audre Lorde e Kimberle Crenshaw passaram a elaborar análises que tinham como base a compreensão do que é feminismo – “Em seu sentido mais amplo, o feminismo constitui tanto uma ideologia como um movimento político global confrontando o sexismo – uma relação social na qual os homens, como um grupo, têm autoridade sobre as mulheres enquanto grupo.” (COLLINS, 2017, s/n) –, mas que buscavam dar conta “da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA.” (RIBEIRO, 2015, p.53). Assim, de acordo com Collins, utilizar o termo feminismo negro “posiciona as mulheres afro-americanas para examinar como a constelação particular de questões que afetam as mulheres negras nos Estados Unidos faz parte de questões de emancipação das mulheres globalmente” (COLLINS, 2017, s/n) (ADÃO, 2019, p. 255-256).</p>
INTERSECCIONALIDADE	<p>A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS e BILGE, 2020, [Kindle], grifo nosso).</p>

Fonte: Compilado pela autora.

As Variáveis da pesquisa trazem conceitos considerados importantes na medida que representam o esforço de tornar visíveis os discursos contemporâneos que se aplicam às mulheres. Elas foram selecionadas a partir do referencial teórico abordado nessa pesquisa a respeito dos conceitos relacionados ao feminismo descolados da mulher universal, ao contrário disso, mulheres intrincadas de distintos processos históricos, culturais e de gênero, raça e classe.

Diante do exposto, a análise subsequente será realizada nos contextos dos SOCs. Destaca-se que a análise será apresentada por meio de quadros contendo os descritores localizados, em seguida, sob o aporte dos estudos de Foucault e Butler, a abordagem metodológica propõe a análise de uma variável, o termo que tem a função de representar, ou dito de outro modo, trazer para ordem do que pode ser dito, um conceito dentro de domínio conceitual. Sentir-se mulher e sentir-se homem eram considerados os termos mais importantes de identidade social.

Gênero

As primeiras formulações do conceito gênero se ativeram a distinção entre a adequação anatômica (sexo) e às identidades social ou psíquica (gênero). Em 1986, no Brasil em 1990, Joan Scott desenvolveu a reflexão de gênero como categoria analítica e destacou a sua utilidade para a historiografia. Judith Butler contribuiu para o debate com a publicação *Gender Trouble*, em português “Problemas de gênero”, que amplia a discussão do conceito para o meio discursivo dentro do campo da disputa política. Tereza Lauretis (2019) destaca que as tecnologias de gênero levam aos modos de representação da realidade social e se movimentam para os espaços dentro e fora do *gender mainstream*, de dentro das posições hegemônicas para outro lugar. Para Ana Veiga e Joana Pedro (2019), o conceito emergiu sob rasura e tensão, as reivindicações envolvendo questões de raça, etnia, classe e outras possíveis intersecções sociais e gênero mostram-se como categoria de análise. O conceito ampliou-se para abarcar, justamente com a teoria queer, estudos LGBTQIA +, estudos das masculinidades e algumas teorias do feminismo.

O quadro 13 mostra a variável gênero, seus descritores vinculados e as categorias de análise elencadas.

Quadro 13 - Gênero

Homosaurus		
Categoria de análise	Descritor: Gênero	Notas
Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TE: Expressão de gênero Identidade de gênero Sexo atribuído TR: Transgressão de gênero Gênero binário Gênero confirmado cirurgicamente Diversidade de gênero Relações de gênero Segregação de gênero Estudos de gênero Genderism Stealth (Transgênero) Generocídio Passabilidade de gênero Transgeneridade Sexo (Corpo)	<hr/>
Library of Congress Subject Headings		
Categoria de análise	Descritor: Gênero	Notas
Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TG: Identidade (psicologia) Sexo (psicologia) TR: Não conformidade de gênero Transição de gênero Pessoas intersexo - Identidade Bibliotecas - Coleções especiais - Identidade de gênero Pessoas transgênero - Identidade Transexualismo Transexuais - Identidade TR: Teoria Queer	<hr/>

Continuação do **Quadro 13 - Gênero**

Tesouro de gênero: language con equidade		
Categoria de análise	Descritor: Gênero	Notas
Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Performatividade	TG: Estudos de gênero e feminismo TR: Feminismo Gênero e democracia Gênero e equidade Gênero e poder Gênero e trabalho TE: Distinção público e privado Estudos de gênero Estudos da mulher Estudos gay e lésbicos Estudos da masculinidade Ideologia de gênero Papéis de gênero Sistemas de gênero Socialização de gênero Tecnologia e gênero	<hr style="width: 10%; margin: auto;"/>
Tesouro de Mujeres		
Categoria de análise	Descritor: Gênero	Notas
Superfícies de emergência dos discursos; censura Grades de especificação dos discursos Performatividade	USE: Teoria Feminista de Socialização	A noção de gênero surge da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas construções culturais.
Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres		
Categoria de análise	Descritor: Indicadores de gênero	Notas
Superfícies de emergência dos discursos; censura Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	RT: Construção social da realidade Divisão sexual do trabalho Estudos de gênero, classe e raça Estrutura social Ideologia de gênero Organização social Relações de gênero Sexo Socialização	Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica.

Fonte: Compilado pela autora

Apreendendo o termo gênero como elemento de análise, é imprescindível recuperar o cuidadoso trabalho de Butler ao que se refere à abordagem da dimensão discursiva da performatividade, sem subestimar a dimensão cênica da performatividade: por ela entendida como um corpo subjetivo e inteligível a partir do estabelecimento de um roteiro social, tendo na linha do horizonte que ambas as dimensões instauram discursivamente o sujeito.

Submersos nesse contexto, é apropriado admitir que o tesouro mais inclusivo à terminologia de gênero foi em ampla medida o Homossaurus. Para embasar essa assertiva, basta adotar como exemplo a análise das **superfícies de emergência** por meio dos termos: Passabilidade de gênero, pessoa transgênero normalmente percebida como uma cisgênero e o termo Stealth (transgênero), furtividade em inglês, pessoa que se apresenta sempre pelo sexo/gênero atuais. Em ambos os casos, o poder discursivo vem da leitura da performance cênica, ou seja, emerge da interpelação que os torna socialmente inteligíveis e paradoxalmente os torna linguisticamente vulneráveis, dependentes da interpelação do outro. Entretanto, quanto à observação do *Tesouro de género: lenguaje con equidad* é plausível assentir que as **superfícies de emergência** e as **instâncias de delimitação** contemplam o feminismo na base da representação de gênero.

Nesse sentido vale observar o termo geral: Estudos de gênero e feminismo; e também os termos específicos: Estudos de gênero e Estudo da mulher. À vista do exposto, cabe reforçar que o Homossarus oferece mais posições de destaque à complexidade do tema gênero e transgeneridade. Por sua vez, o *Tesouro de género: lenguaje con equidad* contempla uma pauta diferenciada para a agenda de gênero e o feminismo, mas não divorcia os temas em sua estrutura, afinal há uma categoria geral Estudos de gênero e feminismo. Pensado a partir do **dispositivo performativo**, é pertinente salientar que a falta de notas explicativas ou de uso dos termos podem fragilizar o trabalho de representação dos documentos, no sentido que podem não se fazer efetivos se não são conhecidos pelo profissional que faz o trabalho de indexação, podendo limitar o uso do conjunto de termos.

No *Tesouro de género: lenguaje con equidad* o termo gênero possui atributos ou características que se repetem nas relações lógicas, relações hierárquicas, relações partitivas, relações de oposição ou relações funcionais que propiciam a representação do termo de modo a ampliar o escopo do seu entendimento contemplando as **superfícies de emergência e instâncias de delimitação**. Aqui está demonstrada uma aplicação dos princípios de **garantia semântica e estrutural**.

Ao se tomar como objeto de investigação as **grades de especificação** no *Tesouro de Mujeres* mostrou-se imprescindível um recuo às observações elencadas no texto explicativo acerca do SOC. Para Mediavilla Herreros e Folla Fernández (2014), devido à grande quantidade de descritores admissíveis para o termo gênero, como:

análise de gênero, diferenças de gênero, discriminação de gênero, estereótipos de gênero, estudos de gênero, gênero em desenvolvimento, impacto de gênero, perspectiva de gênero, relações de gênero, papéis de gênero, violência de gênero ... com isso a dificuldade ou impossibilidade de atribuir um único conceito dada a amplitude de seu significado, que também se sobrepõe a outros descritores. Foi isso que motivou a não inclusão deste termo como descritor, exceto para "indicadores de gênero" (MEDIAVILLA HERREROS; FOLLA FERNÁNDEZ, 2014).

Por meio da análise das **grades de especificação**, nota associada ao termo, no caso de gênero, trata-se dos lugares onde podem surgir e se manifestar as diferentes designações de gênero - as superfícies de emergência - e as possíveis formas de instaurar as **instâncias de delimitação** do conceito. Apesar da nota indicar a noção de gênero para além da contraposição dos convencionados feminino e masculino, na análise da estrutura do tesouro observa-se que o desvio do termo Gênero para a Teoria Feminista, demonstra como o termo **performa** no interior do **dispositivo performativo**. Há uma desorientação quando o conceito Gênero torna-se justaposto à teoria feminista, podendo, ainda, estar nelas implícita que as pautas da teoria queer (também nesse tesouro sob o termo geral: Teoria Feminista) estivessem sob o guarda-chuva da teoria feminista. O que pode incorrer em uma **censura** interna do conceito, no interior das estruturas do tesouro. Aqui o tesouro falha no uso nas formas de autorização terminológicas semânticas e estrutural.

É interessante notar que o *Tesouro de Género: Lenguaje con Equidad* foi o único que apontou para os Estudos Gay e Lésbicos dentro de sua estrutura. Isso destaca a

falta de representação dessas áreas de estudo e suas terminologias nos SOCs, resultando em uma lacuna na inclusão de perspectivas e experiências relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual. É importante ressaltar que o Homosaurus, por não seguir uma estrutura hierárquica convencional, não foi considerado nessa análise. Essa falta de representação evidencia a censura desses estudos e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva nos sistemas de organização do conhecimento.

Por fim, no Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres, tanto a nota de escopo quanto na estrutura mostra o discurso precário e desconcertante sobre sexo, retomando Butler (2002), aqui a materialização discursiva ocorreu por práticas regulatória que conformou os limites do entendimento de gênero para demarcar as desigualdades homens e mulher. A falha aqui parece estar no esvaziamento da categoria analítica de gênero das pautas LGBTQIA+, ou ainda, o **dispositivo performativo** mostra o seu poder produtivo de nomear, demarcar e diferenciar a partir de uma versão representacional heteronormativa.

Feminicídio ou Femicídio

O conceito comumente usado para nomear os homicídios de mulheres em razão da condição de gênero. Segundo Jacqueline Zarbato (2019, p. 247), o termo feminicídio deriva do inglês *femicide*, originalmente usado por Diana Russel em 1976 no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, Bruxelas. No Brasil, Heleieth Saffioti e Suely Almeida usaram o termo feminicídio em 1995 em uma análise sobre homicídios de mulheres nas relações conjugais. A autora destaca que a violência contra a mulher se deve aos padrões patriarcais, culturais e em torno da dominação masculina.

O quadro 14 mostra como a variável “feminicídio” foi representada nos SOCs, seguida das categorias de análise elencadas.

Quadro 14 - Femicídio

Homosaurus		
Categoria de análise	Descritor: <i>Gendercide</i>	Notas
Superfícies de emergência dos discursos; Censura Performatividade	Gendercide	_____
<i>Library of Congress Subject Headings</i>		
Categoria de análise	Descritor: <i>Homicídio</i>	Notas
Superfícies de emergência dos discursos; Censura Performatividade	TV: Femicide	_____
<i>Tesouro de género: language con equidad</i>		
Categoria de análise	Descritor: <i>Feminicídio</i>	Notas
Superfícies primeiras de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos	TG: Crimes contra as mulheres Violências de gênero TR: Crimes sexuais Homens violentos	_____
<i>Tesouro de Mujeres</i>		
Categoria de análise	Descritor: <i>Feminicídio</i>	Notas
Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos	UP: Assassinatos Crimes de honra Crimes passionais Feminicídio Homicídio Uxoricídio TG: Delitos Violência contra as mulheres TE: Desaparecimento forçado Apedrejamento Queima de bruxas TR: Assassinadas Femicidas Infanticídio Parricídio	_____

Continuação do **Quadro 14 - Femicídio**

Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres		
Categoria de análise	Descritor: Femicídio	Notas
Delimitação do que pode ser dito; Censura	_____	_____

Fonte: Compilado pela autora

A análise teve início pelo termo feminicídio. Cabe ressaltar que a lei que regulamenta questões em torno do feminicídio, Lei 13.104/15, entrou em vigor no Brasil em 2015, portanto, o Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres (1998) já havia sido publicado. Contudo, é plausível deduzir que a violência doméstica ou motivada pela condição de gênero, tipificação do feminicídio, ainda não tinha emergido enquanto um discurso válido, ou até mesmo, censurado, conforme pondera Butler ([1997], 2021, p.218-219). Contudo, se faz necessário apontar que entre os termos da categoria Crimes contra mulheres, Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres, não há indicação de crime contra a vida. Já o *Homosaurus* não apresenta o termo feminicídio. Uma justificativa para essa ocorrência pode ser devido a falta da emergência desse discurso na literatura europeia e de língua inglesa. Talvez isso seja em decorrência da falta de articulação de leis no âmbito da violência de gênero na União Europeia⁵⁵. Ao que tange o Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres, a ausência do termo pode ser justificada, como já salientado, pelo fato de no Brasil o crime do feminicídio ter sido legalmente instituído somente em 2015: mais de uma década após a publicação deste instrumento.

No entanto, há duas considerações a se fazer em relação à categoria “(i) delimitação do que pode ser dito (FOUCAULT); Censura (BUTLER)”. A primeira refere-se à condição de emergência do discurso e a questão da “censura” concernentes à produção do sujeito para além das regras de emergência do discurso, regendo o domínio social do discurso dizível. A segunda é a não emergência ou silenciamento do discurso, que desencadeia um efeito performativo de um discurso que tem como

⁵⁵ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20210923STO13419/como-a-ue-esta-a-lidar-com-a-violencia-de-genero>

objetivo a desautorização do discurso a quem fala (BUTLER, [1997], 2021, p. 219-226).

Outros aspectos contemplados quando da análise dos dados foram: a identificação das **superfícies de emergência**, as **instâncias de delimitação** e as **grades de especificação**. Ao observar as **superfícies de emergência** no *Tesouro de género: language con equidad* e no *Tesouro de Mujeres*, é possível demarcar os “lugares onde podem surgir e se manifestar” as diferenças terminológicas que são designadas nos termos específicos ou relacionados em torno do conceito feminicídio, como os termos genéricos dispostos nesse tesouro. Crimes contra as mulheres e Violências de gênero relacionam-se aos grupos dentro da categoria gêneros. Os termos elencados no *Tesouro de género: lenguaje con equidade*, Crimes sexuais e Homens violentos e no *Tesouro de Mujeres*, Assassinadas, Feminicidas, Infanticídio, Parricídio manifestam as **instâncias de delimitação**, isto é, exibem as diferentes esferas e atores nos quais a violência pode se instaurar. Essas instâncias podem ser observadas por intermédio dos termos específicos encontrados no *Tesouro de Mujeres*: Desaparecimento forçado, Apedrejamento e Queima de bruxas. As formas de alternativas de representação de um mesmo termo, as remissivas, apresentam variações terminológicas da violência extrema: Crimes de honra, Assassinatos, Crimes passionais, Homicídio, Uxoricídio⁵⁶. Já as **grades de especificação**, Performances segundo as quais o feminicídio se deriva ou se opõe semanticamente umas às outras diferentes formas de violência.

À vista disso, é pertinente concordar que no âmbito dos SOCs o feminicídio apenas tardiamente passou a ser considerado como um termo central, tendo suas **superfícies primeiras de emergência** instituídas pelo poder judiciário. Vale destacar que a escolha de um termo preferido em nome de um controle terminológico não produz a exclusão de outros espaços de enunciação, desde que a estrutura do SOCs esteja completa no sistema de recuperação da informação. Em igual proporção, cabe registrar que o SOC deve possibilitar a sinalização de raça e classe a qual o descritor de assunto feminicídio se vincula.

⁵⁶Assassinato em que o marido mata a esposa. <https://www.dicio.com.br/uxoricidio/>

A escolha terminológica da *Library of Congress Subject Headings* optou por reunir a violência de gênero com a adoção do termo preferencial Homicídio e relegando o Femicídio como termo variante. Apesar de retirar a centralidade em torno da violência de gênero, ao realizar uma busca rápida no catálogo geral da *Library of Congress* percebemos a adoção dos seguintes termos para representar o feminicídio, além do homicídio: Mulheres -- Crimes contra -- Lei e legislação

Além disso, vale indicar que o efeito típico do **dispositivo performativo** e o seu vínculo com processos de sujeição e subjetivação faz alusão às condições socialmente induzidas que atribuem uma noção particular de vulnerabilidade. Como abordado anteriormente, é necessário ter em mente que a violência afeta principalmente um grupo de mulheres, de uma determinada classe social e de uma determinada cor de pele. Além disso, vale apontar que o resultado em uma versão limitada do reconhecimento do feminicídio foi também expresso nas estruturas da OC.

Por fim, também podemos dizer que a falta das notas parece ser uma aproximação perigosa da reprodução de um discurso patriarcal que presume o que é conhecido, sendo a leitura das **grades de especificação dos discursos** transferidas para a estrutura semântica dos SOCs. Dessa forma, a garantia estrutural, ferramenta de característica pragmática, articula o poder de agenciar o caráter performativo na representação do feminicídio. Para Butler (1997) as estruturas jurídicas legitimam no contrato social os padrões de gênero, raça, e classe, dessa forma podemos notar como os discursos dos SOCs derivam perigosamente do discurso patriarcal, uma vez que limitam e dissimulam o reconhecimento do crime. Examinemos, por exemplo, o *Homosaurus* e a *Library of Congress Subject Headings*, o modo como os termos estão facultados de vizinhanças fronteiriças, a linearidade do conceito universal sugere uma eloquente insuficiência nas formas de autorização terminológica – a violência essencial e universal que faz desaparecer a ideia da mulher, da classe e da raça.

Feminismo-Feminismos

O conceito, de acordo com Maria Elizabeth Carneiro (2019, p. 251), “assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam”. As vozes do feminismo que mais propagaram foram a ação de feministas branca, da classe média e dos Estados Unidos e Europa. Adotou-se uma metáfora de ondas como forma de dar visibilidade a agendas do movimento feminista. Em 1792, a reivindicação de igualdade na educação, nos salários e nas oportunidades para as mulheres foi pronunciada na Inglaterra por Mary Wollstonecraft no evento *Vindication of the Rights of Woman*. As repercussões das lutas das mulheres se manifestaram por meio da conquista do direito de voto para elas, no Brasil aconteceu em 1932 a emergência de lutas em prol dos direitos sexuais e reprodutivos; a aliança com as lutas com os movimentos anticolonialistas nos Estados Unidos e na Europa, o surgimento de novas epistemologias como Angela Davis e Alice Walker, caracterizado como a segunda onda do feminismo. Na década de 80, na considerada terceira onda do feminismo, os estudos de gênero procuram desconstruir a oposição universal entre homem e mulher, masculino e feminino. Joan Scott (1986) pensa para além do uso descritivo da categoria gênero e sugere articular um saber sobre as diferenças sexuais com uma forma de dar sentido às relações hierárquicas de poder. Essas reflexões corroboraram para evidenciar a emergência do feminismo da diferença, que contrapõe os discursos da ciência, da política e da história que entendem o gênero como neutro. Butler nos mostra as práticas regulatórias que produzem performativamente o corpo e o sexo.

De acordo com o quadro 15, abaixo disposto, o “feminismo” tratado na forma singular foi encontrado nos SOC. O quadro se compõe apresentando também os descritores, notas e categorias analíticas identificadas como correlacionadas ao termo em questão.

Quadro 15 – Feminismo-Feminismos

Homosaurus		
Categoria de análise	Descritor: Feminismo	Nota
Delimitação do que pode ser dito; Censura Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TE: Ecofeminismo Feminismo heterossexual Feminismo lesbiano Feminismo radical Feminismo, primeira onda Feminismo, segunda onda TR: Antifeminismo Movimento feminista Mulheres <i>Wimmin</i> <i>Womyn</i>	Conjunto de movimentos que visam definir, estabelecer e defender direitos políticos, econômicos e sociais iguais e oportunidades iguais para as mulheres.
LC Subject Headings		
Categoria de análise	Descritor: Feminismo	Nota
Delimitação do que pode ser dito; Censura Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TG: Movimentos sociais TR: Anarcofeminismo Movimento ante estupro Feminismo bissexual Ecofeminismo Geografia feminista Teoria feminista Terapia feminista Feministas Feminismo de primeira onda Feminismo de segunda onda Feminismo de terceira onda Feminismo hip-hop Feminismo lésbico Nacionalismo e feminismo Psicanálise e feminismo Discriminação sexual contra mulheres Feminismo socialista Mulherismo Mulheres - História Mulheres - Condições Sociais TR: Antifeminismo	<hr/>

Continuação do **Quadro 15 – Feminismo-Feminismos**

Tesouro de género: language con equidad		
Categoria de análise	Descritor: Feminismo	Nota
Delimitação do que pode ser dito; Censura Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TG: Estudos de gênero e feminismo TE: Gênero Mulheres TR: Affidamento Antifeminismo Correntes do feminismo Crítica feminista Cultura das mulheres Epistemologia feminista Ética feminista Feministas Feminismo anglo-saxão Feminismo francês Feminismo italiano Feminismo latino-americano Grupos de mulheres Movimento feminista Teologia feminista Teoria feminista Irmandade (sorority, sisterhood)	_____
Tesouro de Mujeres		
Categoria de análise	Descritor: Feminismo	Nota
Delimitação do que pode ser dito; Censura Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TE: Crítica feminista Estudo de mulheres Movimento feminista Partidos feministas Teoria feminista TR: Antifeminismo Antropologia Feminista Arqueologia feminista Arte feminista Cinema feminista Conferências europeias Conferências mundiais Direitos das mulheres Economia feminista Empoderamento Ética feminista Feminismo na literatura Feminista Feira Internacional do Livro Feminista (1984-1994) Indicadores de gênero Imprensa feminista <i>Residencia de Señoritas</i> (Madrid, 1915-1936) Teologia Feminista Violência contra mulher	_____

Continuação do **Quadro 15 – Feminismo-Feminismos**

Tesouro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres		
Categoria de análise	Descritor: Feminismo	Nota
Delimitação do que pode ser dito; Censura Superfícies de emergência dos discursos Instâncias de delimitação dos discursos Grades de especificação dos discursos Performatividade	TG Ciências Sociais e Cultura História e Mudança Social TE Ecofeminismo Feminismo liberal Feminismo marxista Feminismo radical Feminismo socialista TR Antifeminismo Direitos das mulheres Direitos humanos Direitos reprodutivos feministas História do feminismo Imprensa feminista Liberação das mulheres Movimento de mulheres Movimentos sociais Questão da mulher, a teoria feminista Teoria política Voto feminino	Teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre os sexos.

Fonte: Compilado pela autora

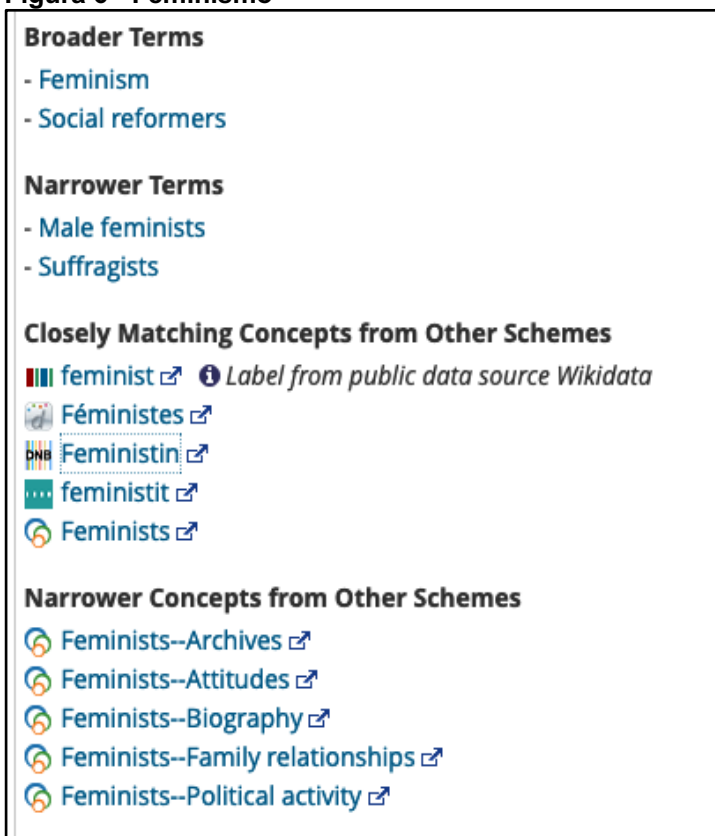
A análise do descritor “feminismo” permite a constatação que o termo pode ser abarcado em sua forma universal. Contudo, no âmbito dos SOCs, torna-se importante descolonizar esse discurso de luta comum em prol de um feminismo, isso, para não continuarmos reverberando esse discurso elitizado, acadêmico, branco e para poucas mulheres. Importante destacar que os instrumentos ora analisados escolheram a forma plural da palavra mulher, contudo, analisando a variável “feminismo”, é possível relacioná-la com a categoria “**delimitação do que pode ser dito; censura**”, afinal, a condição de emergência do discurso sobre o feminismo esbarra na questão da “censura” concernente ao domínio social do discurso dizível, ou seja, os lugares onde o discurso do feminismo podem surgir e manifestar concentram-se em um modelo hegemônico, onde não há espaço para a representação da mulher negra. Além disso, a não emergência ou silenciamento do discurso sobre o feminismo negro encena um efeito performativo e, de certo modo, **desautoriza** o lugar de fala das mulheres até então subalternizadas.

O feminismo, enunciado assim, no singular, de certa forma admite o binarismo homem-mulher. Até o Tesouro para Estudo de Gênero e sobre as Mulheres, mesmo tendo a sua publicação datada em 1998, denota como nesse período já havia discussões que reconheciam o essencialismo dos sexos nas críticas conceituais próprias aos estudos de gênero (Dicionário de Gênero, 2019, p. 520). As teorias de gênero reforçam a centralidade do poder, no âmbito desse trabalho evidenciamos o dispositivo performativo nos SOCs, propiciando uma visão crítica ao racismo, ao sexismo, às discriminações de classes e a outras formas de opressão.

O Tesouro para Estudos de Gênero e sobre as Mulheres traz em sua estrutura hierárquica a referência ao feminismo radical, a principal corrente de pensamento que teve como alvo o racismo, a exploração capitalista das mulheres e o poder do Estado. Contudo, falta a inclusão das teorias que emergem de discursos de mulheres que sempre estiveram à margem da história, como as negras, indígenas e trans. Dessa forma, podemos dizer que os SOCs estudados se engendraram nas tramas regulatórias do dispositivo performativo que silenciou os feminismos insurgentes do campo representacional dos discursos das mulheres.

Adicionalmente, cabe reforçar que a *Library Congress Subject Headings*, por intermédio do termo “Mulherismo”, abriu espaço para a teoria social fundamentada na opressão racial e de gênero. Esse SOC utiliza-se da Wiki e outros catálogos de diferentes países como uma fonte de validação terminológica. Observe a figura 5, a seguir:

Figura 6 - Feminismo



Fonte: <https://id.loc.gov/authorities/subjects/sh85047761.html>

Trata-se de uma interessante forma que o dispositivo encontrou para se organizar por meio da performatividade discursiva em voga. Essa visão da performatividade no SOC inverte a ideia do silenciamento de determinados discursos e à vez disso, ela recorre a estruturas colaborativas, como a Wikis e a outros SOCs por meio da interoperabilidade de termos, tendo como resultado uma fonte para que contribuição para a forma de autorização terminológica que é continuamente redefinida pelos atos de fala dos seus interlocutores externos.

Interseccionalidade

A interseccionalidade é uma perspectiva que considera que as categorias gênero, raça e classe se interoperam para analisar e compreender as realidades sociais em que mulheres negras ainda ocupam posições de vulnerabilidade e de desigualdade,

em que os desafios para superar a violência contra mulheres e contra mulheres negras são diferentes.

Sobre a interseccionalidade como uma variável de investigação, o quadro 16 apresenta nos SOCs os descritores e as categorias de análise identificadas.

Quadro 16 - Interseccionalidade

Homosaurus		
Categoria de análise	Descritor: Interseccionalidade	Notas
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	TR: Diversidade Privilégio social LGBTQ + Grupos étnicos LGBTQ + Pessoas multirraciais	_____
Library of Congress Subject Headings		
Categoria de análise	Descritor: Interseccionalidade	Notas
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	UP: Teoria da interseção (Sociologia) TG: Sociologia	_____
Tesouro de género: <i>language con equidad</i>		
Categoria de análise	Descritor: Interseccionalidade	Notas
Delimitação do que pode ser dito	_____	_____
Tesouro de Mujeres		
Categoria de análise	Descritor: Interseccionalidade	Notas
Delimitação do que pode ser dito	_____	_____
Tesouro para estudos de Género e sobre as Mulheres		
Categoria de análise	Descritor: Interseccionalidade	Notas
Delimitação do que pode ser dito	_____	_____

Fonte: Compilado pela autora

A identificação das **superfícies de emergência** no Homosaurus se dá a partir da percepção de uma possível centralidade dada ao termo. Essa afirmação é plausível

uma vez que é possível observar que nele o termo não apresenta nenhum nível de subordinação com outro termo. Na análise das **instâncias de delimitação** foram observados os termos variantes: Diversidade, Privilégio social, LGBTQ + Grupos étnicos, LGBTQ + Pessoas multirraciais, manifestando de forma coerente algumas instâncias da abordagem interseccional. Na *Library of Congress Subject Headings*, o termo sustenta uma subordinação com a área de sociologia e não apresenta termos que indiquem as instâncias de delimitação. Contudo, na estrutura do vocabulário encontram-se várias notas que tentam demarcar as tensões subjacentes à abordagem interseccional.

Por se tratar de categoria social e crítica, a interseccionalidade demarca uma linha de investigação que revela o poder disciplinar imposto às categorias de gênero, ou seja, uma forma de evidenciar as convergências de classe, gênero e sexualidade que podem conduzir a diferenças, ou até mesmo preconceitos. Portanto, é possível relacionar a variável interseccionalidade à categoria **“delimitação do que pode ser dito; censura”**, tanto mais devido à condição de emergência desse discurso que confronta a questão do feminismo universal, a qual não reconhece classe, raça e gênero.

As análises até aqui elencadas demonstram que apesar da potência do feminismo negro, enquanto exercício teórico-prático proposto por Carla Akotirene e cunhado por Kimberlé Cranshaw, não foi capaz de fazer reverberar nas formas de autorização de termos nos SOCs. É importante repetir quantas vezes forem necessárias que qualquer pretensão de universalização do feminismo recai na justaposição de experiências. Cabe lembrar que o feminismo negro brota da fragilidade do feminismo hegemônico e da crítica ao conceito de mulher universal. E é a partir da interseccionalidade que as falas negadas pelo discurso de dominação da branquitude podem aumentar a produção epistemológica das feministas negras (Akotirene, 2019). Fazendo reverberar, assim, a percepção de que as mulheres negras, dentro do movimento feminista, têm uma perspectiva diferente sobre as realidades, que a experiência delas é diferente, que as mulheres negras não são apenas mulheres, mas mulheres negras.

Feminismo negro

O feminismo negro emergiu de reflexões e ações propostas por ativistas na década de 70, segundo Patricia Hill Collins a produção teórica sobre o feminismo negro só começou a tomar forma nas últimas décadas do século XX. Apesar do feminismo clássico se considerar capaz de abarcar a luta de todas as mulheres, a categoria mulher como uma categoria universal obteve conquistas que, muitas vezes, atendiam as mulheres brancas e de classe média. A partir disso, mulheres como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Kimberle Crenshaw, Patricia Hill Collins e tantas vozes silenciadas começaram um movimento de enfrentamento do sexismo, do racismo e do epistemicídio.

Por fim, a última variável abordada como elemento de análise foi: Feminismo negro. O quadro 17 apresenta nos SOCs os descritores e as categorias de análise identificadas a partir dessa variável.

Quadro 17 - Feminismo negro

Homosaurus		
Notas	Descritor	Categoria de análise
Delimitação do que pode ser dito; Censura	_____	_____
Library of Congress Subject Headings		
Notas	Descritor: Mulheres Negras	Categoria de análise
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	_____	_____

Continuação do **Quadro 17 - Feminismo negro**

Tesouro de género: language con equidad		
Categoria de análise	Descritor: Lésbicas, Negras	Notas
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	TG: LGBTQ+ Pessoas, Negras	<p>Pessoas negras que são lésbicas. Use apenas para indivíduos que se identificam como negros. Siga a preferência do indivíduo por afro-americanos ou negros sempre que possível.</p> <p>Nota histórica: Para reconhecer sua múltipla marginalização, os termos para pessoas negras que são LGBTQ+ usam o seguinte formato: Identidade racial ou étnica seguida de gênero ou identidade sexual (por exemplo, Black lesbians).</p>
Tesouro de Mujeres		
Notas	Descritor: Feminismo Negro	Categoria de análise
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	TG: Feminismo Correntes do feminismo TR: Ecofeminismo Feminismo culturalista Feminismo da diferença Feminismo da igualdade Feminismo existencialista Feminismo liberal Feminismo marxista Feminismo materialista Feminismo radical Feminismo socialista Movimento de mulheres negras Pós feminismo	_____
Tesouro para estudos de Género e sobre as Mulheres		
Categoria de análise	Descritor: Mulheres Negras	Notas
Superfícies primeiras de emergência dos discursos	BT: Mulheres RT: Anemia falciforme Raça	_____

Fonte: Compilado pela autora

O ponto de partida adotado para a análise dessa última variável – Feminismo Negro – foi a observação do termo negra/negro, apontado por Grada Kilomba (2020, p. 16, grifo nosso):

Black, em inglês é um termo que deriva do movimento de conscientização, para se distanciar radicalmente das terminologias coloniais correntes até os anos 1960, como the Negro ou N-word. Comumente, este termo é escrito com **B maiúsculo, Black, para sublinhar o fato de que não se trata de uma cor, mas de uma identidade política**. A letra maiúscula também tem uma segunda função, a de revelar que este não é um termo atribuído por outros em poder, mas um termo de autodefinição, com uma história de resistência e de luta pela igualdade, afastando-se assim duplamente da nomenclatura colonial.

A autora destaca que este trabalho de desconstrução linguística é importante para se liberar as amarras impostas pela terminologia colonial e, por isso, ligada a uma história de violência e desumanização. Como adendo, vale destacar que na língua portuguesa não há a diferenciação do termo político, usado no campo de luta e resistência, para o termo que aplica aos negros o lugar de subordinação e inferioridade derivada dos processos coloniais.

Por essa razão, a perspectiva teórica e a política que baliza a luta das mulheres negras na contemporaneidade, que fazem parte da terceira onda do feminismo, têm como agenda fundamental mostrar que há diferenças de tratamento entre mulheres brancas e negras na sociedade, bem como denunciar o racismo estrutural, o genocídio negro, o encarceramento em massa da população negra, bem como denunciar a ausência de representatividade nas esferas de poder desse grupo sintetizado nas terminologias elencadas.

A partir do modelo proposto, algumas constatações são destacadas: (i) movimentos sociais no Brasil, como movimento negro e feminista, ganharam força, influenciando a sociedade e a produção acadêmica (as formas de autorização dos termos apresentados neste estudo ganharam certa estabilidade no cenário acadêmico e, por conseguinte, na literatura); (ii) há alguns termos que podem ser entendidos de maneiras distintas de acordo com cada SOC, porque o contexto de construção muda e supõe-se uma diferente coleta terminológica baseada na literatura convencional, de acordo com o *mainstream*; (iii) há termos específicos ou relacionados que são elencados de acordo com o arranjo hierárquico de cada SOC, ou seja, eles variam e

podem reformular o seu entendimento e por vezes indicar a fragilidade da estabilidade do termo.

A formação discursiva impressa nos SOC's depende necessariamente das relações que se estabelecem entre superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação e essas baseiam-se nos moldes do discurso em curso. Com efeito, os SOC's, por intermédio das formas de autorização dos termos, não conseguem abarcar os discursos *pari e passo* com a sua emergência, e isso se dá somente após serem designados e circunscritos pelos distintos estamentos sociais, servindo-se de esquemas mentais convencionais, como a garantia literária, por exemplo. E, sobretudo, fica notório que a emergência dos discursos pode ser estabelecida entre diferentes instâncias, e ainda, “podem ser estabelecidas independentemente de todo discurso entre as instituições, as técnicas ou outros componentes da sociedade, e das relações reflexivas, isto é, do que discursivamente se diz a propósito das relações primárias” (FOUCAULT, [1969] 2014, p. 55-67). As coisas existem porque as nomeamos, a representação de termos em um SOC surge da necessidade de organizar, não há mais como ignorar o jogo de verdade que é postulado a estes instrumentos. Ainda é preciso destacar que os SOC's não são necessariamente neutros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso insistir nas indagações:

Será que estamos sendo capazes de repertoriar a representação das mulheres negras?

Qual compromisso interessa: a performance para libertar ou para oprimir?

O que está no esquecimento, rarefeito?

Haveria uma forma de autorização terminológica, uma instância política que possa salvaguardar o compromisso com uma abordagem mais inclusiva?

Ao longo da reflexão desenvolvida nesta tese, buscou-se a proposição de uma abordagem da Organização Social e Crítica do Conhecimento. Tal proposta considerou o discurso sobre os feminismos e a permeabilidade dos SOCs em abrigar declarações que encapsulam um conjunto de discursos do colonizador, por vezes simplistas e negacionistas. Buscou-se por meio do estudo empírico dos instrumentos *Homosaurus*, *Library of Congress Subject Headings*, *Tesauro de género: language con equidad*, *Tesauro de Mujeres* e *Tesauro para estudos de Gênero e sobre as Mulheres* a identificação das formas de autorização terminológica usadas por eles.

A proposta foi operacionalizada por intermédio da análise instituída em três dimensões: exame da estrutura dos SOC, escolha das categorias analíticas e a análise das variáveis. Mais do que sensibilizar os leitores deste trabalho acerca das opressões dissimuladas pelo discurso hegemônico, o tema busca uma ruptura com o estatuto que ainda reivindica a neutralidade dos SOCs. Afinal, ao reconhecer a existência de uma incongruência dos nexos discursivos, é possível delimitar que em certa medida isso reverbera em forma de descontinuidade discursiva na representação do conhecimento sobre gênero e raça. Isso se deve ao distanciamento entre a produção cultural e a autenticidade da experiência: o lugar de fala. Nesse sentido, o entendimento do SOC como um dispositivo performativo é uma das contribuições fundamentais desta pesquisa para entendermos como os arranjos desse instrumento além de potencialmente sedimentar condições sociais que

reforçam conceitos patriarcais, branco e eurocêntricos/estadunidenses, também produzem efeitos de discurso oficial, eles exercem o seu papel social no enquadramento dos discursos, na representação e recuperação da informação. De fato, ao olhar pela lente do dispositivo performativo podemos até repensar o modelo de domínio baseado apenas na massa documental, ou provenientes de formas de autorização terminológica via garantias literárias apenas.

Tal postura metodológica permite o entendimento dos SOCs como dispositivos performativos, nos quais as formas de autorização de termos podem levar à compreensão de situações que convidam à desconstrução das condições de emergência de determinados discursos. Por outro lado, considera-se uma possível abertura dos campos da OC para abrigar novas epistemologias de autorização terminológica.

A escolha dos cinco instrumentos para análise empírica vinculou-se ao aspecto temático proposto: a questão da ampliação da agenda do feminismo e testando a hipótese que indica que os SOCs não acompanham as mudanças socioculturais, refletindo o processo de cristalização de discursos sexistas e racistas. Ademais, mostra-se importante observar a LSCH devido ao fato do reuso de descritores: várias bibliotecas na América Latina e no mundo traduzem e incorporam descritores proveniente deste SOC. Salientando que a adoção de alguns procedimentos de economia das lógicas estruturantes de facetas pode incorrer: (i) no reforço da universalização de conceitos excludentes; (ii) na dificuldade de acompanhar as atualizações dos termos, isso pelo fato de que muitas instituições não possuem assinatura dos serviços de cooperação da LC e com isso, devido a listas de descritores ou tesouros institucionais serem normalmente extensas, torna-se contraproducente o trabalho de pesquisa sobre a existência de atualização de descritores; (iii) na dificuldade de atualização dos SOCs, ou seja na sua estrutura semântica, afinal, se há a dificuldade de acompanhar pari e passo a evolução de domínios nos seus diferentes contextos sociais, culturais e políticos, essa dificuldade é igualmente intensificada nos processos de atualização de SOCs baseados no

acompanhamentos de atualização de outros instrumentos⁵⁷; e por fim, (iv) a provável economia de tempo na pesquisa e validação de especialistas para adoção de termo pode ser acompanhada de uma ideia enganosa de facilidade na incorporação de termos, uma vez que há de se observar se as estruturas semânticas dos SOCs na qual o novo termo deverá ser inserido não incorre na limitação de seu uso.

A Incursão nos discursos sobre os feminismos nos SOCs apontou que a participação em propostas de elaboração e atualização terminológica na área de Ciência da Informação é considerado um desafio para as equipes de organização desses instrumentos. Contudo, nas ações de elaboração desses instrumentos técnicos ainda há predomínio de decisões verticais, delegadas aos bibliotecários por meio dos procedimentos de autorização terminológica e aos pesquisadores por meio da produção e pautas acadêmicas. Notadamente, muitas iniciativas não atribuem a devida importância à participação dos atores sociais envolvidos.

Conseqüentemente, como pensamos que para construir sociedades mais justas é crucial haver justiça social, de modo análogo pode-se advogar que para estancar a violência sexual de gênero é preciso se buscar reconhecimento no campo do trabalho, da cultura e da política. Por esse motivo, se se deseja dar voz aos feminismos nos instrumentos de representação do conhecimento, mostra-se igualmente necessário perceber as realidades interseccionais provenientes da articulação entre raça, gênero e religião. A afirmativa que ganha força hoje é que o *gender mainstreaming*, feminismo branco europeu ou estadunidense não possui a mesma agenda que os feminismos latino-americanos.

Por essa razão, esse trabalho defende a emergência, ainda que tardia, da Organização Social e Crítica do Conhecimento certamente promovida pelo que aqui denominaremos uma virada decolonial no campo da OC (até então refém das teorias epistemológicas eurocêntricas). A busca por reconhecer os conceitos em torno das questões étnico-racial e de gênero ajuda a compreender a realidade vigente, muito

⁵⁷ Cabe ressaltar que no modelo ideal a atualização dos SOCs deve ocorrer periodicamente e acompanha por um comitê.

marcada pela desigualdade e que, por vezes, reverbera nos instrumentos técnicos de OC.

Essa afirmativa ganha força maior quando se percebe, a partir da análise dos SOCs, a existência de um embate nos arranjos terminológicos de alguns sistemas, como aquele sugerido pela *Library of Congress Subject Headings*, que abriga várias estruturas de organização da informação. A interoperabilidade de termos nos SOCs se baseia, muitas vezes, no procedimento de tradução/adaptação de alguns descritores, fato que possibilita pensar que ao fazer a opção por abrigar em sua estrutura de formas de representação de assuntos de outros SOC, ela finda por se tornar tão próxima ou tão igual à sintaxe de outros instrumentos, mas e quanto a estrutura? Esses questionamentos evidenciam outras problematizações: (i) pensando sobre a estrutura geral do SOC, quão divorciado podem estar estes termos incorporados por meio da interoperabilidade? (ii) todos os termos dialogam nessa diversidade de formas de pensamentos?

A resposta para esses apontamentos parece sempre direcionar para a necessidade de se realizar mais estudos críticos. Entretanto, essas indagações permitem um retorno às formas de autorização terminológica, para além de pensar a dificuldade de “garantir” a sua aplicação no âmbito cultural, social e historicamente constituído, podemos refletir porque muitas vezes estamos lançando mão do uso desses princípios como formas de autorização terminológica no momento de atualizar os SOCs. Importante realizar mapeamento dos conceitos de termos equivalentes entre os SOCs, tal como evidenciado por Chan e Zeng (2002) para perceber as diferentes visões da cultura. Esse tipo de análise reforça a necessidade de incluir os preceitos das normas de construção de tesouros quanto a inclusão das notas. Com efeito, a análise dos SOCs nessa pesquisa constatou que, por vezes, resta à estrutura dos instrumentos a função de esclarecer sobre o uso e as margens do termo.

A contribuição principal desta pesquisa é, pois, o aporte teórico. Convocar Foucault e Butler possibilitou pensar discursivamente os SOCs, os dispositivos performativos, uma vez que as formas de autorização do conhecimento longe de se instituírem como evento dotado de neutralidade e isonomia em termos de sua constituição enquanto

termo, supõe performance roteirizada de acordo com pressupostos de universalidade. Por isso, a meta aqui foi expor toda a vulnerabilidade, toda opressão a fim de mobilizar uma resistência, uma mudança nas formas de autorização de termos. O objetivo é, a partir da qui, buscar uma maneira de reparação dessas ocorrências de modo a permitir a estruturação de versões representativas que possibilitam o reconhecimento limitado em detrimento de alternativas excluídas ou sub representadas.

Uma modificação imediata que pode ser depreendida do percurso implementado é a mudança operada no entendimento desta pesquisadora sobre a temática perquirida, sobre o modo de pensar e de ser as mulheres que nela residem. Fica evidenciada que a “tarefa crítica não está simplesmente em falar “contra” a lei, como se a lei fosse externar ao discurso e o discurso fosse o local privilegiado da liberdade”. O discurso que fere pode ser assumido como forma de se esquivar da temível vulnerabilidade para inaugurar a resistência. E essa forma de proteger a si mesmo reside na possibilidade de “explorar os pressupostos do discurso para produzir um futuro de linguagem” (BUTLER, 2021, p. 233-234).

Por fim, refletir acerca da Organização Social e Crítica do Conhecimento e da Informação remete às discussões postas entre a teoria e a sociedade. Dessa forma, se faz necessário acompanhar as discussões que têm lugar na sociedade trazendo para o campo da BCI inquietações e posicionamentos a respeito das representações, procurando identificar, analisar e sugerir novas narrativas nas quais seja possível abranger toda diversidade cultural, a fim de desconstruir representações hegemônicas até então centralizadas na matriz branca, racista e patriarcal.

Nesse sentido espera-se que qualquer instrumento possa ser adaptado ou construído especialmente para o público, segundo parâmetros a serem elaborados localmente, respeitando a diversidade cultural e as questões sociais, promovendo um olhar igualitário e justo a começar por aqui, pela ciência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019.
- ANASTASIO, Lara P. F. Foucault: atitude crítica e seu lugar na modernidade. **Dois Pontos**: Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 121-133, abr. 2017
- ADLER, Melissa. **Cruising the library**: perversities in the Organization of Knowledge. Bronx: Fordham University Press, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce qu'un dispositif?** Tradução do italiano para o francês realizada por Martin Rueff. Paris: Payot e Rivages, 2007.
- ALVES, José E. D.; et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Ed USP, FAPESP, 2019.
- ANSI/NISO. **Z39.19-2005 (R2010)**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. NISO, 2010.
- AQUINO, Idalécio J.; CARLAN, Eliana; BRASCHER, Marisa B. Princípios classificatórios para a construção de Taxonomias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 196-215, dez. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3626/2744>. Acesso em: 07/11/2019.
- BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. STEVENS, Cristina, et al. (orgs.). In: **Mulheres e violências**: interseccionalidades, Brasília, DF : Technopolitik, 2017.
- BARITÉ, Mario; et al. Garantia literária: elementos para uma revisão após um século. **TransInformação**, Campinas, 22(2):123-138, maio/ago., 2010
- BARITÉ, Mario. Em direção a uma conceituação geral das garantias: primeiras anotações. In: BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini (orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Editora da UFPA, 2019. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5)
- BARITÉ, Mario. Literary Warrant. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 6. p.517-530, 2018.
- BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BERNARDES, Genilda D'Arc. A ordem do discurso (Michel Foucault). **Sociedade e Cultura**, V. 7, N. 2, p. 247-250, 2004.
- BLISS, Henry E. **The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books**. New York: The H. W. Wilson Company, 1933.

BOLETIM das mulheres negras no mercado de trabalho: 1º trimestre de 2021. Disponível em: <<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-1o-trimestre-de-2021/>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 1998.

BUCKLAND, M. K. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do “sexo”. Trad. São Paulo: N-1, [1993], 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso e ódio:** uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, [1997], 2021.

BUTLER, Judith. **Excitable speech:** a politics of the performative. Nova York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990], 2017.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** volume 1: de Gutenberg a Diderot. São Paulo: Zahar-Brasil, 2012. Edição Kindle.

CAMPOS, Maria Luiza A. **linguagem documentária:** teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: Ed. UFF, 2001.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB**, 5., 2003. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. Feminismo-Feminismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados: Ed. UFGD, 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2 ed. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CÉSAR, M. R. de A.; SANTOS, D. 2015. Brunetto Carlin. (Des) politizando gênero e diversidade sexual nas conferências de educação. In: DA SILVA, P. V. B.; DIAS, L. R.; TRIGO, R. A. E. (Org.). **Educação e Diversidade:** Justiça social, inclusão e direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, p. 163-178.

CHAN, Lois M. Ensuring interoperability among subject Vocabularies and Knowledge Organization Schemes: a methodological analysis. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 68., 2002, Glasgow. **Proceedings** [...]. Glasgow: IFLA, 2002. p. 1-8. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla68/papers/008-122e.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CHAN, Lois M. Exploiting LCSH, LCC and DCC to retrieve networked resources Issues and Challenges. Disponível em: https://www.loc.gov/catdir/bibcontrol/vizinegoetz_paper.html. Acesso: 15/03/2020.

CINTRA, A.M.M.; et al. **Para entender as linguagens documentárias.** São Paulo: Polis, 2002.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados: Ed. UFGD, 2019.

COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. [On-line]

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6 (jul., 1991), pp. 1241-1299. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 31/12/2017.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Étienne *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DRUMM, S. Naming the love that dare not speak its name: A look at how gays and lesbians are classified in the Dewey Decimal Classification. [online], 2000. Disponível em: <http://drumm.info/naming-the-love/>. Acesso em:

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, [1969] 2014.

FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III)

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, [1978], 2008.

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. Rio de Janeiro: GEN: Forense, [1980] 2014.

Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Org. e trad. Ricardo Machado).

FREDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021. Trad. Heci Regina Candiani. (Edição Kindle)

FREDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 379-393.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, London, v. 48, n.4, p. 365-386, 1992.

GARCIA GUTIERREZ, Antonio. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. *Transinformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 05-14, Apr. 2011.

GARCIA GUTIERREZ, Antonio. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la para consistência. *Perspect. ciênc.inf.*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, Dec. 2013.

- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolônias**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar: 2020. (Edição Kindle).
- GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. Interseccionalidad. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). In: **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019.
- GUEDES, Roger. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. Belo Horizonte, 2016. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- GUEDES, R. de M.; MOURA, M. A. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 17., 2016, Bahia. Anais ... Bahia.
- HJØRLAND, Birger. What is knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.
- HJØRLAND, Birger. Is Classification Necessary after Google? **Journal of Documentation**, v. 68, n. 3, p. 299–317, 2012.
- HJØRLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, v. 43, n. 7, p. 475–484, 2016.
- HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolônias**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2019a.
- HOMOSAURUS. **Homosaurus an internacional LGBTQ+ linked data vocabulary**. 2022. Disponível em: <https://homosaurus.org/>. Acesso em 07 de set. de 2022.
- JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia**. São Paulo: Zahar, 1997.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LANCASTER, F. W. **Construção e uso de tesouros: curso condensado**. Brasília; IBICT; 1987.
- LIBRARY OF CONGRESS. **Library of congress authorities**. 2019. Disponível em: <https://authorities.loc.gov/>. Acesso em 07 de set. de 2022.
- LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa grande. In: *Irmãs Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença. In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolônias**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LUGONES, María. Rumo ao feminismo decolonial. In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista Hoje: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2019.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (Edição Kindle).

- MAI, Jens-Erik. Classification in a social world: bias and trust. **Journal of Documentation**, v. 66, p. 627-42, 2010.
- MAI, Jens-Erik. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias in classification. **Knowledge Organization**, v. 43, p. 324-330, 2016.
- MAI, Jens-Erik. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. **Knowledge Organization**, Vol. 38 No. 2, pp. 114-122, 2011.
- MARTINEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, Vol. 73 Issue: 4, pp.700-715, 2017.
- MAZZOCCHI, Fulvio. Knowledge Organization System (KOS). **Encyclopedia of Knowledge Organization**, 2019. Disponível em:. Acesso em: 08/08/2020.
- MEDIAVILLA HERREROS, Marisa; FOLLA FERNÁNDEZ, Ricarda. **Tesauro de Mujeres**. Madrid: Biblioteca de Mujeres, 2014.
- MILANI, Suelen O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.
- MILANI, Suellen O. **Bias na representação de assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). Marília, 2014. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- MILANI, Suellen O.; GUIMARÃES, José Augusto C. Problemas relacionados a Biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto. **Iris – Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, p. 72-92, 2014/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/download/236189/29018>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- MIRANDA, Marcos L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 8., 2007, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2007.
- MIRANDA, Marcos L. C.; COSTA, Deniz, A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise a partir de registros bibliográficos. In: BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini (orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Editora da UFPA, 2019. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5)
- MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, nov. 2018.
- PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- PIERSON, Cameron M. Barriers to access and information for the LGBTQ community. **Canadian Journal of Information Science**, Toronto, v. 41, n. 4, p. 245-262, Dec. 2017.
- PINHO, Fábio. Fábio A. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 117 – 143, maio/ago., 2017.

OLSON, Hope A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. **Library Trends**, v. 47, n. 2, 1998. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8210/librarytrendsv47i2f_opt.pdf. Acesso em: 17/03/2015.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, Hope A. "The power to name: representation in library catalogs". **Journal of Women in Culture and Society**, v. 26, n.1, p.639-668, 2001.

Oyèwùmí, Oyèrónkẹ. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018. (Edição Kindle)

RAGO, Margareth. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: _____. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, Vanessa Jamile S. dos. **A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento**: uma abordagem de representatividade social. Salvador, 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SALDANHA, Gustavo. Sobre a O²S²O, de Tesouro à Bourdieu: Linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos. In.: LUCAS, Elaine R. O.; SILVEIRA, Murilo Artur A. (org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu** [recurso eletrônico]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

SALDANHA, G. S.; SILVA., F. C. G.; LIMA, G. S.; GARCEZ, D. C. ; ROMEIRO, Nathália Lima . Quem matou Marielle? Organização do Conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 2018, Londrina. **Anais do XIX ENANCIB**. Londrina: ABECIN, 2018. v. 1. p. 1018-1039.

SANTOS, Raimunda F. D.; VALÉRIO, Erinaldo D. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do(a) bibliotecário(a). **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 5, n. Especial, p. 14-23, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/114056>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento Feminista**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES [Online], n. 18, p. 106-131, 2012, Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n., p. 9-12, 1977.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo e Identidade de Gênero**: Considerações com base no pensamento de Judith Butler. Edição do Kindle.

SILVA, Jacilene Maria. **Movimento das mulheres e feministas**. Recife: Ed. do Autor, 2020.

SOUSA, Brisa Pozzi de, TOLENTINO, Vinicius de Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166 – 207, maio/ago., 2017.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. (Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa)

SPIVAK, Gayatri C. Quem reivindica a alteridade? In: Hollanda, Heloisa. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar: 2019.

SVENONIUS, E. **The Intellectual Foundation of Information Organization**. Boston: MIT Press, 2000.

VEIGA, Ana Maria, PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019.

ZARBATTO, Jaqueline. Feminismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019.